



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>

HARVARD LAW LIBRARY



3 2044 059 026 849

151
Bd Oct. 1930



HARVARD LAW LIBRARY

Received *June 13, 1929*

ALMEIDA NOGUEIRA

A ACADEMIA DE S. PAULO

Tradições

Reminiscencias

ESTUDANTES

ESTUDANTÕES

ESTUDANTADAS

QUINTA SÉRIE

S. PAULO — 1908

A ACADEMIA DE S. PAULO

TRADIÇÕES E REMINISCENCIAS

Typ. «A Editora» — Largo do Conde Barão 50 — Lisboa

x

c

ALMEIDA NOGUEIRA, José Luiz de

A ACADEMIA DE S. PAULO

TRADIÇÕES

E

REMINISCENCIAS

ESTUDANTES

ESTUDANTÕES

ESTUDANTADAS

13

QUINTA SÉRIE

S. PAULO — 1908

+

For TX
A 4472

6/13/29
June 13, 1929

PREFACIO

TINHAMOS promettido no *Prefacio da Terceira série* additar ao presente livro um *Appendice*, no qual dariamos a emenda dos erros de facto que nos tivessem escapado nas séries anteriores.

Essa correcção, no plano que pairava em nosso espirito, deveria igualmente abranger as omissões, e, assim, dariamos maior desenvolvimento quer á parte biographica quer á anecdotica, referentes a varias individualidades das gerações academicas de que tivessemos tratado.

Por não figurar neste livro o promettido *Appendice*, não se segue que tenhamos desistido de tal idéa; o que ha é o simples adiamento da sua execução. Adiámo-la para o ultimo volume, que ha de fechar estas **TRADIÇÕES E REMINISCENCIAS**, cuja collecção, nos parece, comprehenderá não menos de doze séries.

Mais uma vez, agradecemos, á imprensa, aos criticos e ao publico em geral, o acolhimento extremamente benevolo concedido a este nosso trabalho.

Egual reconhecimento ás pessoas que nos teem coadjuvado com o precioso subsidio de suas informações, sem as quaes impossivel nos fôra dar conta de tão ardua tarefa.

S. Paulo, Outubro de 1908.

J. L. DE ALMEIDA NOGUEIRA.

CAPITULO I

A turma academica de 1829-33

PARTE PRIMEIRA

Periodo agitado—Dois factos principaes—Chegada de Badaró a S. Paulo e suas licções de geometria—Sua popularidade entre os estudantes—Odios que despertou como jornalista politico—O attentado de que foi victima—Pormenores—Dolorosa emoção causada no povo e na classe academica—Os indigitados assassinos—Outra versão sobre a auctoria do attentado—A sentença da historia—Officio de Arouche Rendon—Um soneto academico—Estacionarismo da capital paulista—Transformações no convento e no largo de S. Francisco—A matricula no primeiro anno em 1829—Bonança e tempestade nos exames—Os lentes desta turma academica—A falta de lentes, de 1831 a 33—Um candidato com muito phosphoro no cerebro.



PARA a pequena população da antiga Paulicéa, bem como, aliás, para toda a communhão nacional, agitado perpassou o quinquennio de 1829 a 1833.

A mocidade academica, com o espirito impressionavel dos verdes annos, e com o ardente patriotismo avivado pelo grandioso acontecimento da nossa emancipação politica, não se podia furtar ás emoções do meio social. Não fosse ella a mocidade academica, a fiôr vivaz a desabrochar da intellectualidade brasileira!... Não

respirasse a largos pulmões as idéas-forças que vivificavam todo o nosso patrio ambiente.

Dois acontecimentos, todavia, um de ordem geral e outro local, emocionaram principalmente, nesse periodo, o espirito da classe academica, não menos que o dos habitantes da capital paulista: o 7 de abril de 1831 e o assassinio de Badaró.

Do primeiro já nos occupámos ligeiramente, sob o exclusivo ponto de vista da sua repercussão na Academia de S. Paulo. Quanto ao segundo, como recusar-lhe agora, sem sacrificio do nosso programma, uma breve referencia?

Já residente no Rio de Janeiro, desde mais de dois annos, e tendo alli boa clinica, o celebre medico e jornalista italiano, tão conhecido pelo seu exaltado liberalismo, veiu a S. Paulo em meados de 1828, talvez attrahido pelas tradições politicas desta terra e pela fama, que começava a ecoar na capital do Imperio, do progresso intellectual da nossa nascente Academia de Direito.

Um officio do director Arouche Rendon ao ministro do Imperio, Pedro de Araujo Lima, de 1 de julho de 1828, dizia o seguinte:

«... Com este professor (¹), chegaram dessa

(¹) Augusto Candido da Silva Pinto, professor de lingua franceza, que muito deu que falar de si, e de quem opportunamente nos occuparemos.

provincia cinco estudantes, e bem assim um medico italiano, formado em Pavia, de nome João Baptista Badaró, o qual annunciou que estava prompto a ensinar gratuitamente arithmetica e geometria, emquanto não vinha o professor daquella cadeira. E como de se acceitar esta offerta poderiam resultar bens e nunca males, falei ao vice-presidente (1) e de accôrdo entre ambos é admittido a ensinar como mestre particular, mas, não tendo elle casa sufficiente, por estar hospedado na casa do deputado Costa Carvalho, se lhe arranjou logar no mesmo palacio do governo, onde estão outras aulas, com utensilios proprios daquella sciencia, que aqui havia do tempo em que se ensinou geometria. Muito estimarei que todo o referido mereça a approvação de S. M. Imperial».

Por aviso de 27 do mesmo mez, expedido já então por José Clemente Pereira, approvou o governo a providencia adoptada.

E, de facto, havia urgencia nesse alvitre, por isso que, até então, as matriculas no Curso Juridico se faziam com dispensa provisoria do exame de geometria, que deveria ser prestado mais tarde. Essa concessão equitativa fôra de-

(1) O bispo D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade.

terminada pelo facto da inexistencia de aula de geometria em S. Paulo.

Badaró teve, por isso, muitos discipulos, quer preparatorianos, quer cursistas.

Além de instruido, era bondoso e tratava com carinho os seus discipulos. Estes estimavam-no, chasqueavam com elle e chamavam-lhe o «Botas», por usar de calçado muito grosso e ter um pisar pesado e estrepitoso. (1)

Envolvendo-se com ardor nas pugnas da imprensa e chamando a si a redacção do *Observador Constitucional*, folha partidaria opposicionista, de estylo violento e com grande acção sobre o espirito publico, tornou o seu nome popularissimo. Era, comtudo, inevitavel o contra-choque. Desse mesmo facto originaram-se, na verdade, contra o valente jornalista, inflammadas odiosidades.

Era coisa naturalissima. As individualidades ou collectividades aggreddidas não lhe haviam de ter devoção como a um santo.

Residia Badaró na antiga rua de S. José, que hoje tem o seu nome, no ponto fronteiro á ladeira do Dr. Falcão.

Foi á porta dessa casa, na noite de 20 de novembro de 1830, que elle cahiu mortalmente ferido, vindo a expirar momentos depois.

(1) Argemiro da Silveira — *Alguns apontamentos biographicos de Líbero Badaró*, Rio de Janeiro, 1890.

Sobre a auctoria do barbaro attentado, eis o que escreve e o que reproduz o dr. Argemiro da Silveira :

«Perguntará agora o leitor quem eram os assassinos.

Basta-nos, por emquanto, transcrever um topico de um notavel artigo do *Rebate* (edição de 26 de junho de 1888), que sabemos ser devido á habilissima penna de um illustrado polygrapho muito versado em coisas de historia patria (4).

Foi a unica referencia positiva que pudemos achar sobre os perpetradores do crime.

Se teriamos escrupulos em avançar por nós (insufficiencia de dados, naturalmente) o que ahi se diz, nenhum receio nos inspira a transcripção desse trecho, que, publicado, ninguem soube contestar. Que seja, portanto, reimpresso.

Diz o auctor: «No correr de novembro de 1830 apeou na freguezia do Braz, em a chacara do dr. Justiniano de Mello Franco, o tenente de caçadores Carlos José da Costa, vindo por terra do Rio a S. Paulo para executar a *sentença*, sob promessa de ser promovido ao posto de capitão. Não conhecendo o *condemnado*, pediu a Mello

(4) O dr. Argemiro da Silveira, por discreto, não o declara, mas allude manifestamente a Julio Ribeiro. Era elle, com effeito, nessa época, o brilhante redator do *Rebate*, folha de propaganda republicana.

Franco um seu filho, que lh'o fosse mostrar: foi-lhe negado o concurso do menino, dando-se-lhe como substitutó o allemão Henrique Stock ⁽¹⁾, que de boa vontade se prestou... Na noite de 20 de novembro, apercebidos de armas e disfarçados, foram os dois sicarios postar-se junto á casa em que morava Badaró, e que ficava na rua de S. José, ao lado esquerdo de quem ia para o largo de S. Francisco, em frente á propriedade que é hoje do sr. Proost Rodovalho. Magnifico, soberbo, claro como o dia era o luar dessa noite nefanda... A rua estava cheia de transeuntes, familias, innocentes meninas passavam sem desconfiança por junto dos vultos, que, fingindo-se ébrios, aguardavam a victima. Por essas mesmas horas, em casa do dr. Candido Ladislau Japiassú, jogavam com elle ao voltarete Thomaz José Pinto de Siqueira («vulgo» Siqueira Moleque), João Caldas Vianna e Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, depois Barão de Guahy ⁽²⁾. No correr da conversação, com que entresachavam o jogo, escaparam ao dr. Japiassú estas palavras: «Não tardará muito a que pague Badaró as injurias que tem vomitado».

(1) Azevedo Marques, nos seus *Apontamentos Historicos*, diz Simão Stock; outros dizem Stockler.

(2) Aliás, Barão de Quarabim. Pedro Chaves e Caldas Vianna eram então estudantes do terceiro anno do Curso Juridico, tendo começado os estudos na Universidade de Coimbra. O dr. Pinto de Cerqueira (e não Siqueira) era lente cathedratico de Direito Ecclesiastico.

Voltemos aos emboscados. Fingindo-se ébrios, junto á casa de Badaró, entendiam com quem passava e atiravam chufas a torto e a direito.

Aconteceu approximar-se o marceneiro inglez Roberto Watkins, tio por afinidade do valente democrata Manuel Lopes de Oliveira. Stock dirigiu-lhe pilherias.

— Stock, vá cozinhar a bebedeira em casa: não é decente curtil-a aqui na rua —olveu-lhe aquelle.

A estas palavras, que mostravam não ter valido o disfarce para occultá-lo, Stock desapontou e emmudeceu.

Escoado pequeno lapso de tempo, veio chegando Badaró. Stock reconheceu-o, acercou-se-lhe e travou conversação com elle nos seguintes termos:

— Sr. dr. Badaró, quero que v. s.^a ponha na sua folha o ouvidor Japiassú, que me lesou em um negocio de farinha de trigo.

— Amigo, é um pouco tarde para tratarmos disso; venha depois de amanha, segunda feira, e então arranjaremos.

— Pois virei.

— Bem, então boa noite.

Este dialogo, verdadeiro beijo de Judas, tinha por fim dar a conhecer o infeliz democrata ao matador, que, levantando por baixo da japona uma pistola previamente engatilhada, disparou um tiro de bala, que foi empregar-se no baixo ventre da victima.

Cahir Badaró ferido de morte, gritando por soccorro, evadirem-se assassino e cúmplice e acudir o estudante Varella (1), foi obra de um momento só...»

O auctor da transcripção acrescenta:

«De pessoas antigas temos ouvido a confirmação de varios dos incidentes narrados pelo redactor do *Rebate*, e uma dellas, que foi contemporanea ao facto, ajuntou-nos que, findo aquelle dialogo, o assassino dissera:

— «A correspondencia contra o dr. Japiassú é esta!...»

E disparou a arma.

Ouvimos da mesma pessoa que poucos momentos bastaram para uma massa compacta de povo se agglomerar aos lados da casa de Badaró, no trecho da rua de S. José, entre as do Ouvidor (actual José Bonifacio) e Direita, sendo enorme a concorrência de povo que subia pelas ladeiras de Santo Antonio (Dr. Falcão) e do Meio (ladeira do Ouvidor) e que descia das ruas do Jogo da Bola (Quintino Bocayuva), S. Bento, Direita e outras.

Só não se diz que houvesse comparecido a

(1) Emiliano Fagundes Varella, estudante de preparatorios, filho do lente Varella e pae do poeta Fagundes Varella. Formou-se em 1886.

primeira auctoridade judiciaria da comarca, o ouvidor Candido Ladislau Japiassú, bem como o juiz de paz da respectiva freguezia (a da Sé), que só foi encontrado pelo povo no dia 21, em casa daquelle magistrado.»

O dr. Pinto Junior, auctor de interessante monographia sobre o horroroso attentado (1), referindo-se á impressão por elle causada no espirito popular, e quanto emocionou a classe academica, contribue com o seguinte testemunho para esta lugubre pagina da nossa historia contemporanea:

«A noticia de que o dr. Badaró tinha sido assassinado correu como uma scintilla electrica e minutos depois um numero de estudantes de Direito corria a chamar nosso prezado pae o cirurgião-mór Joaquim Antonio Pinto para que fosse prestar os soccorros da sciencia ao seu infeliz collega; nós o acompanhámos, e ao chegar á pequena casa terrea em que habitava a victima, na rua de S. José, difficilmente pudemos atravessar a onda de povo, que literalmente enchia a rua.

Badaró estava deitado sobre um leito, pallido, com essa pallidez da morte que lhe estava

(1) Dr. J. A. Pinto Junior. *O assassinio de João Baptista Badaró*. Rio de Janeiro, 1876.

proxima, a larga fronte banhada em um suor frio, o pulso lethal, mas o rosto sereno e a palavra sonora.»

Deu-se o obito no dia seguinte, exactamente 24 horas depois do attentado.

Refere a tradição que, no seu leito de morte, alludindo ás consequencias do attentado, Badaró dissera: «Morre um liberal, mas não morre a liberdade!...»

Durante todo o dia 21, conservou-se agitada a população de S. Paulo, e a indignação geral subia de ponto na medida da inercia das auctoridades. Grupos numerosos de populares, entre os quaes grande numero de estudantes, percorriam as ruas procurando o juiz de paz da Sé, padre José Antonio dos Reis, e, como o não encontrassem, o de Santa Ephigenia, padre Vicente Pires da Motta, então terceiro-annista de Direito, para effectuar a prisão dos assassinos. Outro grupo, tambem capitaneado pelos estudantes, seguiu para a frente da casa de Japiassú, com disposições aggressivas, pois era voz geral que os assassinos haviam sido tres allemães a mandado do ouvidor.

Os allemães indigitados foram presos pelo padre Vicente e o coronel Carlos Maria de Oliva, commandante das armas. O dr. Japiassú, preso a principio, ou antes guardado pela policia, a seu proprio requerimento, conseguiu evadir-se e se-

guir furtivamente até ao Cubatão e de lá, em canôa, até o Rio de Janeiro.

Não se livrou, comtudo, de ser pronunciado, como mandante, ao passo que os tres allemães foram pronunciados como mandatarios. Destes, porém, um foi condemnado, ao passo que Japiassú alcançou ser despronunciado. E nem podia ser outro o desenlace, pela deficiencia de provas.

Outra versão attribue a auctoria moral do delicto a Pedro I, accusação essa a que deram ou simularam dar credito os povos de Barbacena e outras cidades mineiras, que recebiam o imperador, na sua viagem a Minas, por aquelle tempo, a dobres de sino para exéquias por alma de Badaró.

Os que adoptam essa versão não se afoitam a affirmar que D. Pedro directamente mandasse alguém assassinar a Badaró. Pretendem, porém, que elle se queixou dos ataques que soffria do jornalista italiano, e que alguém, que ouvira as recriminações imperiaes, as repetiu num grupo de aulicos, accrescentando imprudente ou perversamente: «E não haver um homem para eliminar esse atrevido!» Um official militar, que estava presente, considerando acção meritoria a *eliminação* do estrangeiro *atrevido*, que ousava assim offender ao imperador do Brazil, concebeu desde logo a idéa de ser o *homem*, o heroe desejado

para aquella punição... E quem sabe se não estaria naquelle factó a sua immediata promoção a posto superior!...

Corroborando essa tradição, escreve o dr. Pinto Junior:

«Vinte annos depois tivemos occasião de vêr e observar junto á barra da Bertioga, na cidade de Santos, em uma situação pobre, isolada de vizinhos, um velho de longas barbas brancas, alquebrado pelos annos, senão pelos remorsos; a velhice, que chama a attenção de todos, e inspira respeito, naquelle vulto sinistro incutia repugnancia, se não verdadeiro terror!

— «Eis alli o executor do assassinio do infeliz Badaró» — alguem nos segredou aos ouvidos.»

Sobre o mesmo objecto, lê-se o seguinte trecho nos *Apontamentos historicos* de Azevedo Marques (1):

«A respeito da condemnação do allemão, que se chamava Simão Stock, é força confessar que a opinião publica, passado algum tempo depois da condemnação, começou a manifestar apprehensões sobre a justiça da sentença; dizia-se mesmo que o verdadeiro assassino havia sido um

(1) Azevedo Marques, *Apontamentos historicos etc. da Provincia de S. Paulo*. Ver João Baptista Libero Badaró, vol. II, pag. 21.

official de linha do exercito; que assim o havia declarado *in articulo mortis*.»

Muito mais affirmativo é o dr. Argemiro da Silveira, quando escreve (1):

«No emtanto, nem sequer foi concedido o posto de capitão ao tenente assassino, que o desejava em retribuição ao relevante serviço prestado á patria. . .

O verdadeiro assassino foi esse militar, o qual (como ouvimos de mais de uma pessoa) acabou em Santos na miseria e no desamparo, sendo que todos os do logar conhecem-no como tal, e ajuntam que, *in articulo mortis*, confessára elle o crime, pedindo perdão.»

Como se vê do que ahi fica exposto, este ponto constitue ainda obscuro problema na nossa historia paulista. É já tempo de estudá-lo e projectar sobre elle a necessaria luz.

Não nos compete esta tarefa, e menos ainda neste logar; se delle incidentemente nos temos occupado, foi tão sómente pela parte emocional que nelle tomaram os estudantes da nossa Academia.

Dessa co-participação ainda nos dá noticia

(1) Argemiro da Silveira, obr. cit., pag. 57.

o seguinte officio inédito, endereçado pelo director do Curso Juridico ao Ministro do Imperio :

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — O governo desta provincia deve ter levado ao conhecimento de v. ex.^a os procedimentos que aqui tem havido dos estudantes de mistura com os paizanos contra o ouvidor Japi-Assú, por occasião da morte do dr. Badaró.

Pode ser que eu tenha sido censurado por não participar a v. ex.^a, e mesmo por não providenciar; e por isso sou obrigado a dizer a v. ex.^a que me não pertencia conhecer de factos publicos que estão a cargo das auctoridades constituidas, e nem podia providenciar, porque até ao presente a minha auctoridade apenas se estende a reprehender (Av. de 1 de fevereiro do corrente anno), o que não faço porque é inutil reprehender a homens que sabem que eu não posso passar avante. Fiz o meu dever em ser importuno aos antecessores de v. ex.^a pedindo ordens policiaes interinas emquanto a Assembléa Geral as não decretava. Consegui unicamente a jurisdicção de reprehender. Sempre disse, e ainda o digo, que o Curso Juridico se conservava por milagre. Deus não quiz agora continuar no mesmo milagre, e o que dahi se segue é que em lugar de utilidade publica, colhe-se: primeiro, perturbação da ordem; segundo, habilitarem-se para os cargos publicos homens ignorantes e desmoralizados.

O portador deste officio é o lente dr. Thomaz José Pinto Serqueira. Elle viu a scena de mais perto (eu moro na chacara) e poderá melhor informar a v. ex.^a, para dar aquellas providencias que julgar mais convenientes a bem do publico e dos mesmos estudantes; porque estes, se assim obram, é porque estão sem freio algum na idade das paixões mais violentas e dos desvarios, e posso dizer, em obsequio á verdade, que estão desamparados do governo.

Deus guarde a v. ex.^a muitos annos.

S. Paulo, 29 de Novembro de 1830.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} sr. José Antonio da Silva Maia.

José Arouche de Toledo Rendon, director do Curso Juridico.»

Um poeta academico, o padre José Mariano Gomes Baptista, que cursava então o 1.^o anno, dedicou ao tragico attentado o seguinte inspirado soneto:

A' morte do dr. João Baptista Badaró

Seja-te leve a terra, ó grande, ó justo!
Corajoso escriptor, da Patria esteio,
Outr'ora ella te viu, sem vil receio,
Regar da Liberdade o tronco augusto.

P'rigos venceste, subjugaste o susto,
Ao Despotismo audaz puzeste um freio,
Viste de benções mil, de gloria cheio,
Triumphar a razão, mas não sem custo.

Ah! se podem soar na Eternidade
Os tristes echos de magoadο pranto,
Que em nós excite funeral saudade;

Attende, lá do empyreo sacrosanto,
A dor pungente, & lugubre anciedade
Do Brazil, que, em perder-te, perdeu tanto.

É já tempo de encerrarmos este doloroso capitulo, cujo objecto profundamente abalou o sentimento academico, e como tal não nos podia passar despercebido.

Nenhuma alteração sensivel se podia mencionar entre a Paulicéa de 1833 e a do quinquennio anterior, que já ficou por nós esboçada na chronica referente áquelle periodo.

Ainda mais. Prolongou-se esse quasi completo estacionalismo da nossa capital por cerca de sete a oito lustros áquem daquella data. Durante todo esse dilatado periodo, verdadeiramente longo na vida de uma cidade nova, adormecido se manteve o nosso progresso, pois S. Paulo não viu crescerem de modo perceptivel a sua população, a sua riqueza e nem tão pouco os melhoramentos materiaes de que tanto carecia. Quasi diriamos que tambem não se alteraram de modo consideravel os habitos e costumes dos seus habitantes.

O recenseamento official procedido em 1874 accusou para a capital paulista população inferior a 20.000 almas.

No decennio de 1860 a 1870, assignalavam-se pela ausencia entre nós quasi todos os melhoramentos materiaes que a civilisação moderna tem tornado indispensaveis nos grandes centros urbanos. Não tinhamos illuminação sufficiente, systema de canalisação de aguas, serviço de exgotos, calçamento regular, carros de praça, nem tão pouco o vapor, o gaz, o gelo, etc. Não se encontravam na cidade restaurantes, cafés, confeitarias, casas de banhos, bancos, etc.

O serviço postal era deficientissimo e deficientes os meios de communicação. A mala do Rio chegava de seis em seis dias, e o transporte de mercadorias effectuava-se em costas de muires.

Muito poderiamos accrescentar ao que aqui fica, em demonstração da morosidade, durante todo esse largo periodo, da transformação de S. Paulo. Acreditâmos, porém, que essas poucas notas historicas justificam sufficientemente a desnecessidade de repetirmos em cada capitulo deste trabalho a descripção do meio social em que se desenvolveu cada geração academica.

Se, porém, a cidade pouco ou mesmo quasi nada se transformou durante o quinquennio de 1829 a 1833, outro tanto não se pode affirmar quanto ao edificio da Academia.

Depois da primeira adaptação do velho convento de S. Francisco para nelle se installar o

Curso Juridico, outras modificações se fizeram necessarias já para o augmento das salas de aulas, já para a installação da secretaria, da bibliotheca e de outros commodos indispensaveis, visto a differença entre os destinos de um mosteiro e de uma academia.

Dessas obras de transformação encontra-se noticia nos poucos documentos existentes na Secretaria da Faculdade, salvos do incendio de 1880, e noutros que puderam ser copiados do archivo do ministerio do Imperio.

As principaes dessas reformas foram a destruição das cellas existentes no pavimento superior, onde está hoje a Secretaria, e por muitos annos foi o salão da bibliotheca, e a abertura do largo de S. Francisco, que era primitivamente quintal do convento.

Deste ultimo facto dá auctorizada confirmação um illustre nonagenario que ainda vive e gosa perfeita saúde physica e mental. (1)

«Antigamente, a frente do convento ficava dentro de um quintal, que tomava todo o largo actual de S. Francisco, só deixando livre um pátéo na frente da igreja e as duas ruas lateraes, que o isolavam. Encravado nesse quintal, com a frente

(1) Dr. Francisco de Assis Vieira Bueno, *A cidade de S. Paulo*, artigo inserto na *Revista do Centro de Sciencias e Artes*, de Campinas, Fasc. de Janeiro de 1908

para o dicto páteo, havia, pegado ao vestibulo da egreja, um casebre em que annualmente pelo Natal os frades expunham presepio muito visitado.

Não sei precisamente quando o largo de S. Francisco veiu a ficar descortinado pela demolição dessas tranqueiras. Conjecturo que foi por occasião da adaptação do convento para a instalação da Faculdade, pois que, quando a aula de latim, que eu frequentava, foi removida do Palacio para a Faculdade, por ter ficado pertencente ao curso annexo, já o largo estava desafogado».

A remoção da cadeira de Lingua Latina, que até então funcionava nos baixos do palacio do governo, o antigo *Collegio* dos jesuitas, parece ter-se effectuado no mez de março de 1829, em vista dos officios do director do Curso Juridico ao ministro do Imperio, datados de 9 de novembro e 20 de dezembro de 1828, e principalmente no de 28 de fevereiro de 1829, no qual está o seguinte trecho:

«V. ex.^a em aviso de 20 de dezembro p. p. me participou que S. M. o Imperador fôra servido ordenar que as aulas menores fiquem todas no mesmo edificio do Curso Juridico, á excepção das de primeiras letras e das mais cadeiras estabelecidas fóra da cidade. Para isto se estão acabando de preparar duas aulas, uma das quaes é para a Lingua Latina e outra para Rethorica

e Philosophia, ambas nos baixos do edificio, bem como ali estão a aula de Francez e Geometria e duas do Curso Juridico. (1).

Nos altos ainda nada se fez, porque S. M. o Imperador ainda o não mandou e nem ainda mandei a v. ex.^a a planta do edificio e cerca, pelas occupações de um unico engenheiro, que aqui ha.»

Matricularam-se no primeiro anno do Curso Juridico em 1829 nada menos de 73 estudantes, dos quaes sómente 69 se habilitaram para o acto com o pagamento da segunda taxa da matricula.

Dessa turma que iniciou os estudos em 1829 sómente chegaram ao termo da romaria, em 1833, cincoenta e um. O numero, porém, dos que se graduaram bachareis nesse anno elevou-se a 58, por se terem aggregado á turma, desde o segundo anno em deante, outros alumnos de annos anteriores, outros vindos de Coimbra e alguns de Olinda.

Dos 58 bachareis nada menos de 10 defenderam theses e alcançaram o gráu de doutor, como adeante veremos.

Nos dois primeiros annos subsequentes á inauguração do Curso Juridico, houve, segundo

(1) Em todo e anno de 1829, não estavam effectivamente inauguradas senão as aulas do primeiro e segundo annos do Curso Juridico.

parece, excessiva benevolencia nos exames. O mau effeito desse facto operou certa reacção em 1830, e disto, com manifesto gaudio, dá noticia ao governo o director da Academia em officio de 12 de dezembro, nos seguintes termos:

«... E como se acha findo o anno lectivo, tenho a honra de apresentar a v. ex.^a o mappa incluso, em que mostro em resumo o estado do Curso Juridico e no qual v. ex.^a verá que 22 tiveram R, e 16 foram reprovados. O numero destes devia ser maior, mas foi preciso caminhar com vagar e prudencia. No numero dos 11 que ainda não fizeram exames se incluem os doentes, alguns que a falta de assistencia obrigou a regressarem para suas terras, e alguns tambem que por medo dos exames os não fizeram, talvez com animo de estudarem nas férias. Os lentes se teem comportado bem e merecem elogio pelo muito que trabalharam este anno. Tudo o mais vae com andamento regular.»

Os lentes, que leccionaram para a turma que estamos estudando, foram:

Primeiro anno (1828)

O padre dr. Antonio Maria de Moura, de quem já longamente nos occupámos.

Explicou Direito Natural, e, por adoptar o

compendio de Fortuna, teve logo no principio um attrito com o dr. Brotero, que preferira Perreau. Prevaleceu o alvitre da liberdade de escolha de compendios, sempre que não houvesse um adoptado legalmente ou por ordem do governo.

Segundo anno (1830)

Ainda o mesmo dr. Moura, que explicou, em continuação, Direito Publico, Analyse da Constituição e Direito das Gentes.

Em sua ausencia, como deputado á Assembléa Geral, foi substituido pelo dr. Brotero, que accumulava' esta com a sua cadeira de primeiro anno.

A cadeira de Direito Ecclesiastico foi regida pelo dr. Pinto de Cerqueira, nomeado titular da mesma na vaga aberta pela demissão do dr. Balthazar Lisboa.

Terceiro anno (1831)

A primeira cadeira, de Direito Criminal, foi regida pelo respectivo cathedratico dr. Fernandes Torres; e a de Direito Civil, pelo dr. João Candido de Deus e Silva (¹), chegado a S. Paulo

(¹) Aproveitamos o ensejo para corrigir um equívoco que nos escapou na chronica do quinquennio de 1837-48. Dissemos então que o dr. João de Deus não tinha jámais entrado em exercicio da sua cadeira. Não é verdade. O contrario se vê do officio de 11 de março de 1831, do director da Faculdade ao ministro do Imperio.

nesse mesmo anno e com cuja presença se completava o numero de nove lentes, o que permitia, pela primeira vez, a abertura de todas as aulas do Curso Juridico.

O dr. João de Deus alternava no terceiro e quarto annos de Direito Civil com o dr. Cabral, já muito nosso conhecido.

Aquelle era natural do Pará. Nasceu a 11 de março de 1787 e falleceu em Nietheroy a 8 de agosto de 1860. Recebera o gráu de doutor em Direito na Universidade de Coimbra. Foi lente do Curso Juridico um anno só, sendo demittido, a seu pedido, em 1831.

Seguiu depois a carreira da magistratura e chegou a desembargador da Relação do Maranhão, cargo em que se aposentou.

Foi deputado geral pelo Pará na 1.^a legislatura, de 1826 a 29. Já havia sido antes, em 1821, votado para deputado ás Côrtes Geraes de Lisboa. Empatára então com o bispo D. Romualdo, em favor de quem decidiu a sorte.

É auctor de muitas versões do francez para a lingua vernacula.

Quarto anno (1832)

A cadeira de Direito Civil, que veiu a vagar por se ter demittido o dr. João de Deus, foi regida pelo dr. Cabral, que a accumulava com a do terceiro anno de Direito Civil.

A de Direito Commercial estava já então a cargo do dr. Clemente Falcão, ainda lente substituto.

Quinto anno (1833)

Era cathedratico de Economia Politica o dr. Carlos Carneiro de Campos; e a de Processo Civil, vaga desde 1831 com a morte do dr. Varella, foi regida por varios substitutos, até que nella foram providos Moura, depois Silveira da Motta, e mais tarde, por longos annos, Ramalho.

No periodo de 1831 a 33 luctou o director da Academia com graves difficuldades, originadas da falta de lentes para o funcionamento de todas as cadeiras do curso.

Nos afflictivos apertos em que por mais de uma vez se viu Arouche Rendon, occorreu-lhe a idéa de pedir ao governo que o auctorizasse a convidar estudantes do quarto e do quinto annos para regerem cadeiras de materias já por elles estudadas.

Não prevaleceu esse alvitre. Em todo o caso, teve o governo de fazer nomeações de substitutos interinos para, antes das delongas dos concursos, leccionarem algumas das disciplinas da Faculdade.

Nesse character, tiveram nomeação os drs. Manuel Joaquim, Manuel Dias de Toledo e Pires da Motta, pouco após a formatura e antes da defesa de theses.

São expressivos para dar a exacta comprehensão daquella contingencia os seguintes topicos da correspondencia official do director da Academia endereçada ao governo:

Officio de 20 de maio de 1831:

«... Para dizer tudo a v. ex.^a, acrescento que, quando vi que estava nas tristes circumstancias de fechar-se a aula, já tinha tencionado nomear interinamente um estudante do quarto anno que quizesse reger a cadeira; pois que os estudantes já falavam neste remedio e queriam subscrever uma gratificação.»

Officio de 1 de abril do mesmo anno:

«... Por occasião disto mesmo, e pelo temor de que fiquem fechadas as aulas com prejuizo irreparavel da mocidade, lembro a v. ex.^a que no quarto anno ha alguns estudantes muito capazes de lerem nas cadeiras em cujas materias fizeram por isso progressos além do ordinario. Quando queira, em caso de necessidade, lançar mão deste recurso, me participará as ordens de s. m. imperial.»

Taes eram, em summa, as agruras em que se encontrava, por deficiencia de lentes, o Curso Juridico em 1831, que o seu director chegou a informar favoravelmente um requerimento, que lhe remetteu o governo, no qual pedia provimento numa cadeira de lente ou numa vaga de

substituto o dr. Philippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente...

Quem era esse candidato?

Era um illustre cidadão, illustre sim, pois era dotado do grande talento e extraordinaria erudição mas... espirito algum tanto desequilibrado.

Eleito deputado geral pelo Pará á legislatura de 1842, que foi previamente dissolvida, o dr. Patroni achou meio de celebrar-se nas poucas sessões preparatorias que então se celebravam.

Falava a todo proposito e sem proposito algum, falava longamente, e a sua palavra era mais que fluente, era torrencial, vertiginosa, causando desespero aos tachigraphos. As suas idéas eram originalissimas, e a sua erudição, como dissemos, era vasta, vasta sim, mas indigesta. Em summa, o lente *manqué* da Academia de S. Paulo constituiu a nota comica naquelle congresso tambem *manqué*.

Ao dr. Patroni cabe a gloria de ter sido o fundador da imprensa na provincia do Pará.



CAPITULO II

A turma academica de 1829-33

PARTE SEGUNDA

Os que não se formaram—Os que anteciparam ou atrazaram a formatura—Padre Anacleto Coutinho—Pilula preservativa—Sua vida publica—Pereira Lima—Padre Angelo da Fonseca—Silva Pinto—Figueiredo Rocha—Campos Mello—Bernardino de Queiroga—Bernardo de Azambuja—Bulhões Ribeiro—Domiciano L. Ribeiro—Francisco de Araujo—Viagem de Mogy-mirim a... Mogy-mirim—Francisco Victor—Padre Monte Carmello—No pátio municipal—«Traga o pito!»—Ferreira Baptista—Francisco de Lima—Torres Quintanilha—Silva Queiroz—Guilherme Bandeira—Ignacio de Araujo—Ignacio Manuel A. de Azevedo—Romeu e Julieta—Um salão fluminense—Tradição controvertida—*Amicos certus in re incerta*—Outro filho poeta—Sua vida publica.—Moraes Torres—Castro Roza—João A. de Miranda—Silva Peres—Souza Mello—João Pupo—Padre Alvarenga Rangel—Dias de Castro—Carneiro Vianna—João José Pereira—Padre João Barboza.



Dos estudantes matriculados em 1829, no primeiro anno do Curso Juridico, deixaram de formar-se, ou não se formaram em S. Paulo, os seguintes:

JOÃO EVANGELISTA DE SOUZA TEIXEIRA.—
Mineiro, de S. João d'El-Rey; filho de Francisco

José Teixeira, e irmão de Joaquim José Teixeira Leite, também matriculado em 1829, mas formado em 1834.

PANTALEÃO JOSÉ DA SILVA. — Mineiro, de Ouro Preto; filho de Apollinario José Dias e irmão de Apollinario José da Silva, formado, este, em 1834.

JUSTINIANO BAPTISTA DE SOUZA. — Fluminense, de Campos; filho de João Baptista de Souza.

LUIZ BARBALHO MUNIZ FIUZA BARRETO DE MENEZES. — Bahiano, de Santo Amaro, nascido em 1810; filho de João Lopes Fiuza Barreto de Menezes.

JOÃO BAPTISTA DA SILVA BUENO. — Paulista, de Santos, nascido em 1807; filho de José Baptista da Silva Bueno.

DOMINGOS DO AMARAL SILVA GUIMARÃES. — Fluminense, de Campos, nascido em 1808; filho de Francisco José da Silva Guimarães.

ANTONIO AUGUSTO PEREIRA LISBOA DA CUNHA. — Bahiano, nascido em S. Salvador, em 1812; filho de José Herculano Pereira Lisboa da Cunha.

MANUEL THEODORO NASCENTES DE AZAMBUJA. — Fluminense, da Côrte; filho de Manuel Theodoro de Araujo Azambuja, bacharel em letras pela Universidade de Paris, e irmão de Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, que recebeu o gráu de bacharel em 1833.

JOSÉ MARQUES PEREIRA. — Fluminense, da Côrte, nascido em 1813; filho de José Marques Pereira.

FERNANDO LOPES DE CAMARGO. — Paulista, de Mogy-mirim; filho de José Nepomuceno de Souza.

JOÃO CARNEIRO DA SILVA REGO. — Bahiano, da capital; filho de João Carneiro da Silva Rego.

JACYNTHO MASCARENHAS FURTADO DE MENDONÇA. — Fluminense, da capital, nascido em 1809; filho de Jacyntho Furtado de Mendonça.

JOSÉ PEREIRA ALVES. — Fluminense, carioca; filho de Antonio Alves. Matriculou-se no primeiro e segundo annos, simultaneamente, mas, como o dos precedentes, o seu nome não figura na relação dos bachareis formados em S. Paulo, em 1833.

ANTONIO BANDEIRA BARRETO. — Fluminense, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 1812;

filho de Lourenço Antonio Barreto e D. Rosa Bandeira de Gouvêa.

Intelligente, e, de principio, applicado, tornou-se depois mau estudante; em consequencia, foi reprovado no terceiro anno. Dera causa a essa transformação um fatal namoro terminado em casamento com uma rapariga filha de indios. Seus paes suspenderam-lhe a mezada e elle abandonou os estudos. Deixou-se ficar em S. Paulo a leccionar latim, até 1838, envolto na roda academica.

Nesse anno, depois de gasto o peculio que viera a herdar, obteve uma nomeação de professor primario para a villa da Cutia, e ahi residiu até 1881, data em que falleceu.

Na Cutia, foi chefe do partido conservador e gosou da estima geral, inclusivè dos seus adversarios politicos; e com razão, porque elle era naquella pequena localidade providencia para tudo — medico, advogado, pharmaceutico e até, quanto possivel, padre: e, com isto, bondoso, caritativo, affavel e... compadre de toda a gente.

Deixou numerosa prole, pois sómente filhos, entre legitimos e naturaes, teve cerca de quarenta!

Dois, dentre os primeiro-annistas de 1829 e que deveriam, conseguintemente, bacharelar-se em 1833, dois anteciparam a conclusão dos seus estudos, fazendo, no fim de 1829, acto do primeiro e segundo annos, o que lhes foi facilitado em razão do curso que traziam feito da Univer-

sidade de Coimbra. Foram elles Quintiliano José da Silva e Francisco de Sá Britto Junior, aos quaes já nos referimos no estudo da turma de 1832.

Em compensação, prolongaram, além do quinquennio normal, o periodo do seu curso tres outros estudantes desta mesma turma academica. E são Joaquim José Teixeira Leite, que se bacharelou em 1834, Manuel Pinto de Miranda, que se formou em 1835, e José Joaquim Ferreira, por antonomasia «o Boi», que sómente em 1837 veio a formar-se... após um curso de nove annos!

Passemos agora em revista, um por um, observada a ordem alphabetica, os estudantes que receberam o gráu de bacharel no anno de 1833:

ANACLETO JOSÉ RIBEIRO COUTINHO. — Fluminense, nascido na então villa de S. Salvador de Campos, no anno de 1800, filho de Joaquim Teixeira de Figueiredo Coutinho.

Alto, magro, moreno, pallido, olhos e cabellos negros.

Era já presbytero. Vivia, por isso, algum tanto segregado do bulicio academico. Trajava, porém, como secular. Fez bom curso na Academia, e, depois da formatura, defendeu these e recebeu o gráu de doutor a 10 de março de 1834.

Ainda no correr do mesmo anno, a 20 de junho, foi nomeado, após concurso, lente substituto, e, no mez de outubro, cathedratico da segunda cadeira do segundo anno (Direito Ecclesiastico). Regeu-a até 1859, época em que se jubilou.

No exercicio do magisterio não revelou nem talento superior nem apoucada intelligencia. E assim como tambem não demonstrava copiosa erudição e menos ainda ignorancia do assumpto: era exactamente, no saber e na intellectualidade, uma *aurea mediocritas*. Desempenhava honradamente os deveres do cargo, sem desidia e sem altas pretensões. O seu compendio de Direito Ecclesiastico era o Gmeiner, em latim, cujos paragraphos elle traduzia com facilidade, explicava com discreto desenvolvimento e por vezes quasi que com simples paraphrase.

A sua palavra era mansa, o seu discurso monotonico, a sua voz de pouco volume e diminuto alcance. Os rapazes abusavam da extrema bondade do padre Anacleto, pois elle era, effectivamente, muito bondoso, mais do que isso: bonachão.

Uma vez, tendo chamado em aula um estudante pernambucano, este respondeu-lhe, com mau modo, que não tinha podido estudar a lição.

— Esteve incommodado?—perguntou o lente, com bonhomia.

— Estive.

— Que incommodo? — insistiu, talvez por interesse.

— Pari! — replicou, com estupefacção dos collegas, o grosseiro estudante.

— Deixe estar. — concluiu o padre Anacleto, corando — No fim do anno ministrarlhe-ei uma pilula preta, que ha de preservál-o desses partos intempestivos...

Ninguem tomou a sério a ameaça, por se saber que elle era incapaz, já não diremos de uma vingança, mas mesmo de uma punição merecida.

E, de facto, por occasião dos actos: qual pilula, qual nada! Elle foi para aquelle respondão, como era sempre para todos os discipulos mais fracos, a bandeira de misericordia.

No quatriennio de 1853 a 57 os municipes desta capital elegeram monsenhor (já o era então) monsenhor Anacleto vereador mais votado, e, portanto, presidente da camara municipal.

Em 1852 foi nomeado vigario geral do bispado, e, pouco depois, sua santidade Pio IX deu-lhe o titulo de Camarista Honorario do Habito Roxo.

Depois da sua jubilação, monsenhor Anacleto retrahiu-se completamente da vida publica, limitando-se a exercer com zelo as funcções de capellão do Recolhimento de Santa Thereza.

Falleceu nesta cidade a 10 de setembro de 1881, deixando regular fortuna a seu irmão dr. Joaquim Francisco Ribeiro Coutinho, e varias deixas aos pobres e a instituições pias.

ANDRÉ PEREIRA LIMA. — Bahiano, nascido em 1811, filho de Luiz Pereira Lima.

Havia já cursado, quando veio a S. Paulo, os primeiro e segundo annos juridicos em Coimbra; foi admittido á matricula no terceiro anno, depois de prestado o exame de francez e acto das materias do curso que não eram leccionadas na velha Universidade conimbricense.

Depois de formado, foi juiz municipal na Bahia e posteriormente na Côrte. Nomeado juiz de direito para Goyaz, em 1854, deixou de tomar posse da sua comarca, e assim ficou avulso e excluido da matricula dos juizes de direito.

Em tal situação, deixou-se ficar no Rio de Janeiro, onde, por largos annos, exerceu a advocacia.

É auctor de uma apreciada versão da tragedia *Virginia*, de Alfieri, e de outros trabalhos literarios em prosa e em verso.

ANGELO JOSÉ DA FONSECA. — Fluminense, nascido em campos dos Goitacazes em 1805. Tinha já ordens sacras.

Foi estudante regular. Ao terminar o curso, inscreveu-se desde logo para o doutoramento, e,

de facto, defendeu theses no dia 9 de abril de 1834; mas... não foi bem succedido.

Retirou-se para a sua cidade (então villa) natal, onde abriu escriptorio de advocacia e exerceu cargos de eleição popular.

Foi conego honorario da capella imperial e cavalleiro de Christo.

Falleceu em junho de 1860.

ANTONIO ALVES DA SILVA PINTO. — Fluminense, carioca, filho do commendador Antonio Alves da Silva Pinto, commerciante matriculado, estabelecido á rua da Candelaria ns. 1 e 3.

De posse de sua carta de bacharel, della não fez uso profissional; seguiu a carreira mercantil no Rio de Janeiro e teve curta existencia.

Era «Moço da Imperial Camara».

ANTONIO LADISLAU DE FIGUEIREDO ROCHA. — Bahiano, nascido na Cachoeira em 1814, filho de José Joaquim de Figueiredo.

Foi, em varios biennios, deputado á Assembléa Provincial da sua provincia.

Juiz de direito em 1846, chegou ao cargo de desembargador, no qual se aposentou; vicepresidente do Rio Grande do Sul, em 1851; chefe de policia de Pernambuco, em 1852; dicto de Santa Catharina, em 1854.

Foi deputado á Assembléa Geral, ás decima quarta, decima quinta e decima sexta le-

gislaturas, e residia num hotel, na capital da Bahia.

Em fins de dezembro de 1852, tendo tido sciencia o governo de um desembarque de pretos africanos na praia de Bracuhy, municipio de Angra dos Reis, nomeou chefe de policia da provincia do Rio o dr. Figueiredo Rocha e incumbiu-o da apprehensão dos dictos pretos e bem assim das diligencias necessarias para o processo dos introductores delles e a repressão do trafico. O integro magistrado, auxiliado por 147 praças de linha, que o ministro da justiça puzera á sua disposição, desempenhou com energia e bom exito aquella arriscada commissão. Foram apprehendidos no Bananal alguns dos africanos; processados, mas absolvidos pelo jury, alguns fazendeiros, que haviam sido indigitados. Desses graves acontecimentos occuparam-se ambas as casas do parlamento em sessões do mez de maio de 1853.

ANTONIO MANUEL DE CAMPOS MELLO. — Paulista, de Porto Feliz, nascido em 1809, filho de Antonio de Padua Botelho.

A principio, estabeleceu-se em Guaratinguetá como advogado, e alli se conservou até 1840, época em que foi nomeado inspector da Thesouraria da Fazenda, e veiu domiciliar-se nesta capital.

Teve assento na Assembléa Provincial de S. Paulo, nos biennios de 1836-37, 1840-41,

1842-43 e 1846-47; e na Assembléa Geral, como deputado por S. Paulo, na sexta legislatura (1845-47), e como supplente, com assento, na setima (1848).

Na carreira administrativa, occupou o dr. Campos Mello os mais altos postos, quaes o de presidente da provincia de Alagôas, de 10 de novembro de 1845 a 19 de julho de 1847; o de presidente do Maranhão, de 23 de janeiro de 1862 a 5 de julho de 1863; e, finalmente, o de ministro da justiça, no gabinete de 31 de maio de 1848, presidido pelo conselheiro Paula Souza.

Desde então, fixou domicilio no Rio de Janeiro, onde exerceu a advocacia e habitava numa pittoresca vivenda na Fabrica das Chitas.

BERNARDINO JOSÉ DE QUEIROGA. — Mineiro, natural de Villa do Principe (hoje cidade do Serro), nascido em 1801; filho de Bernardino José de Queiroga, e irmão primogenito do desembargador José Salomé de Queiroga, formado em Olinda, Antonio Augusto de Queiroga, que se bacharelou em S. Paulo em 1834, e Francisco de Queiroga, que começou o curso de Direito e deixou em meio o de engenharia, para se dedicar ao magisterio publico na provincia de Minas.

Depois de formado, exerceu a advocacia em sua terra natal.

Foi deputado á Assembléa Provincial de Ouro Preto, no biennio de 1838-39, e á Assembléa

Geral, na quarta legislatura (de 1842), previamente dissolvida.

Esteve, como terceiro vice-presidente, no governo da provincia de Minas, de 11 de maio a 22 de junho de 1848, e desta data até 4 de novembro do mesmo anno na qualidade de presidente effectivo.

BERNARDO AUGUSTO NASCENTES DE AZAMBUJA. — Fluminense, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 1809; filho de Manuel Theodoro de Araujo Azambuja.

Estudou preparatorios em França, e era bacharel em letras pela Universidade de Paris.

Tinha paixão pela arte dramatica e até, segundo o testemunho de respeitavel contemporaneo, excellente actor do elenco do theatro academico (1), do qual foi um dos fundadores (2).

Exerceu, primeiramente, a advocacia no fôro da capital do Imperio; depois, a magistratura, a saber, o juizado municipal da Côrte em 1842 e o de direito em 1844 na comarca de Rezende, Barra Mansa e S. João do Principe.

Foi deputado á Assembléa Provincial do Rio de Janeiro e deputado geral á oitava legislatura (1849-52).

(1) Dr. Assis Bueno, *Cidade de S. Paulo, Recordações*.

(2) Couto de Magalhães, *Revista da Academia*, pag. 261.

Deixou depois as agitações da politica para se accommodar num emprego administrativo, o de sub-director, e, subsequentemente, o de director da Repartição de Terras e Colonização, no Ministerio da Agricultura.

É auctor de alguns trabalhos de certa importancia sobre colonias e terras publicas.

Tinha o titulo de conselho e as commendas da Rosa e de Christo.

Falleceu no Rio de Janeiro, em 1876.

CARLOS ANTONIO DE BULHÕES RIBEIRO. — Fluminense, da Côrte, nascido em 1813; filho de Manuel Antonio Ribeiro.

Advogado no Rio; juiz de direito em S. Paulo, em 1843; chefe de policia do Pará, em 1845; juiz do civil na Côrte, em 1847; dicto especial do commercio, em 1855.

Falleceu em Paris, em 1857.

DOMICIANO LEITE RIBEIRO. — Mineiro, natural de S. João d'El-Rey, nascido a 3 de abril de 1812; filho de João Ferreira Leite.

Deputado á Assembléa Provincial de Ouro Preto, no biennio de 1838-39; deputado á Assembléa Geral por Minas, em 1842 e em 1863; presidente da provincia de S. Paulo, de 23 de maio de 1866; juiz de direito na comarca do Rio das Mortes e depois presidente da provincia do Rio de Janeiro, de 7 de dezembro de 1865 a 3

de maio a 16 de outubro de 1848; ministro da agricultura no gabinete Zacharias, de 15 de janeiro de 1864; advogado, banqueiro e fazendeiro em Vassouras.

Conhecemos-o pessoalmente em Paris, em 1865. Eramos collegial e o conselheiro Dominiciano um grande do Imperio.

Foi agraciado com o titulo de barão, e, depois, Visconde de Araxá, com grandeza; e era conselheiro de estado ordinario.

Falleceu em Vassouras, a 10 de junho de 1881, deixando distincta prole, á qual legou bens de fortuna e o patrimonio moral de um bello nome.

Fino cultor das letras, abstinha-se, entretanto, de dar á publicidade as suas producções literarias. Existe, comtudo, sob o titulo *Reminiscencias e fantasias*, uma collecção de trabalhos d'elle, prefaciada pelo seu amigo e collega de infancia, Barão de S. João Nepomuceno.

FRANCISCO ANTONIO DE ARAUJO. — Bahiano, nascido na cidade de S. Salvador, em 1813; filho de Bernardo Antonio de Araujo.

Talentoso e applicado, como tal se distinguuiu durante o seu quinquennio academico. Após a formatura, defendeu theses, e obteve, com approvação plena, o gráu de doutor em borla e capello.

Sempre foi, desde estudante, algum tanto original e de humor pouco sociavel. Sem embargo

desse retrahimento, tornou-se, pela sua aptidão professional, advogado distincto e conceituado.

Referem delle algumas distracções, que bem poderiam emparelhar-se com as do dr. Fonseca, do Rio Claro.

Ahi vae uma:

Dizem que de viagem para uma cidade vizinha, a cavallo (pois que não existia naquelle tempo em toda a provincia um só kilometro de estrada de ferro), partira escoteiro e já se achava a duas ou tres leguas além. Nessa occasião, pára em caminho para descansar e dar alento á cavalgada. Apeia-se... sempre entregue a profundas cogitações. Após alguns minutos de repouso, monta de novo a cavallo, e toca o animal. Caminha, caminha... vencendo exactamente a mesma distancia que antes percorrera (oh! por certo, a mesmissima distancia) e por signal que, quando imagina estar chegando ao ponto do seu destino, chega mas é ao ponto de partida, para onde, sem elle dar por isso, o reconduzira o animal.

Nenhuma informação possuimos sobre a sua vida publica.

FRANCISCO ANTONIO VICTOR. — Mineiro, natural de Paracatú, nascido em 1811.

Foi juiz de paz supplente, em S. Paulo. Não temos delle outra informação.

FRANCISCO DE ASSIS MONTE CARMELLO. — Paulista, desta capital, nascido em 1809; filho de José Mendes da Silva.

Alto, corpulento, tez entre morena e clara, physionomia viva e intelligente.

Expansivo, sociavel; bom garfo e melhor copo.

Tinha, quando se matriculou, ordens menores; recebeu depois as de presbytero, dizem que por desgosto de ter sido preterido num concurso para lente da Faculdade.

Talentoso e bom estudante, mas de genio rixoso e temperamento irascivel.

Tinha grande livraria.

Morava nesta cidade, no Tanque do Zunega, hoje largo de Paysandú. Tinha como *governante* uma senhora catharinense, joven e de physionomia agradavel.

Defendeu theses e teve nellas approvação plena, em 1834.

Exerceu a principio um emprego de official na secretaria do governo de S. Paulo.

Teve uma cadeira de deputado á Assembléa Provincial, na primeira legislatura de 1834-35.

Concorreu ao parochiato de Nazareth e foi provido no beneficio de vigario collado da dicta parochia.

Não o confundir com o conego *Joaquim* do Monte Carmello, tambem doutor, mas em Canones, conego da Sé de S. Paulo e constructor do

moderno santuario da Aparecida, municipio de Guaratinguetá.

O dr. Monte Carmello (*Francisco de Assis*) teve, no ultimo periodo do seu parochiato, vida attribulada em Atibaia e Nazareth: luctas, aggressões, processos, attentados contra a sua existencia, etc.

Taes soffrimentos alteraram-lhe um pouco a mentalidade ou exacerbaram-lhe o character, e cremos que, por isso foi suspenso de ordens.

Então, ostensivamente constituiu familia e era visto em frequentes exercicios de equitação em Atibaia e Nazareth, pelas estradas afóra, e nesta capital a palestrar, falando elle só, sempre em voz alta, com calor e não raro com erudição.

Referem delle varias anedotas, entre as quaes as seguintes:

Tinha elle emprestado á Camara Municipal de Nazareth algumas cadeiras. Algum tempo depois, em desavença com a camara, arrecadou as suas cadeiras, e, collocando-as na praça municipal, em frente ao edificio da camara, assentou-se numa dellas, com os trajes caseiros, e dahi poz-se a discursar, mettendo a ridiculo os vereadores.

Noutra occasião, tendo recebido a visita de um prégador que chegára da capital, para tomar parte numa festa em Nazareth, recommendou á sua companheira que não apparecesse na sala e occultasse cuidadosamente cachimbo, chinellos e

outros objectos triviaes, que ás vezes andavam a rolar pela casa.

Entrando depois em conversa com o seu hospede, convenceu-se logo de que elle não era merecedor de tanto constrangimento, e então suspendeu as ordens que havia dado:

— Nha Tucã, pode trazer o pito e os meus chinellos, que o homem é bôbo...

O conego Monte Carmello é fallecido ha muitos annos.

FRANCISCO JOSÉ FERREIRA BAPTISTA. — Fluminense, da Côte, filho de José Ferreira Baptista.

Alto, magro, pallido, rosto comprido, nariz grande; temperamento nervoso.

Intelligente e applicado, fez bom curso academico.

Obteve o gráu de bacharel em 1833, defendendo theses, e doutorou-se, no anno seguinte, em borla e capello.

No mesmo anno inscreveu-se em concurso a uma vaga de lente substituto, para a qual foi nomeado por decreto de 3 de setembro de 1834.

Pouco, porém, permaneceu no exercicio do magisterio superior, para o qual, parece, não tinha vocação. Além de rigoroso em excesso nos julgamentos, era aspero demais no trato com os examinandos. Esse facto deu causa a uma aggressão physica, que elle soffreu em 1835, do estudante rio-grandense Miguel Vieira Braga.

Deste incidente, que produziu grave escandalo na Academia, occupar-nos-emos circumstanciadamente, na chronica da turma dos bachareis de 1837.

O dr. Ferreira Baptista, desgostoso talvez com a impunidade do desacato, solicitou demissão do logar de lente e obteve-a por acto do governo, a 31 de março de 1837.

Mudando-se para o Rio de Janeiro, alli abriu escriptorio de advocacia. Em 1839, foi nomeado promotor publico da Côrte.

Exerceu por longos annos com raro zelo, e até com ardor, os arduos deveres desse cargo; a sua palavra inflammada de indignação era o terror dos réus e o desespero dos noveis advogados, aos quaes por vezes em pleno tribunal elle apostrophava, quando se julgava com razão para lhes extranhar o procedimento.

Falleceu ha muitos annos.

Era pae do talentoso advogado dr. Ferreira Baptista, formado em Direito, em 1870, e tambem fallecido ha longo tempo.

FRANCISCO JOSÉ DE LIMA. — Bahiano, nascido na cidade da Bahia de Todos os Santos, em 1813; filho de Antonio José de Lima.

Matriculou-se numero 1 no primeiro anno, em 1829. Era, pois, o primeiro do *banco da musica*, segundo a giria academica.

Logo depois de formado, inscreveu-se can-

didato ao gráu de doutor; defendeu theses no dia 12 de março de 1834 e... «não foi approvado», diz por euphemismo o termo de julgamento que então se lavrou.

Fixou residencia em S. Paulo, e logo se envolveu nas luctas da politica, alistando-se no partido conservador.

Foi promotor publico desta capital, em 1842; secretario do governo, em 1843; procurador fiscal, em 1851; de novo, secretario do governo em 1852; deputado provincial, nos biennios de 1850-51 e 1852-53; deputado geral supplente, por S. Paulo, á nona legislatura (1853-56).

Mudou-se depois para o Rio de Janeiro, onde, a principio, advogou, e depois foi nomeado secretario da policia, em 1855; nesse emprego se conservou por dilatados annos até que se aposentou, sendo substituido pelo commendador Manuel José de Souza, ex-chefe conservador em Paraty.

FRANCISCO MIZAEI DE TORRES QUINTANILHA.
— Fluminense, filho de José Narciso Quintanilha.

A respeito delle não nos foi possível colher outros dados além da naturalidade, filiação e desta laconica referencia do MEMORIAL PAULISTANO de 1863: «Rio. — Advogado em Itaborahy, vereador em Cabo Frio.

FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA QUEIROZ.— Fluminense, filho de Antonio Ribeiro da Silva Quei-

roz, que foi official da Secretaria da Camara Municipal da Côrte.

Contava vinte annos de idade, quando se matriculou, em 1829, no primeiro anno do Curso Juridico.

Advogado na Côrte, juiz de paz e eleitor.

Tinha o seu escriptorio á rua do Cano (hoje Sete Setembro) n.º 25.

É fallecido desde muito.

GUILHERME BANDEIRA DE GOUVÊA. — Fluminense, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1812; filho de João Bandeira de Gouvêa.

Foi juiz de orphams na Côrte, official maior da Secretaria da Assembléa Provincial de Nicttheroy, deputado á mesma Assembléa, juiz municipal de Macahé, juiz de direito, e, por fim, advogado, na Côrte, com escriptorio á rua dos Latoeiros (hoje Gonçalves Dias) n.º 39, de onde se mudou para a rua do Rosario n.º 123.

É fallecido ha mais de vinte e cinco annos.

IGNACIO JOSÉ DE ARAUJO. — Fluminense, nascido no Rio de Janeiro em 1809, filho de Ignacio José de Araujo.

Alto, claro, barbado, cheio de corpo, pernas finas sem proporção com o busto.

Havia já cursado o primeiro anno na Universidade de Coimbra.

Depois de formado, residiu sempre em S.

Paulo, onde foi juiz municipal e de orphams, coronel commandante superior da guarda nacional e vereador nesta capital; deputado á Assembléa Provincial nos biennios de 1852-53, 1854-55 e 1856-57.

Residia numa vasta chacara no Braz, pouco além do largo da Concordia, e nella ultimamente absorvia sua actividade, como industrial e vinhateiro, absolutamente divorciado de todo convívio com as letras e de qualquer trato social.

É fallecido ha muitos annos.

IGNACIO MANUEL ALVARES DE AZEVEDO. — Fluminense, filho de Domingos Alvares de Azevedo, pae do poeta Alvares de Azevedo, que falleceu prematuramente em 1852, no quarto anno do Curso Juridico, e tio do conselheiro Duarte de Azevedo.

Havia já cursado o primeiro anno de Direito, na Universidade de Coimbra, sem todavia ter feito acto, em consequencia de ter sido fechada a mesma Universidade, por decreto do governo de D. Miguel, e della expulsos os estudantes brasileiros, por serem partidarios de D. Maria II.

De estatura regular, moreno pallido, olhos e cabellos negros, fronte larga e intelligente, physionomia expressiva e sympathica. Tinha um defeito na mão direita, causado por accidente, occorrido no seu tempo de estudante em Coimbra.

Trazia uma espingarda carregada, e, quando se apoiava á bocca do cano da mesma, ao saltar uma valla, disparou o tiro, ferindo-lhe a mão. Dahi o appellido «Mãosinha», que, na ausencia, lhe davam algumas pessoas.

Casou-se, ainda estudante, com uma filha do desembargador Joaquim Ignacio Silveira da Motta e irman do seu collega José Ignacio Silveira da Motta, futuro lente da Faculdade e senador do Imperio.

Este enlace foi precedido, segundo reza a tradição, de episodios romanticos, entre os quaes o ultimo e mais emocionante em que Romeu, ao escalar a sacada de Julieta, foi surprehendido e então... ficou assentado o casamento, de modo que ao ditoso namorado:

Fizeram casar á força
Com quem muito elle queria.

Accrescentam que o caso occorreu no predio, que ainda existe á rua da Cruz Preta (hoje Quintino Bocayuva), esquina da rua Senador Feijó (então da Freira); é sobrado, porém de pouca elevação. Os aposentos, a cuja frente Ignacio de Azevedo vinha fazer serenatas, são os da extremidade, na rua da Freira, onde esteve, ha bons pares de annos, installado um *Hotel da Rosa*.

D. Maria Luiza Silveira da Motta, a poetica

noiva, era uma senhora de fino espirito, muita cultura literaria e esmerada educação. Alguns annos depois, o seu salão no Rio de Janeiro era o ponto de convergencia para a mais selecta intellectualidade das rodas politicas, literarias e scientificas da sociedade fluminense.

Outra insistente tradição que se prende á mãe de Alvares de Azevedo, e que a Academia de S. Paulo carinhosamente regista, é o nascimento do poeta no proprio edificio da Faculdade.

Respigaremos opportunamente sobre este caso interessante e controvertido.

Era o estudante Ignacio Azevedo amigo do dr. Japiassú, e como tal se mostrou mesmo *in re incerta*.

Quando o ouvidor se viu accusado pela colera popular como o auctor mandante do assassinio de Badaró e teve de fugir desta capital, afim de não ser, talvez, linchado pela turba exasperada, Ignacio Azevedo protegeu-o na fuga e acompanhou-o até ao Cubatão, onde tomaram uma canôa de voga e margearam o littoral até ao Rio de Janeiro, correndo os mais graves perigos (1).

Depois da formatura, transportou-se o dr. Ignacio Alvares de Azevedo para o Rio de Ja-

(1) Dr. Pinto Junior, -- obr. cit.

neiro, com a sua familia, já accrescida de auspiciosa vergontea, que era o enlevo de seus paes, e que, embora destinado a um fim prematuro, havia de, bem cedo, conquistar nome preclaro nas letras patrias.

O casal teve outro filho, Ignacio Manuel, que tambem falleceu na flôr da juventude, em 1863, quando cursava o quarto anno da Faculdade. Tambem era literato e poeta.

Estabelecido no Rio, com escriptorio de advocacia, o novel bacharel foi logo nomeado auditor de guerra; desse cargo sahiu, em 1835, para o de juiz de direito de Nictheroy. Em 1842, foi chefe de policia da provincia do Rio de Janeiro.

Dos eleitores da mesma provincia, teve o mandato de deputado provincial, e, posteriormente, o de deputado geral á quinta legislatura (1843-44).

Dedicou-se, de então em deante, á advocacia, e nessa carreira muito se assignalou no fôro fluminense.

Falleceu no Rio de Janeiro, em 1874.

JOÃO AFFONSO DE MORAES TORRES — Fluminense, filho de João Affonso de Moraes.

Nenhuma informação temos a respeito delle.

JOÃO ALVES DE CASTRO ROZO. — Fluminense, natural da cidade do Rio de Janeiro, nascido em

1811; filho de Domingos Francisco de Araujo Rozo.

Trazia já um anno de estudos da Universidade de Coimbra.

Chefe de policia do Paraná, removido para o Piauhy em 1837, e para o Pará, em 1838.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA. — Fluminense, nascido na Ilha Grande, municipio de Angra dos Reis, em 1811; filho de Luiz Antonio de Miranda.

Pouco após a formatura exerceu a promotoria publica na Côrte. Foi, depois, juiz de direito na comarca de Angra dos Reis, e mais tarde na Côrte.

Galgou na carreira politica os mais altos postos. Assim, foi deputado á Assembléa Provincial do Rio de Janeiro; presidente da provincia do Ceará, em 1839; da do Pará, em 1840; da do Maranhão, em 1841. Deputado á Assembléa Geral pelo Maranhão á quinta legislatura (1843-44), e pelo Rio de Janeiro á oitava (1850-52) e á nona (1853-56). Desembargador aposentado, em 1849.

Senador por Matto Grosso em 1855, tendo sido apresentado em lista triplice com o bispo de Cuyabá (D. José Antonio dos Reis) e José Alves Ribeiro.

Desempenhou com brilhantismo o mandato de senador. Falava bem e principalmente era vigoroso argumentador.

Falleceu em 1861.

JOÃO ANTONIO DA SILVA PERES. — Fluminense, nascido em 1809, filho de João Antonio da Silva Peres.

Não temos sobre elle nenhuma outra informação.

JOÃO CARVALHO DE SOUZA MELLO. — Fluminense, filho de Manuel Joaquim de Souza.

Exerceu, a principio, a advocacia no Rio de Janeiro; depois, o cargo de procurador fiscal da thesouraria da fazenda da Côrte.

Falleceu em setembro de 1840.

JOÃO CHRYSOSTOMO PUPO. — Paulista, nascido em Iguape, em 1810, filho de Bento Pupo de Gouvêa.

Foi juiz municipal do termo de Santos e inspector da alfandega do Paranaguá.

Falleceu em maio de 1844.

JOÃO CLIMACO DE ALVARENGA RANGEL. — Espirito-santense, nascido na Victoria, em 1799.

Era já clérigo de ordens sacras, quando se matriculou no curso juridico.

Distincto theologo; eloquente orador sagrado.

Foi, em mais de um biennio, deputado á Assembléa Provincial do Espirito Santo, deputado á Assembléa Geral, pela mesma provincia, na terceira legislatura (1834-37).

Falleceu a 23 de julho de 1863.

JOÃO DIAS DE CASTRO. — Rio-grandense do Sul, natural da villa de S. Francisco de Paulo, nascido em 1808; filho de Bernardo Dias de Castro.

Deputado á Assembléa Provincial do Rio Grande do Sul, e presidente della; secretario do governo; vice-presidente da mesma provincia, em exercicio effectivo do governo, de 12 a 24 de junho de 1839, de 12 de setembro a 20 de outubro de 1871 e de 5 de fevereiro de 1877 a 21 de maio do mesmo anno.

Foi por longos annos chefe muito respeitado do partido conservador do Rio Grande do Sul.

Era sogro do dr. Joaquim Pedro Soares, que foi deputado á Assembléa Geral pelo Rio Grande do Sul, e avô da esposa do ex-deputado federal, dr. James Darcy.

É fallecido desde muitos annos.

JOÃO FERNANDES CARNEIRO VIANNA. — Fluminense, nascido em Cantagallo, em 1812; filho de Paulo Fernandes Vianna.

Dedicou-se á lavoura, e teve fazenda de café no seu municipio natal.

Gosou alli de importancia social e exerceu varios cargos publicos municipaes e geraes, como sejam os de eleitor, vereador, supplente de juiz municipal e coronel commandante da guarda nacional.

Era agraciado com o titulo de moço fidalgo da casa imperial.

JOÃO JOSÉ PEREIRA. — Mineiro, nascido na Campanha da Princeza, em 1808; filho de José Francisco Pereira.

Exerceu a advocacia no termo de S. João do Principe e foi eleitor da freguezia de S. João Marcos. Apesar da dualidade dos nomes officiaes, S. João Marcos e S. João do Principe designam uma mesma localidade.

O dr. João Pereira foi deputado á Assembléa Provincial do Rio de Janeiro.

É fallecido ha para 50 annos.

JOÃO MANUEL DE ALMEIDA BARBOZA. — Paulista, nascido na Conceição dos Guarulhos, em 1803; filho de João Manuel Machado.

Do termo da matricula do primeiro anno constam o nome e a assignatura «João Manuel de Almeida Bueno e Barboza».

Era já presbytero, o que não obstou a que fosse elle quem, á frente de um magote de populares, effectuasse pessoalmente a prisão de um dos tres Stock (outros dizem Stockler), indigitados como assassinos de Badaró. Esta occorrença realizou-se na esquina do páteo da Academia com o largo do Ouvidor, em frente ao ponto onde por muitos annos existiu um grande cruzeiro de pedra. (1)

(1) Esse cruzeiro, composto de tres enormes blocos de granito lavrados em cantaria, foi supprimido em 1870. Tinham-lhe cahido os braços, em consequencia de profanadora travessura de um estu-

O dr. Cerqueira Cezar, que nos transmittiu essa tradição paulistana, accrescenta que o padre João era dotado de força herculea e de animo resolutivo; ao menos o fôra na sua mocidade.

Depois da formatura, foi o padre João estabelecer-se em Campinas, em cujo fôro advogou por alguns annos.

Posta a concurso a vigararia da parochia, apresentou-se candidato á mesma e foi nella provido como vigario collado; nesse ministerio sagrado se conservou elle, gosando sempre do respeito e da estima geral dos seus parochianos, até 1855, época do seu fallecimento.



dante, que, em troça nocturna com outros collegas da *Communa academica*, trepára por elle para dalli discursar. Com a quéda da pesada mole feriu-se gravemente o estudante, que era, aliás, um moço ta-
lento e eloquente orador.

CAPITULO III

A turma academica de 1829-33

PARTE TERCEIRA

Carvalho Pimentel — Joaquim Antão — A sua evolução politica — Outros dados biographicos — Pereira da Cunha — Joaquim Bandeira — Joaquim Fernando da Fonseca — Joaquim Gregorio — Joaquim José Pacheco — Sua actividade politica — Do Capitolo á rocha Tarpeia... — Como se deu a sua queda — A sua ultima phase — Gomes de Menezes — Attitude patriotica do corpo academico — Esboço biographico — Baptista Lisboa — José Florencio — Silveira da Motta — Carreira brilhante — De conservador a radical — Como acolheu a Republica — Documento historico — Mais algumas notas biographicas.



JOÃO MANUEL LOPES DE CARVALHO PIMENTEL.
— Bahiano, natural de Jacobina; filho de Manuel Pimentel de Vasconcellos.

Exerceu o cargo de juiz municipal na provincia do Rio Grande do Sul e na da Bahia.

Falleceu em agosto de 1862.

JOAQUIM ANTÃO FERNANDES LEÃO. — Mineiro, nascido a 17 de janeiro de 1809 na freguezia de Santo Amaro, municipio de Queluz; filho do Al-

feres José Fernandes Leão e de D. Silveria Olympia de Mazarini.

Alto, tez clara e corada, rosto comprido, narigudo, olhos negros, feições grossas, cabellos castanhos, barba *en collier*; no conjuncto, physionomia camponia: franca, ingenua e sympathica.

No moral, talentoso, modesto e de excellente character.

Logo ao sahir da Academia foi advogado e promotor publico em Ouro Preto.

Ahi se envolveu nas luctas da politica, partidario extremado da bandeira liberal. Fez parte da Assembléa Provincial de Minas nos biennios de 1836-37, 1838-39 e 1842-43; e da Assembléa Geral, como deputado, pela mesma provincia, nas legislaturas de 1842, préviamente dissolvida, de 1845-47, de 1848 e de 1869-72.

Foi nomeado senador por carta imperial de 27 de maio de 1870, na vaga de Theophilo Ottoni, tendo sido apresentado em lista triplice conjunctamente com Cruz Machado e Luiz Carlos da Fonseca.

Joaquim Antão era, como dissemos, liberal exaltado, apesar do seu temperamento apparentemente calmo. O ardor partidario impelliu-o a envolver-se activamente na rebelião de 1842. Tomou parte, de permeio com as forças rebeldes, no combate do Rio das Mortes, em Santa Luzia, e ahi, conjunctamente com outros chefes sedi-

ciosos, foi feito prisioneiro pelas tropas leaes sob o mando de Caxias.

Pois bem: melhor estudo da situação politica do Brazil modificára a sua attitude politica; e, de 1862 em deante, deixou elle o partido liberal, que estava no poder, e prestou o seu concurso politico ao partido conservador.

Era tão puro e illibado o seu character, tão honestos os seus antecedentes, que a ninguem occorreu imputar a movel desairoso a sua conversão politica.

Já a esse tempo elle havia desempenhado os cargos de inspector da fazenda em Minas, de director geral das rendas publicas, no Thesouro Nacional, e bem assim de presidente das provincias do Rio Grande do Sul, de 4 de maio de 1859 a 17 de outubro de 1861, e da Bahia, de 24 de dezembro de 1861 a 30 de setembro de 1862; ministro da guerra, no gabinete de 8 de março de 1848, e ministro da marinha, no gabinete de 31 de maio do mesmo anno.

Voltou, mais tarde, já na sua segunda phase politica, aos conselhos da Corôa, na qualidade de ministro da agricultura, no ministerio Itaboraahy, de 16 de julho de 1868. Nesse cargo se conservou até janeiro de 1870.

Falleceu a 12 de abril de 1887.

JOAQUIM ANTONIO PEREIRA DA CUNHA. —
Bahiano, filho do marquez de Inhambupe.

Começára em Coimbra o seu curso de Direito, e lá havia feito o primeiro anno.

Tendo chegado a S. Paulo em 1830, requereu matricula no segundo anno, e foi satisfeito, nos termos que se mencionam em officio de 21 de abril daquelle anno, do director da Academia (Arouche Rendon) ao ministro do Imperio (marquez de Caravellas), no qual se lê o seguinte trecho:

«... Joaquim Antonio Pereira da Cunha, dessa cidade (1), recém-chegado de Coimbra, aqui se me apresentou nas férias da Paschoa, juntando certidões de exames dos preparatorios e do acto do primeiro anno em Coimbra, pedindo-me matricula no segundo anno. Admitti-o, como se vê da copia n.º 6, fazendo o exame de francez.

Segundo as ordens aqui existentes, eu devo admittir á matricula até o fim do mez de março. Este foi a 14 de abril; mas, como as férias de Paschoa principiaram a 4 e se findaram a 18, veio este estudante a perder unicamente 2 dias de aula do mez de abril; pois o primeiro deste mez cahiu em quinta feira, que é feriado. Unicamente a 2 e a 3 houve aulas.

Achei que seria reprovavel o rigorismo de

(1) Engano. Pereira da Cunha não era do Rio, e sim da Bahia.

fazer o estudante, corrido (4) de Coimbra, perder o anno por 2 faltas. E mesmo quando se queira usar com elle de todo o rigor, este só poderá ter logar contando-se-lhe com duas faltas estes dois dias.»

O governo, por varios avisos endereçados ao director do Curso Juridico, approvou esta e varias outras concessões equitativas feitas aos estudantes brazileiros «regressados da Universidade de Coimbra em consequencia dos ultimos acontecimentos politicos occorridos em Portugal».

Ao sahir da Academia, o dr. Pereira da Cunha estabeleceu-se no Rio com escriptorio de advogado. Pouco depois, esteve em exercicio numa vara de juiz municipal. Foi depois removido para o termo da Barra Mansa. Voltou, afinal, ao Rio, onde foi auditor da marinha.

Tinha condecorações das ordens da Rosa e de Christo e era moço fidalgo.

JOAQUIM BANDEIRA DE GOUVÊA. — Fluminense, nascido em 1812; filho de João Bandeira de Gouvêa, primo-irmão do seu collega de anno Guilherme Bandeira de Gouvêa, a quem já nos referimos.

(4) «Corrido» de Coimbra. O governo absoluto de D. Miguel expulsára da Universidade os estudantes brazileiros, suspeitos, com razão, de partidarios de D. Maria II, filha do Imperador do Brasil,

Foi official maior da secretaria da camara municipal da Côrte. Seguiu depois a magistratura e foi juiz municipal na provincia do Rio, juiz de direito na comarca do Rio Bonito, em 1854, e na de Bananal, de S. Paulo, em 1862. Exerceu, outrosim, por algum tempo, o cargo de procurador dos feitos da fazenda, na Côrte.

Teve uma cadeira de deputado á Assembléa Provincial do Rio de Janeiro.

JOAQUIM FERNANDO DA FONSECA. — Paulista, natural de Itú; filho de Antonio Pacheco da Fonseca, irmão do senador José Manuel da Fonseca e tio do Conde de Parnahyba.

Exerceu os seguintes cargos: juiz municipal de Jacarehy, deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo nos biennios de 1834-35, 1840-41, 1844-45 e 1850-51.

Falava bem e era ouvido com geral attenção.

Nomeado chefe de policia de Matto Grosso em 1847, não tomou posse do cargo.

Aposentou-se no cargo de juiz de direito, em 1856, com o ordenado de 644,444 réis annuaes.

Falleceu em Lisboa a 25 de julho de 1860.

JOAQUIM GREGORIO DE SOUZA. — Bahiano, natural de Santo Antonio do Urubú; filho de Antonio Francisco de Souza.

A unica informação que delle temos, depois

da sua formatura, é que exercia, em dezembro de 1854, o cargo de promotor publico da comarca da Cachoeira.

JOAQUIM JOSÉ PACHECO. — Bahiano, nascido na cidade de S. Salvador, em 1809; filho de Joaquim José Pacheco.

Alto, bem proporcionado, moreno, feições regulares, barba rapada, expressão viva e intelligente, fala apressada e em tom ligeiramente imperioso, denunciando vivacidade de character e energia de alma.

Era estudante talentoso e applicado, não obstante a sua prematura propensão á politica e frequente collaboração nas folhas partidarias.

Logo em seguida á collação do gráu de bacharel, inscreveu-se candidato ao de doutor, e, para esse fim, tirou os pontos em novembro de 1833 e defendeu theses a 11 de abril do anno seguinte. Foi «plenamente» approvedo.

Terminados os seus estudos, abriu nesta cidade escriptorio de advocacia, ao mesmo tempo que se empenhava ardentemente nas luctas partidarias — alistado na phalange conservadora. Redigiu com vigor o *Futuro*, de collaboração com o dr. Falcão Senior, e mais tarde *A Phenix*, folhas de politica militante.

No mesmo anno da sua formatura foi eleito deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo, que inaugurava a sua primeira sessão. Viu-se

reeleito para os biennios de 1838-39, 1840-41, 1844-45, 1852-53 e supplente nos biennios de 1846-47, 1848-49 e 1854-55.

Como deputado por S. Paulo, teve assento na Assembléa Geral nas legislaturas quarta (1838-41), quinta (1843-44), oitava (1850-52), nona (1853-56), como primeiro supplente com assento, e decima (1857-60).

Foi inspector de fazenda em S. Paulo, em 1838; presidente da provincia do Sergipe, de 21 de janeiro de 1839 a 28 de março do mesmo anno.

Tambem exerceu por algum tempo cargos de magistratura, chegando ao de juiz de direito em 1839. Aposentou-se com honras de desembargador, em 1854; e de então por deante mudou-se para o Rio de Janeiro, onde abriu escritorio de advocacia.

Em principios de 1882, achando-nos, um dia, no largo de S. Francisco, do Rio, no ponto dos bondes de S. Christovam, um cavalheiro de apparencia respeitavel, que estava ao nosso lado, dirigiu-nos a palavra:

— É o sr. o dr. A. N.?

— Um seu creado...

— Tenho muito gosto em felicital-o pelo seu triumpho eleitoral. Acompanhei com interesse toda a campanha... Veso antigo, que me ficou...

— Com quem tenho a honra?...

— Certamente o sr. não conhece o meu nome, hoje completamente esquecido; mas já fui alguém na provincia de S. Paulo...

— O sr. desembargador Pacheco?

— Como atinou o sr.?! — disse-nos elle, agradavelmente surprehendido.

— V. ex.^a não foi sómente *alguem* — replicámos-lhe. — V. ex.^a, em certo tempo, foi *tudo* no partido conservador paulista. Era um chefe de alto prestigio e valor incontrastavel, cujo nome não está, nem será jámais esquecido. Ignorál-o eu, seria ignorar a historia politica da minha terra.

Não havia nenhuma exaggeração nem lisonja nas nossas palavras, pois, de facto, desde 1842, a estrella politica do desembargador Pacheco, bafejada a principio pelo Barão e depois Marquez de Mont'Alegre, foi crescendo, crescendo... a ponto de se tornar um sol, até que este sol teve o seu occaso.

Mas, então, perguntar-nos-á o leitor: que foi que determinou essa quéda de chefe tão proeminente? Foi, exactamente, o seu excessivo poder. Como dissemos, o desembargador Pacheco era, no partido conservador, um chefe incontrastavel, mas absorvente, de temperamento auctoritario, qual foi alguns annos mais tarde o dr. João Mendes de Almeida. Essa mesma sua influencia fazia sombra aos demais chefes. Congregaram-se estes, então, e formaram uma forte colligação po-

litica, á semelhança da «União Conservadora», que devia florescer trinta annos mais tarde.

Contribuiu efficazmente para aquelle resultado o poderoso Mont'Alegre, presidente do Conselho, a quem Pacheco, nesse tempo, fazia opposição. Foi executor do plano o conselheiro Nabuco, presidente da provincia de S. Paulo e então extremado conservador.

Intervindo sem rebuço na eleição para deputado á Assembléa Geral, o presidente de S. Paulo endereçou aos eleitores uma circular, nos seguintes termos:

«Se o resultado da eleição corresponder á minha expectativa, se nesse collegio a lista inclusa triumphar completamente e sem divergencia (1), se v. s.^a a tantas provas de lealdade, dedicação e influencia, ajuntar mais esta, que tenho por muito importante e de grande preço, será summo, e não equívoco, o meu reconhecimento.»

(1) A chapa conservadora, recommendada pelo governo, e que triumphou integralmente, era a seguinte: Nebias, Hippolito de Sousa, Pereira Jorge, Pacheco Jordão, Silveira da Motta, Carneiro de Campos, monsenhor João Ramalho, Ferreira de Abreu Junior e Barbosa da Cunha.

O desembargador Pacheco, candidato conservador avulso, foi eleito primeiro supplente; seguia-se na votação a chapa liberal, cujos nomes mais suffragados foram os de Francisco de Lima, Martin Francisco e João Brotero. Todos elles, e bem assim Pacheco, foram convidados a tomar assento na Camara dos Deputados.

Esta circular impressa trazia o seguinte «post-scriptum» do proprio punho do presidente :

«O governo tomará como acto de hostilidade qualquer votação dada ao desembargador Joaquim José Pacheco.»

Ora, em vista disto, qual havia de ser o resultado da eleição? Então, como ainda hoje (quasi escrevemos — *principalmente* hoje) o officialismo exercia irresistivel attracção. O altaneiro jequitabá tombou por terra, torado pelas machadadas presidenciaes.

Ainda assim, como supplente em exercicio, nos termos da lei então vigente, o desembargador Pacheco tomou parte nos trabalhos da Assembléa Geral e da tribuna da Camara dos Deputados, que assidua e brilhantemente frequentou na nona legislatura, especialmente na sessão legislativa de 1853 e 54.

Na legislatura seguinte, já reconciliado com Mont'Alegre, ainda foi eleito deputado por S. Paulo, mas, mudado para o Rio e ahi estabelecido como advogado, pôz termo á sua carreira politica e veiu a fallecer em 1 de julho de 1884.

Era sogro do conselheiro Ferreira Vianna e do Barão da Bella Vista, depois Visconde de Aguiar Toledo, que foi deputado geral por S. Paulo á decima primeira legislatura (1861-64).

JOSÉ AUGUSTO GOMES DE MENEZES. — Fluminense, nascido em 1806; filho de Antonio Gomes da Costa.

Era um moço patriota e de espirito alentado.

Quando sobrevieram no Rio de Janeiro os graves acontecimentos que deram como resultado a abdicção de Pedro I, a 7 de abril de 1831, lá como aqui se alvoroçou o espirito nacional, houve commoções populares, arruaças, perseguições a portuguezes e a quem, no animo dos agitadores, fôsse suspeito de infenso á causa da liberdade ou mesmo de tibieza patriotica.

A mocidade academica, como era natural, deixou-se envolver pela mais inflammada corrente de idéas. Houve logo a lembrança de organizar-se um batalhão academico, que marchasse para o Rio a collocar-se ao lado da regencia, afim de defender a causa do Brazil.

Menezes, que collaborava no *Observador Constitucional*, desde 1829, quando ainda primeiro-annista, pôz-se á frente desse projecto, a respeito de cuja execução, ora como presidente, ora como secretario da «Sociedade Academica», trocou officios com o governo da provincia.

· Dessa interessante correspondencia existem no archivo publico do Estado os seguintes documentos:

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — O corpo academico, reunido para deliberar se deveria, ou não, marchar ao Rio de Janeiro em consequencia das ultimas noticias aqui chegadas e que tem feito v. ex.^a proclamar a todos os patriotas para que quanto antes marchem para ahi afim de apoiar o partido da liberdade e independencia nacional, tem accordado em descer ao Rio de Janeiro, apenas chegue o correio ou se saiba que continúa o movimento; mas vendo que a tropa, que tem sido requisitada a v. ex.^a pelo ministro da guerra, não poderá marchar com a brevidade desejada pelo mesmo corpo academico, elle tem entrado em duvida: primeiro, se v. ex.^a lhe concederá, ou não, as armas que lhe forem necessarias; segundo, se o deixará marchar independentemente da tropa requisitada e mais cidadãos que a ella se reunirem em consequencia da proclamação de v. ex.^a; terceiro, se, no caso de lhe serem negadas as armas, armando-se elle á sua custa, poderá marchar para o Rio sem obstaculos da parte do governo desta provincia.

E como tudo isto vede á Sociedade que tem formado o corpo academico a continuação de suas deliberações, ella nos ordena proponhamos estas duvidas a v. ex.^a e roguemos a prompta solução dellas afim de que se não perca tempo, e possa continuar nas suas deliberações.

Nós aproveitamos a occasião para fazer patentes a v. ex.^a os sentimentos de amor e res-

peito de que está possuída a Sociedade para com v. ex.^a, a quem Deus guarde.

S. Paulo, 27 de julho de 1831. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Manuel Theodoro de Araujo Azambuja.

(Assignados):

José Augusto Gomes de Menezes, presidente
— José Lopes da Silva Couto, secretario.»

O segundo officio, que dá noticia da resposta presidencial, é do teor seguinte:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. presidente. — Em consequencia do officio de v. ex.^a, datado de hontem, no qual v. ex.^a respondeu ao officio em que havíamos pedido esclarecimentos sobre certos pontos, sem os quaes a «Sociedade Academica» não poderia continuar em suas deliberações, esta mesma sociedade nos ordena respondamos que, muito agradecendo a v. ex.^a a confiança que nella depositou, quando diz que nenhuma duvida põe em conceder-lhe armas; e, outrosim, accedendo á parte do officio de v. ex.^a, quando diz que annúe a que fórme a «Sociedade» um corpo separado debaixo do commando de um official de patente superior e commandantes de companhias nomeados todos pelo governo das armas da provincia, a quem por lei compete, na confiança de que tenham preferencia aquelles que a «Sociedade Academica» designar, como v. ex.^a promette; não pode, comtudo, esta «Sociedade» sujeitar-se á ultima condição, quando diz v. ex.^a que o corpo

academico organizado deve marchar como força auxiliar da columna que tem de seguir desta para a provincia do Rio de Janeiro, e que deve em tudo ficar sujeito ás ordens do commandante em chefe dessa mesma força; pois que estas condições são ao todo de encontro á instituição da «Sociedade Academica» que, querendo partir logo que as noticias do correio de domingo assim o exigirem, queria formar um corpo em tudo independente das tropas que para o Rio teem de marchar.

A «Sociedade» se julga com direito de pro pôr estas condições, por isso que a sua natureza e a voluntariedade dos serviços, que ella deseja prestar á sua patria, a tornam em tudo differente, uma vez organizada em um corpo, de outro qual quer que marche em consequencia das requisições do governo e da proclamação de v. ex.^a

A «Sociedade», portanto, fica á espera da resposta terminante de v. ex.^a, afim de terminar tambem as suas deliberações; e nos ordena declaremos a v. ex.^a que ella por seus actos não desmentirá a confiança que nella tem posto v. ex.^a, a quem Deus guarde.

S. Paulo, 29 de julho de 1831.

Ao ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Manuel Theodoro de Araujo e Azambuja.

(Assignados):

Paulino José Soares de Souza, presidente. —
José Augusto Gomes de Menezes, secretario.»

Era bom estudante. Todavia, tendo-se proposto ao gráu de doutor, defendeu theses a 15 de março de 1834 e... não foi approvedo.

Ao sahir da Academia, seguiu primeiramente a magistratura, e foi, em 1835, juiz de direito de Cabo Frio; foi chefe de policia de S. Paulo, em 1842; deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo, no biennio de 1844-45; deputado geral á setima legislatura, pela provincia do Rio de Janeiro. Era, por fim, advogado e fazendeiro no municipio do Rio Bonito.

Falleceu a 22 de dezembro de 1852.

JOSÉ BAPTISTA LISBOA. — Fluminense, nascido em 1806, filho de José Baptista Brasileiro.

Promotor publico e advogado na Côrte; curador de africanos livres; auditor geral de marinha, em 1844; desembargador da Relação da Côrte e adjunto do Tribunal do Commercio, em 1861; ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Nesse cargo falleceu.

JOSÉ FLORENCIO DE ARAUJO SOARES. — Mineiro, nascido em 1803, na cidade de Mariana.

De pequena estatura, magro, tez morena.

Juiz de direito em 1835; juiz de orphams na Côrte, em 1844; juiz de direito de Itaborahy, Maricá, Santo Antonio de Sá e Rio Bonito, em 1851; deputado á Assembléa Provincial do Rio de Janeiro; desembargador em 1855.

JOSÉ IGNACIO SILVEIRA DA MOTTA. — Goyano, nascido na propria cidade de Villa Boa de Goyaz, a 15 de fevereiro de 1807, filho do desembargador Joaquim Ignacio Silveira da Motta e pae do almirante Arthur de Jaceguay.

De estatura mediana, tronco reforçado, tez morena, cabellos pretos, barba escassa, physionomia varonil.

Talento superior, de aptidão quasi encyclopedica, espirito agudo e ductil; orador, literato, jornalista.

Fundou no seu terceiro anno o *Federalista*.

No seu quinto anno, foi, com Francisco Bernardino Ribeiro, o lente dr. Carlos Carneiro de Campos e outros, socio fundador da *Sociedade Philomatica* e redactor da respectiva revista, cujo primeiro numero veiu á luz da publicidade em junho de 1833. (1)

Estudante, era ao mesmo tempo official da secretaria do governo de S. Paulo.

Defendeu theses no anno seguinte ao da formatura, a saber, a 14 de março de 1834, e, apesar de tido e havido por intelligentissimo, foi simplificado. Animo de luctador, inscreveu-se em seguida em concurso a uma vaga de lente substituto; foi approvedo pela Congregação e nomeado pelo governo em 20 de junho do mesmo anno.

(1) Couto de Magalhães *Revista da Academia*, pag. 200.

Sómente em 1842 foi promovido a cathedratico. Jubilou-se a 31 de maio de 1856.

Em 1852 exerceu o cargo de director da instrução publica em S. Paulo.

Foi membro da Assembléa Provincial de S. Paulo nos biennios de 1850-51, 1852-53, 1854-55, 1856-57; e deputado geral, por S. Paulo, na oitava legislatura (1850-52) e na nona (1853-56); senador por Goyaz em 1855, tendo sido apresentado em lista triplice com duas venerandas «cunhas», que tornaram moralmente obrigatoria á Corôa a escolha delle.

Até então, o dr. Silveira da Motta era conservador. Isto, partidariamente falando, pois que, por idéas adeantadas, nunca elle deixou de se assinalar... Em eguaes condições havia tantos politicos no partido conservador!...

Dessa época em deante, porém, desligou-se daquelle partido, ou melhor, desligou-se de ambos os partidos militantes e declarou-se *radical*. Era o unico chefe e soldado desse novo partido.

Nessa attitude autonoma, no Senado do Imperio, Silveira da Motta estudava com sobrançeria as mais graves questões e era para todos os governos um intransigente adversario.

Quando, a 15 de novembro de 1889, desponhou no Brazil a aurora republicana, a evolução mental do senador goyano era já um facto os-

tensivo, como elle mesmo explica na seguinte carta, inserta no *Correio Paulistano* de 7 de dezembro daquelle mesmo anno:

«Ill.^{mo} sr. dr. J. L. de Almeida Nogueira. — Recebi hoje a carta de 30 do p. p. com a qual v. s.^a me honrou, como redactor do *Correio Paulistano*, procurando conhecer a opinião de alguns homens politicos, que por sua posição no parlamento ou no governo teem por muito tempo tomado parte na marcha dos negocios publicos, sobre o mais patriotico procedimento que, na quadra actual, devem adoptar os antigos partidos «se se conformando com os factos consummados e concorrendo para consolidar o novo regimen».

Minhas opiniões democraticas, manifestadas numa longa carreira parlamentar, e ultimamente em 34 annos de assento no Senado, explicam a minha franca approvação ao facto consummado da proclamação da Republica e a minha consequente aspiração á consolidação desse regimen.

E, quanto aos brazileiros que, até agora, teem militado nos partidos monarchicos, acho que seria delles um erro muito deploravel e fatal, se deixassem de concorrer activamente para a consolidação da unica fórma de governo a que podemos hoje pretender, e que deve ser conservada e aperfeiçoada pela cooparticipação e fusão das idéas de todos os partidos na elaboração do novo pacto constitucional desta grande nação.

A reserva, o afastamento ou a indiferença dos partidos monarchicos, nos quaes comprehendendo o conservador e o liberal, trariam gravissimos inconvenientes e duras desillusões.

Poderia indicar que esses partidos sonham a chimera de uma restauração, senão do velho imperador, inaccessible a essa deshonrosa suspeita, a de algum ramo da dymnastia decahida; e essa suspeita nos conduziria á anarchia.

Poderia privar a nossa patria do concurso das luzes e experiencia de alguns homens eminentes desses partidos, cuja cooperação leal e patriotica deva ser aproveitada na laboriosa tarefa da construcção de um regimen novo, que deva substituir o justamente condemnado pela revolução de 15 de novembro.

Poderia ainda mais esse afastamento systematico dos antigos partidos adiar por mais tempo a convocação e reunião da assembléa constituinte, que deve completar e legalizar o movimento de 15 de novembro e substituir ao regimen provisorio da dictadura o governo regular e permanente que a nação fundará e elegerá, por uma nova constituição e pela eleição soberana do novo chefe do Estado.

E devemos fazer fervorosos votos para que no novo pacto se formem os laços da federação dos Estados, que assegurem a integridade da nação.

Conformando-me com o desejo que v. s.^a me

manifestou honrosamente de ouvir a minha opinião, eu a emittí modesta e francamente, e o auctorizo a dar-lhe a publicidade que merecer.

E felicitando a v. s.^a pela patriotica intenção com que, como jornalista, procura orientar o espirito publico do grande Estado de S. Paulo no meio das inevitaveis incertezas que uma situação nova tem naturalmente creado, agradeço muito cordialmente a v. s.^a que se tivesse lembrado de quem por muitos annos representou esse Estado no parlamento provincial e geral, e que por quasi trinta annos o serviu com o amor da patria.

Sou, com a maior consideração, seu collega affectuoso e obrigadissimo — *José Ignacio Silveira da Motta*.

Mudado para o Rio, depois da sua escolha senatorial, o dr. Silveira da Motta exerceu ahi por muitos annos a profissão de advogado, e o seu escriptorio era, na capital do Imperio, dos mais procurados e dos mais rendosos. Em muitas causas que se agitaram no fôro fluminense esgrimiu-se valentemente com adversarios da estatura scientifica de Teixeira de Freitas, Caetano Alberto, Dias da Motta, Nabuco, Ribas e outros que elle por vezes levou de vencida.

Falleceu no Rio de Janeiro a 15 de outubro de 1893.



CAPITULO IV

A turma academica de 1829-34

QUARTA E ULTIMA PARTE

José Jorge da Silva — Souza Pinto — Coimbra e S. Paulo — Auctor e actor — Seus trabalhos juridicos — Moreira Barbosa — Isidoro Boucault — Justiniano José da Rocha — Discipulo de Brillat-Savarin — O principe dos jornalistas brasileiros — Seu tirocinio na imprensa — Parallelo com Evaristo — Na Camara dos Deputados — Trechos de um notavel discurso autobiographico — Luctas e victorias — Espirituoso epicurismo — Justino Tavares — Manuel da Costa — Pereira de Lacerda — Libanio de Castro — Travassos da Costa — Padre Marcellino da Ribeira, padre Miguel Archanjo — Pedagogo á antiga — Cerqueira Leite — Raphael de Araujo — Vicente da Maia — Vicente Cabral.



JOSÉ JORGE DA SILVA. — Mineiro, nascido em Sabará, a 10 de abril de 1810, filho de Miguel José da Silva e irmão do dr. Quintiliano José da Silva, de quem já nos occupámos na chronica referente aos bachareis de 1832.

Tendo feito no collegio do Caraça os seus estudos preparatorios, seguiu em 1827, com seu irmão Quintiliano, para Portugal, afim de formar-se *em leis* na Universidade de Coimbra. Alli

fez brilhantes exames de preparatorios e havia já obtido matricula no primeiro anno do Curso Juridico, quando teve de interromper os estudos, em consequencia dos graves acontecimentos politicos que agitaram então o reino de Portugal. D. Miguel, tendo-se feito revolucionariamente acclamar como rei absoluto, apressou-se em desenvolver encarniçada perseguição contra a Universidade de Coimbra, ardente fóco de liberalismo, e levou a sua crueldade ao ponto de mandar justicar em Lisboa, sob os seus proprios olhos, entre outras victimas, seis estudantes daquela Universidade. Foi então que José Jorge, como quasi todos os estudantes brasileiros, que ainda se achavam em Portugal, impulsionados por indomito amor á liberdade, não duvidaram pegar em armas contra o tyranno, alistando-se voluntarios entre os patriotas portuguezes que sustentavam a causa constitucional (4).

Volvendo ao Brazil, obteve, como Quintiliano e varios outros, as necessarias dispensas para se matricular no Curso Juridico de S. Paulo.

Depois de formado, voltou á sua provincia natal, e ahi fez parte, pelo voto dos seus concidadãos, da primeira legislatura da Assembléa Provincial (1855-57), e foi reeleito para o biennio

(4) Olegario, *Elogio necrológico*, no Instituto Historico; Sacramento Blake, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*; Xavier da Veiga, *Ephemerides Mineiras*.

seguinte (1858-59). Dessa convivência com os mais eminentes chefes do partido liberal, nasceram vínculos de solidariedade que pouco depois o envolveram na rebelião de 1842, ao lado de Theophilo Ottoni, Marinho, Antão, Dias de Carvalho e outros, cuja sorte partilhou nos momentâneos sucessos e bem assim nos revezes que padeceram.

Eleito deputado geral á legislatura de 1842, previamente dissolvida, foi-lhe renovado o mandato para a sexta legislatura (1845-47), para a sétima (1848) e para a 12.^a (1864-66). Seguiu, por algum tempo, a magistratura, exercendo então o cargo de juiz de direito de Paracatú; resignou-o, porém, para se dedicar á vida agricola e ao estudo de questões economicas e industriaes, muito da sua predilecção.

O conselheiro Olegario preconiza, nos escriptos do dr. José Jorge, não sómente a conceituosa exposição, como tambem raros predicados de estylo, como sejam a concisão, a clareza, e, por vezes, a causticidade e o atticismo.

O talentoso autor das *Ephemerides Mineiras* attesta-nos que elle era um agradável *causeur*: «Nas palestras intimas, mais se expandindo, taes agudezas se accentuavam, succedendo-se com admiravel espontaneidade, enlevando os ouvintes, quando não os sobresaltava o temor de serem farpados, em plena face, pela *verve* inexgotavel do espirituoso conversador, sempre abun-

dante de bons dictos e de graça, ás vezes de ironias ferinas e de sarcasmos tambem.»

Falleceu no dia 5 de fevereiro de 1880, na cidade de Bom Successo, vindo de Lavras, onde desde muitos annos residia.

JOSÉ MARIA FREDERICO DE SOUZA PINTO.— Portuguez, nascido na cidade do Porto a 29 de março de 1806; filho de José Manuel de Souza Pinto. Alistára-se, ainda estudante de Coimbra, entre os *Voluntarios da liberdade*, que se sublevaram contra o absolutismo miguelista. Teve, por isso, de expatriar-se. Emigrou para o Brazil e empregou-se no commercio do Rio. Posteriormente, veiu a S. Paulo, e em março de 1829 requereu matricula no Curso Juridico, como consta do seguinte officio:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.

José Maria Frederico de Souza Pinto, portuguez, natural da cidade do Porto, me representou que elle esteve matriculado em Coimbra na Faculdade de Mathematicas, onde fez os exames preparatorios e do primeiro anno, e de que não apresentava certidões por ter sahido repentinamente emigrado com os mais que pegaram em armas, pedindo-me por fim que o admittisse á matricula do primeiro anno do Curso Juridico com obrigação de apresentar certidão antes do acto. Admitti-o á requerida matricula com exame

de francez, assignando termo de apresentar certidão em tempo e ficando a validade desta matricula dependente da imperial approvação, como tudo se vê da petição, despacho e termo que vão na certidão inclusa. Levo o referido ao conhecimento de v. ex.^a para o fazer subir á imperial presença e communicar-me a resolução do mesmo augusto senhor a tal respeito. Deus guarde a v. ex.^a muitos annos. S. Paulo, 22 de março de 1829. Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. José Clemente Pereira. *José Arouche de Toledo Rendon*, director do Curso Juridico.»

Por aviso de 1 de setembro do mesmo anno, não sómente foi approvado o alvitre seguido pelo director da Academia, como até ampliado o prazo para a apresentação das certidões dos exames; e, assim tambem, fizeram-se extensivos eguaes favores a todos os estudantes vindos de Coimbra, em condições analogas.

De indole, sociavel, o «José Maria» (era assim que o chamavam nas rodas academicas), fez-se logo estimar de todos os collegas. Foi um dos fundadores do theatro academico, em cujo palco muitos applausos conquistou, como excellente cultor da arte de Talma (1).

(1) Couto de Magalhães, *Revista da Academia*, pag. 281 e 288; Assis Bueno, *Revista do Centro de Sciencias, Letras e Artes de Campinas*, fasc. de 30 de abril de 1906, pag. 88.

Logo que se formou, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, onde por muitos annos exerceu a advocacia e fez parte conspiciua do Instituto da Ordem dos Advogados.

Mudou-se depois para Vassouras e ahi veiu a fallecer em outubro de 1854.

É auctor de diversos livros de Direito e de Processo, bem como de algumas versões de trabalhos historicos e de economia politica. A sua obra capital, porém, a qual gosa de merecido conceito no nosso fôro, é o seu tratado de Processo Civil, cujo objecto, doutrina e até a denominação parodiam a obra de Pereira e Souza, e tem por titulo *Primeiras linhas sobre o processo civil brasileiro*.

O dr. Souza Pinto naturalizára-se cidadão brasileiro.

JOSÉ MOREIRA BARBOSA. — Fluminense, nascido em 1809; filho de José Moreira Barbosa.

Tambem este havia começado em Coimbra o seu curso academico e fazia o primeiro anno de Direito, quando se viu obrigado a voltar ao Brazil, foragido, desde que triumphára o absolutismo de D. Miguel.

Teve escriptorio de advocacia no Rio de Janeiro, e alli falleceu a 5 de setembro de 1862.

ISIDORO BOUCAULT. — Francez, nascido em

Paris, em 1798, filho de João Baptista Eloi Boucault, que foi director geral das *Messageries Royales*, com séde em Paris, na praça de Notre Dame des Victoires.

Estabelecido em S. Paulo, Isidoro Boucault, ao mesmo tempo em que frequentava as aulas do Curso Juridico, exercia o magisterio particular, leccionando francez.

Disto, e bem assim da correcção do seu procedimento, nos dá noticia o seguinte officio do director da Academia, ao ministro do Imperio:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Divulgando-se nesta cidade achar-se a cadeira da lingua franceza desamparada pelo seu professor Augusto Candido da Silveira Pinto, sobre o que officiei a v. ex.^a, em data de hoje, recebi o requerimento incluso do pretendente daquella cadeira, José Thomaz de Aquino. Egualmente recebi o requerimento incluso do francez Isidoro Boucault, offerecendo-se a regêl-a gratuitamente. Ambos envio a v. ex.^a

Quanto ao primeiro, devo informar a v. ex.^a que José Thomaz de Aquino é um segundo tenente de artilharia da primeira linha, que veiu com licença para o Curso Juridico, vencendo soldo; acha-se matriculado no segundo anno, tem boa conducta e é applicado.

Quanto ao segundo, de Isidoro Boucault, não accitei a sua offerta, não só porque ainda não consta plenamente a retirada do professor,

como porque não me julgo auctorizado para isso, contentando-me de o levar á presença do governo de S. M. I., e informar que o supplicante tem boa conducta, ensina francez particularmente e é estudante do terceiro anno no Curso Juridico.

V. ex.^a, levando ambos os requerimentos ao governo de S. M. I., me communicará suas ordens. Deus guarde a v. ex.^a muitos annos. S. Paulo, 22 de abril de 1831. Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. visconde de Goyana. — *José Arouche de Toledo Rendon*, director do Curso Juridico.

De posse do diploma de bacharel em Direito, e tambem de uma carta de cidadão brasileiro, o dr. Isidoro Boucault foi nomeado promotor publico de Sorocaba; mas... *trahit sua quemque voluptas*, e a delle era o magisterio: voltou, por isso, a exercer o magisterio, mas desta vez o magisterio publico. Foi-lhe dada uma cadeira de instrucção secundaria (latim e francez), a principio em Iguape, e depois, em 1849, em Mogy das Cruzes.

Nessa localidade, falleceu ha muitos annos.

É pae do sr. major Carlos Boucault, director do Alojamento de Immigrantes, e avô do sr. João Boucault, jornalista no Amparo.

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA. — Fluminense, nascido na cidade do Rio de Janeiro, a 8 de

novembro de 1812; filho de José Caetano Rocha.

Era de estatura mediana, cheio de corpo, tez morena, olhos e cabellos negros.

Inteligente e espirituoso, de trato agradávelissimo, boa palestra, realçada por grande cultura literaria e constante veia humoristica.

Tinha feito brilhantes estudos de Humanidades em Paris, no lyceu *Henri IV*, onde foi collega dos principes de Orleans e teve occasião de ser examinado em latim, na presença do rei Carlos X, que o felicitou pelo seu adeantamento.

Além do peculio intellectual, por elle colhido em Paris, de lá trouxe tambem um predicado, muito em voga naquelle tempo, com a publicação e o enorme successo da *Physiologia do gosto*, de Brillat-Savarin: era epicurista, ou, mais exactamente, um espirituoso *gourmet*.

Essa qualidade, como adeante veremos, sempre elle a cultivou, e ainda nos seus ultimos annos, no Rio de Janeiro, no Hotel da Europa, no Pharoux ou no Damiani, sabia, circumscrevendo-se aos recursos locais, organizar um cardapio de trazer agua á bocca. (4)

(4) O dr. Justiniano José da Rocha era ardente admirador do espirituoso livro de Brillat Savarin, cujos aphorismos frequentemente citava, entre os quaes os seguintes:

«Os animaes pastam; o homem come; sómente o homem de espirito sabe comer.

Desde a sua quadra academica, revelava Justiniano Rocha não sómente extraordinaria aptidão mental, como vasta e precoce cultura litteraria e ardente propensão para o jornalismo. Foi um dos socios fundadores da *Sociedade Philomatica* e dos mais assiduos collaboradores da sua revista. Os seus biographos dão noticia desse facto, e elle mesmo o confirma num memoravel discurso autobiographico, proferido na Camara dos Deputados e do qual daremos adeante alguns excerptos.

Concluido o curso academico, começou elle a sua vida pratica ensaiando a advocacia, que pouco depois sacrificava aos ardentes e empolgantes labores do jornalismo politico.

Em 1836, fundou *O Atlante*, e depois *O Chronista*, tendo como collaboradores os seus dedicados amigos Firmino Rodrigues Silva e Josino do Nascimento.

Em 1838, foi nomeado professor de historia

— Dize-me o que tu comes, dir-te-ei o que tu és.

— A mesa é o unico lugar em que a gente nunca se aborrece durante a primeira hora.

— A descoberta de uma nova ignaria contribue mais para a felicidade do genero humano do que a descoberta de uma estrella.

— Quem se indigere ou se embriaga, não sabe comer nem beber.

— Pretender que não se deve mudar de vinho é uma heresia; a lingua satura-se; e depois do terceiro copo o melhor vinho não desperta senão uma sensação obtusa.

— Convidar alguem para jantar é incumbir-se da sua falcidade durante todo o tempo em que elle estiver debaixo do nosso tecto.

e geographia no Collegio de Pedro II, emprego esse que deixou para exercer o de lente de Direito Militar na Escola Militar, da Côrte.

Mais tarde, encetou a publicação de um organ politico, *O Brazil*, que, estrenno campeão da idéa conservadora, á qual sempre se filiou o insigne jornalista, exerceu decisivo influxo na politica brazileira.

Em annos posteriores, o brilhante e infatigavel publicista dirigiu successivamente o *Correio do Brazil*, o *Constitucional* e o *Regenerador* e collaborou com assiduidade no *Jornal do Commercio*.

A sua penna era uma clava de Hercules. Derribava governos ou esmagava opposições.

Justiniano José da Rocha occupou um dos primeiros logares entre os nossos jornalistas politicos. Era mesmo superior ao grande Evaristo, no conceito de Lery dos Santos (1) e de Macedo (2), a quem pertence este paralelo:

«O sceptro do jornalismo politico do Brazil passou das mãos de Evaristo Ferreira da Veiga para as de Justiniano José da Rocha, que o conservou por longos annos desde 1836. Evaristo foi o primeiro mestre, teve por si a gloria da

(1) Lery dos Santos, *Pantheon Fluminense*.

(2) J. M. de Macedo, *Anno Biographico*.

prioridade, a flamma do patriotismo e do talento, o dom precioso do bom senso e grande merecimento da censura sem fel e da polemica energica, mas decente; Rocha excedeu-o em illustração e em maxima habilidade de escriptor *estrategista* nos combates da imprensa.»

A relevancia dos serviços politicos, prestados por Justiniano Rocha, e a gloriosa aureola do seu nome, conquistada pelo talento e pelo civismo, deram-lhe, com os votos do eleitorado mineiro, uma cadeira de deputado geral na quinta, oitava e nona legislaturas.

Foi nesta ultima, em sessão de 26 de maio de 1855, que elle teve occasião de proferir a oração «pro domo sua», á qual ha pouco alludimos.

Como esse discurso vem repleto de dados biographicos, e contém proveitosas informações sobre os costumes da época, não muito alterados em certos pontos, na edade hodierna, não nos podemos furtar a reproduzir delle os seguintes trechos caracteristicos, os quaes, parece-nos, serão acolhidos com interesse pelos nossos leitores:

.....
«Uma predisposição para as luctas politicas, algum calor de sangue, uma fatal vocação desde muito moço me destinavam á vida do jornalismo.

Collegas meus de S. Paulo se lembram que, quando elles me manifestavam as suas esperanças de magistratura, de advocacia, eu lhes dizia que — havia de ser jornalista.

Vim para o Rio de Janeiro ainda muito menino, formei-me com 21 annos incompletos, e já sentia nessa época o impulso que me devia fazer jornalista. Alguns pequenos escriptos de infancia, cheios de puerilidade, foram bem acceitos pelo publico e eu tive a embriaguez do applauso.

Um dia, em principios de 1836, vi-me convidado por dois amigos diversos para escrever periodicos: um me convidava para escrever em um periodico ministerial que ia ser fundado e nelle combater o projecto de regencia da sr.^a D. Januaria e para defender o governo; o outro me convidava para combater não só essa regencia, mas tambem o ministerio. Promptamente dei a minha adhesão a este segundo convite: era o espirito juvenil, lucta contra todos».

Essa attitude foi triumphante. Mudada a situação politica e fundado *O Chronista*, foi convidado o orador a dirigir tambem o *Correio Official*.

Referindo-se a esta phase politica, diz o orador de si e dos seus dois companheiros de imprensa, Firmino e Josino Silva:

«Nós tres abundavamos nas idéas do ministerio, sustentavamos a lucta na imprensa, e nesse

tempo nenhum favor ministerial me foi feito, nem nós pensavamos em favores ministeriaes (*apoiados*).

E, senhores, já que falo nisto, vá uma pequena revelação. Distribuíam-se africanos ⁽¹⁾ e estava eu conversando com o ministro que os distribuía, e s. ex.^a me disse: «Então, sr. Rocha, não quer algum africano? — Um africano me fazia conta, respondi-lhe. — Então, porque o não pede? — Se v. ex.^a quer, dê-me um para mim e um para cada um dos meus collegas» (*Risadas*). O ministro chamou immediatamente o official do gabinete e disse-lhe: «Lance na lista um africano para o dr. Rocha, um para o dr. Fulano e outro para o dr. Sicrano».

Proseguindo, refere o orador:

«E, senhores, já então me havia casado e só tinha consultado as minhas affeições: casei-me sem o dote o mais insignificante, casei-me só por inclinação e Deus abençoou o meu consorcio dando-me um filho por anno, e vivia sem aspirações, sem desejos, como os meus collegas, todos votados á sustentação das nossas idéas...

.....
Em dias de fins de março ou de principios

(1) O facto referido deve ter-se dado em 1839, depois da lei da repressão do trafico!

de abril de 1839 cessou a publicação do *Chronista*.

.....

Fiquei fóra da imprensa até proximidades de junho de 1840; então eu e um dos meus dois collaboradores e mais intimos amigos vinhamos á camara, porque havia actividade de vida politica que se concentrava no parlamento e ambos estavamos pouco occupados».

Narra, em seguida, a fundação do *Brazil*, por elle e o seu illustre amigo Firmino Rodrigues Silva, o programma dessa folha, opposto á antecipaçaõ revolucionaria da maioridade do imperador, a coragem civica dos redactores, os graves perigos que correram e o desenlace triumphante da revolução.

Nesses dias afanosos haviam desaparecido os chefes conservadores, e Paulino de Souza (depois Visconde de Uruguay) era o unico que ás occultas concorria com magro subsidio para a sustentação da folha:

«Ás vezes, senhores, eu, que tinha familia, e familia numerosa (*o orador começa soluçando*) (1), pois que, além de ter Deus abençoado o meu consorcio com numerosa prole, tambem a desgraça

(1) Nota dos *Annaes do Parlamento*.

veiu pairar sobre a minha familia, levando-me meu pae... (*A voz do orador fica suspensa pela commoção e varios srs. deputados dirigem-lhe palavras consoladoras.*)

Então, o sr. Paulino, em remuneração do trabalho insano da sustentação de um periodico, dava-me de vez em quando um papel dobrado e nelle algumas notas de 200\$000 réis. (*O orador continúa em prantos.*) E, senhores (*com força*), eu vivia com familia numerosissima e digo esta verdade que não me pode ficar mal. (*Apoiados.*)

O SR. BRANDÃO: — Por fórma alguma lhe pode ficar mal.

O SR. J. J. DA ROCHA: — E, senhores, nunca me suppuz rebaixado quando o sr. Paulino, em troca de um trabalho aturado de 14 horas diarias, me dizia: «Rocha, aqui tens». (*Apoiados.*)

O SR. SAYÃO LOBATO: — E era convicção geral que o seu trabalho não era pago.

O SR. J. J. DA ROCHA: — E, senhores, nesse tempo eu vos juro que vivia com a maior economia, privado de todos os regalos; ninguem me via em parte alguma, nem theatros, nem visitas, nem festas; minha mulher não vestiu sedas senão em 1848: eu já tinha sido deputado, e morava em casa terrea, de rotula. (*O orador faz uma pausa.*) Mas vamos por deante, sr. presidente, com esta triste vida..»

Prosegue o orador:

«Subia em idade e em experiencia, subia em estima; foram ellas o titulo pelo qual fui apresentado aos eleitores mineiros, que me honraram, dando-me esta tribuna, a mim, desconhecido, sem relações, sem nome, sem familia; que só tinha por mim os meus escriptos!... Eu vos agradeço, eleitores da bella provincia de Minas! Compensastes com os vossos votos todos os meus sacrificios e meus soffrimentos.»

Não deixam de ser interessantes os reparos do orador a respeito da subvenção da imprensa governista pelos cofres do thesouro:

«E cumpre aqui fazer uma observação: as folhas da opposição são sustentadas com muita facilidade pelos seus assignantes; a esperanza excita-os, os recibos não voltam recambiados: as folhas ministeriaes custam muito a ser pagas pelos assignantes...

VOZES: — Apoiado, é verdade.

O SR. J. J. DA ROCHA: — Parece que fazem favor em ler...

O SR. BRANDÃO: — Algumas nem são lidas.

O SR. J. J. DA ROCHA: — ... portanto, quando vejo que, em toda a parte onde ha regimen representativo, sem desdouro, sem descredito nenhum para os individuos, ha auxilio dado á imprensa ministerial para sustentar e divulgar as doutrinas que o governo entende uteis; quando

vejo um par de França á frente de um dos primeiros periodicos do mundo receber altas consignações para sustentar o seu jornal; quando vejo que em minha terra, com mais ou menos generosidade, todos os ministerios teem auxiliado, corrido para os gastos da imprensa; quando sei que caracteres muito nobres teem recebido e recebem esses auxilios sem desar, nunca suppuz que isso me fosse desairoso.

.....

O governo não me fazia um presente, o governo não se deshonrava fazendo-o; não pude conceber que homens a quem eu respeitava desviassem dinheiros dados para o serviço publico, afim de favorecerem a individuos; não, elles entendiam da mesma fórma, suppunham que havia um serviço publico na disseminação dessas idéas, que entendiam que eu podia prestar e prestava esse serviço; contemplavam-me como contemplam a todos quantos prestam serviços publicos.

.....

A minha consciencia estava firmemente persuadida, pelo exemplo de tudo quanto eu via, que pagar trabalhos reaes, feitos a bem de interesses publicos, não é corromper, seduzir, e comprar; vil seria eu se um só dia, uma hora sómente, tivesse escripto em politica contra a minha opinião. (*Apoiados*). Nunca o fiz, nunca o hei de fazer.

.....

Permitti que vos narre ainda uma pequena circumstancia que vos dirá qual foi a vida de abastança do jornalista ministerial:

Atacado repentinamente de forte erysipela, ardendo em febre e tiritando de frio, sahi da rua da Cadêa, onde tinha o meu escriptorio, e fui a pé para a casa da minha residencia, que ficava bem longe, porque não tinha dez tostões para pagar um tilbury que me conduzisse.

O SR. SIQUEIRA QUEIROZ: — Apoiado, e entretanto outros teem hoje ricas berlindas.

O SR. J. J. DA ROCHA: — Eu olho para tudo isto e digo, como dizia em 1848 no tresvario occasionado pela febre da erysipela: miserias do mundo!»

Quer no parlamento, quer sobre tudo na imprensa, Justiniano José da Rocha teve sempre que arcar com poderosos adversarios. Levou assim uma vida agitada e trabalhosa, sem, todavia, jámais esmorecer. Tinha a envergadura moral de um athleta e escrevia com admiravel facilidade.

Quando, entregue á sua tarefa de escriptor, traçava um artigo editorial, não o perturbavam a conversação ou mesmo as discussões que ao lado d'elle se travavam. Acompanhava-as por vezes, dava-lhes apartes, sem, não obstante, perder o fio do que estava escrevendo ou mesmo interromper o seu trabalho. Um dos seus biographos

acrescenta, a este proposito, que elle escrevia rodeado de passarinhos que faziam um chilro para outros insupportavel, e de creanças em verdadeira algazarra (1).

Homem eminentemente laborioso, entretanto morreu pobre, no Rio de Janeiro, aos 10 de julho de 1862.

A respeito do seu requintado epicurismo, foi-nos referida a seguinte anecdota:

Uma vez jantava Justiniano Rocha com o dr. Bernardo Gavião num nos primeiros *restaurants* do Rio de Janeiro.

Como era natural, tomou elle a iniciativa de organizar o *menu*. O seu commensal, porém, divergindo num ponto, entendeu que deveria intervir no pedido de um prato:

— Alto lá, menino! — observou-lhe o grande jornalista. — Deixe-se guiar por mim, que v. jantará melhor. Em primeiro lugar, v. não entende de gastronomia; acaba de pedir vacca e depois vitella. Em segundo lugar, se comermos cada um coisa differente, teremos jantado na mesma mesa, mas não teremos tido o gosto de jantar juntos e de poder commentar os pratos que nos forem servidos.

Conformou-se o dr. Gavião Peixoto com a

(1) Sacramento Blacke, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*.

opinião do seu projecto commensal, e disso não teve de se arrepender.

Justiniano Rocha é auctor de diversos trabalhos politicos e literarios e de livros de historia universal e do Brazil, conceituosos no fundo e de fórma primorosa.

JUSTINO JOSÉ TAVARES. — Fluminense, filho de Joaquim José Tavares.

É presumivel que não tenha sido bom estudante, por isso que foi o unico dos quinto-anistas da sua turma que teve um R na carta. Quem sabe se foi injustiça? Mas, neste caso, algum outro facto, que lhe tenha inculpado, deverá dar a explicação daquella anomalia.

Formado, voltou ao Rio, onde abriu escritorio de advocacia e foi juiz municipal, vereador, eleitor e delegado de policia.

É fallecido, ha muitos annos.

MANUEL JOÃO DA COSTA. — Mineiro, nascido em 1805 em Santa Luzia do Sabará; filho de Manuel João da Costa.

Não temos a respeito d'elle nenhuma informação.

MANUEL JOAQUIM PEREIRA DE LACERDA. — Fluminense, filho de Joaquim Antonio de Lacerda.

A principio exerceu a advocacia no fôro da Côrte. Veiu depois a S. Paulo e aqui obteve a nomeação de promotor publico de Bragança.

Mudou-se, posteriormente, para Ubatuba, que era naquelle tempo uma das cidades mais prosperas da provincia de S. Paulo; alli estabeleceu escriptorio de advocacia e pereceu assassinado em outubro de 1844.

Escapam-nos, por ora, a causa e as circumstancias desse attentado.

MANUEL LIBANIO PEREIRA DE CASTRO. — Bahiano, nascido na capital da provincia em 1806; filho de Manuel Pereira de Castro.

Havia começado em Coimbra o curso de Direito. Acceitos em S. Paulo os exames de preparatorios que elle tinha feito no Reino, teve de prestar mais o de francez, não exigido na velha Universidade luzitana.

Foi bom estudante e um dos dez que se doutoraram em 1834.

Nesse mesmo anno obteve sua nomeação de juiz de direito. Logo, porém, no anno seguinte, interrompeu a carreira da magistratura para exercer o cargo de administrador de rendas nas cidades do Rio Grande e de S. José do Norte.

Tambem por lá pouco se demorou, voltando a exercer a magistratura, como juiz de direito de Rezende.

Foi, depois, chefe de policia do Pará em

1843, e do Rio Grande do Norte em 1848; e por fim desembargador da Relação da Bahia; nesse cargo se aposentou.

Era condecorado com a commenda de Christo e com o titulo de conselho.

MANUEL TRAVASSOS DA COSTA JUNIOR. — Fluminense, nascido na Côrte em 1812; filho de Manuel Travassos da Costa.

Logo que se formou, de volta ao Rio, alli estabeleceu escriptorio de advocacia.

Falleceu na flor da idade, em 1836.

MARCELLINO JOSÉ DA RIBEIRA SILVA BUENO. — Paulista, natural de Santos; filho de Antonio Manuel Ferreira da Silva.

Era já presbytero, quando se matriculou no Curso Juridico.

Dotado de bastante talento e algum amor ao estudo, assignalou-se entre os melhores estudantes da turma.

Depois da formatura, inscreveu-se para o gráu de doutor, tirou os pontos, e, no dia 12 de abril do anno seguinte, defendeu theses e foi plenamente approvado, tendo aliás havido nessa mesma época tres reprovações e duas simplificações em defesa de theses. Tambem no anno anterior tinha havido uma reprovação, a do seu homonymo, o padre Marcellino Ferreira Bueno.

Um e outro foram conegos, com a differença

de que o padre Marcellino Ferreira, formado em 1832, foi conego da Sé Paulopolitana, e o padre Marcellino da Ribeira, bacharel em 1833 e doutor em 1834, foi conego effectivo da capella imperial.

Este ultimo levava superioridade sobre aquelle quanto á intelligencia e ao dom da palavra, pois era notavel orador da tribuna sagrada.

Quando vinha a S. Paulo prégar, e isto acontecia quasi annualmente pela Semana Santa, enchia-se a egreja de fieis, avidos de ouvirem a eloquente palavra do seu illustre conterraneo.

Falleceu no Rio de Janeiro, ha muitos annos.

MIGUEL ARCHANJO RIBEIRO DE CASTRO CAMARGO. — Paulista, nascido em Curitiba em 1801; filho de Miguel Ribeiro de Camargo.

Era subdiacono e não chegou a tomar ordens de presbytero, nem mesmo de diacono. Fez bons estudos na Academia, e, depois de ter obtido o gráu de bacharel, inscreveu-se para o de doutor em borla e capello; defendeu theses a 17 de março de 1834 e foi aprovado *simpliciter*.

Concorreu a uma cadeira de lente, com o padre Anacleto, e foi mal succedido.

Nesse mesmo anno, foi nomeado inspector de fazenda em S. Paulo. Mudou-se depois para Itú e por fim para Campinas. Em ambas as cidades exerceu a advocacia e o magisterio particular.

Era amigo dedicado de Feijó e também do padre Vicente Pires da Motta.

Nos últimos annos de sua vida tornára-se um verdadeiro typo.

Não usava batina; substituía-a por sobre-casaca preta de abas muito descidas, calças de alçapão, chapéu de merino preto, de molas, e gravata preta de duas voltas. Trazia sempre um enorme guarda-sol de matiz avermelhado. Comprára uma vez de certo vendedor de escravos um lote de africanos importados depois da abolição do tráfico. Comprára-os a credito; deu-lhes a liberdade, logo que foi cobrado, ameaçando ainda de processo o criminoso vendedor.

Conhecia bem as disciplinas que leccionava, a saber: as linguas franceza, ingleza e principalmente a latina. Repetia os classicos de cór e tomava as licções aos discipulos sem abrir livro, acompanhando mentalmente o texto e a versão, prompto a corrigir as minimas discrepancias e claudicações.

Como professor, passava por uma féra, de bravo. Essa, ao menos, era a fama e a impressão dos discipulos, que ainda hoje se recordam das caricias algum tanto ardentes da sua férula. Não escapou dessas persuasivas correições disciplinares um dos seus discipulos que hoje mais lhe honram a memoria, o *Ferrazinho*, aliás o senador e preclaro mestre de Direito dr. Pinto Ferraz.

Este, porém, deseja que se saiba que os bolos, com que foi brindado, não tiveram como causa alguma syllabada em latim ou lição não sabida de francez ou inglez. Nada disso: foram devidos simplesmente a um furto de jaboticabas pelo travesso estudante.

O padre Miguel falleceu em Campinas, na pittoresca chacara de sua propriedade, em 1873.

PEDRO DE ALCANTARA CERQUEIRA LEITE. — Mineiro, nascido em Parahybuna a 28 de junho de 1807.

Logo após a formatura, foi nomeado juiz municipal de Barbacena; e mais tarde, juiz de direito de Sabará, de onde foi removido para a comarca de Barbacena.

Nomeado em 1854 desembargador da Relação de Pernambuco, deixou a judicatura, solicitando demissão sem vencimentos. Assim procedeu, para não ter que ausentar-se da sua provincia natal.

Era extremado politico, filiado ao partido liberal, mas nem por isso jámais maculou com uma só injustiça a sua toga de magistrado.

Além de jurisconsulto, era dado á cultura das letras e a estudos historicos, pelo que recebeu o titulo de membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Foi deputado á Assembléa Provincial de Minas em diversos biennios e á Assembléa Ge-

ral nas legislaturas de 1838 a 41 e de 1844 a 48.

Exerceu a presidência da provincia de Minas de 26 de setembro de 1864 a 18 de dezembro de 1865.

Era agraciado com o titulo de Barão de S. João Nepomuceno.

Falleceu a 24 de abril de 1883.

RAPHAEL DE ARAUJO RIBEIRO. — Rio-grandense, filho de José Antonio de Araujo Ribeiro.

Alto, robusto, moreno, olhos e cabellos pretos, barba rapada.

Havia cursado em Coimbra o 1.º anno de Direito e foi admittido em S. Paulo á matricula simultanea no 1.º e 2.º annos em 1829; não se prevaleceu, porém, desta segunda matricula e sómente prestou exames do 1.º anno, motivo pelo qual veiu a bacharelar-se em 1833 e não em 1832.

Fez bons estudos e em 1834 obteve o gráu de doutor.

Foi juiz de paz, vereador e eleitor na capital de S. Paulo.

Era talentoso; jámais, porém, fez uso das suas letras. Ultimamente vivia muito retrahido do convívio social, na sua chacara, na Moóca.

É fallecido ha cerca de trinta annos.

VICENTE JOSÉ DA MAIA. — Sul-rio-grandense,

nascido em 1808 na «Villa Grande de S. Pedro do Sul»; filho de Vicente José da Maia.

Faltam-nos dados a seu respeito.

VICENTE JOSÉ DA COSTA CABRAL. — Bahiano, nascido na villa de Santo Amaro em 1805; filho de José da Costa Cabral.

Professor de primeiras letras na capital de S. Paulo; promotor publico; contador na thesauraria de S. Paulo, em 1835 removido para a Bahia; inspector de fazenda na Parahyba, removido para S. Paulo em 1841; inspector no Rio Grande do Sul em 1846; aposentado com 2:094\$666 réis; procurador fiscal do thesouro provincial em 1854; inspector do mesmo em 1859, cargo que exercia quando veio a fallecer.

É pae do dr. Vicente Aurelio da Costa Cabral, formado em Direito em 1864.



CAPITULO V

A turma academica de 1887-41

A Paulicéa daquelle tempo — A vida academica — Os lentes de então — Apreciação summaria sobre a turma de 1887-41 — Vieira Buene — Paginas curiosas da sua «Autobiographia» — Incidente com o dr. Brotero — O seu curso academico — A sua vida publica — Encontro com o Visconde de Inhomirim — A sua veia poetica — Hilario Nogueira — Talentoso e excentrico — Episodio tragicomico — Como era distrahido! — Anecdotas a esse respeito — Souza Gonzaga — Dias Vieira — O «Grupo Olindense» — João Sertorio — Viegas Jorte Muniz — José Elias Pacheco Jordão — Oliveira Bello — A sua morte desastrada — Fortunato de Britto.



A PEQUENA e modesta Paulicéa desse quinquennio mal occupava toda a collina hoje occupada pelo triangulo urbano do S. Paulo moderno. Os bairros que demoram além do largo de S. Gonçalo, e circularmente além dos riachos e correjos Tamanduatehy, Anhangabahú e Be-xiga, eram arrabaldes inedificados, salvo uma ou outra chacara. As vias que conduziam a esses suburbios nem mereciam o nome de rua, eram antes estradas ou caminhos ruraes, destituídos de calçamento e de illuminação. Aliás, a illuminação urbana era a azeite de peixe, por sombrios

lampeões presos ás paredes das casas ou suspensos em desgraçosos postes de madeira, muito distanciados uns dos outros.

Não havia canalização de agua, a não ser a do correjo Saracura, represado no Tanque do Bexiga, e que trazia agua impotavel para um chafariz no largo da Misericordia e uma bica no largo da Memoria, proximo á ponte do Lorena.

A população abastecia-se em cisternas nos quintaes ou nalgumas fontes de serventia publica, taes como a do Miguel Carlos, do Tanque do Zuneca, do Moringuinho, do Chá (no ponto actualmente sob o viaducto), dos Inglezes, etc.

A população do municipio, estimada com optimismo, como posteriormente o revelaram as primeiras estatisticas, não podia exceder de 13 a 14:000 almas, e a da cidade escassamente chegaria a 11:000.

De um estudante contemporaneo dessa remota quadra, obtivemos sobre a vida academica de então os seguintes interessantes dados:

«Os estudantes, em geral, andavam bem trajados; alguns, mesmo, destacavam-se a tal respeito. Os cariocas eram os mais *petits-mâîtres*, como então se dizia; e, quando voltavam das ferias, podiam servir de figurinos. A casaca era traje usado diariamente. Preferiam-se as de panno verde-garrafa ou roxo escuro, com golla de veludo e botões de metal amarello.

O passadio dos estudantes era sobrio, e nem poderia deixar de ser assim, visto a modesta proporção das mezadas. Não excediam estas, em regra, de 30\$000 réis. Os que recebiam 50\$000 réis mensalmente passavam por nababos. A economia foi tambem a causa originadora das *republicas*, nas quaes, 4, 5 ou 6 estudantes se agrupavam, sob o mesmo tecto, convivendo fraternalmente e fazendo *bolsa*, isto é, contribuindo com uma quota mensal para as despesas geraes.

Os *bolsistas* revezavam-se, salvo quando na republica havia algum que se aprazia a monopolizar essa prebenda, dotado para isso de especial aptidão.

As cozinheiras ganhavam de 15 a 20\$000 réis, e não tinham de preparar mais que o trivial, a saber — feijão, arroz, carne de vacca ou de porco e algum legume (cujo mercado não era farto), café e chá paulistano. O que valia para o modesto orçamento, era o modico preço de todos esses generos.»

Consultado se não apparecia vinho ou cerveja nas mesas dos estudantes, o nosso venerando informante respondeu-nos negativamente, e accrescentou que mesmo as familias de S. Paulo, naquelle tempo, não faziam uso diario de vinho nas refeições. O que mais apparecia, nos dias festivos, ou quando se queria obsequiar alguma visita ou algum hospede, eram vinhos portugue-

zes — «do Porto» ou «de Lisboa» — as unicas marcas ou designações conhecidas, sendo em geral muito alcoolicos esses vinhos.

Quanto á cerveja, diz-nos o nosso communi-
cante:

«Como nunca tive predilecção por essa bebida, não estou no caso de dar informações mi-
nuciosas a respeito. O seu uso ainda não tinha
entrado nos habitos da população. Não havia
uma só fabrica que a produzisse. A que se con-
sumia era toda importada, na maior parte, da In-
laterra.»

Lembro-me da marca *Tenent* como a mais
vulgarizada.

Durante todo o quinquennio que nos occupa,
exerceu o cargo de director da Academia o sena-
dor Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, cuja
biographia havemos de dar nalguma outra destas
chronicas.

Compunha-se então de dez cadeiras o curso
da Faculdade, e assim continuou até á reforma
de 1854, que creou as cadeiras de Direito Romano
e de Direito Administrativo.

Os lentes que preleccionavam para a turma
que se bacharelou em 1841 foram os seguintes:

PRIMEIRO ANNO, Direito Natural. — O substi-
tuto dr. Joaquim Ignacio Ramalho, na ausencia
do cathedratico padre Manuel Joaquim do Ama-

ral Gurgel, com assento na Camara dos Deputados, esteve em exercicio durante o anno lectivo.

O novel professor explicava com lucidez e precisão de linguagem; a sua exposição peccava, ás vezes, por algum tanto concisa, e não raro a palavra deixava de lhe acudir aos labios com a necessaria presteza; vinha, porém, sempre correcta e apropriada. Não vestia os argumentos com roupagens de rhetorica; apresentava a objecção, singela e desprerenciosa, e do mesmo modo a chave para solvê-la.

Não havia no primeiro anno senão essa cadeira, na qual Manuel Joaquim alternava com Brotero.

SEGUNDO ANNO, Direito Publico e das Gentes. — Foi regida a cadeira pelo respectivo cathedratico padre Manuel Joaquim, já então conhecido pela antonomasia de *Cayana*, em consequencia da sua corpulencia.

Manuel Joaquim era de trato muito affavel e regia com distincção a sua cadeira.

Trajava como secular e não fazia uso das ordens, senão como prégador.

Direito Ecclesiastico. — Esteve em exercicio durante todo o anno lectivo de 1838 o lente cathedratico padre Anacleto José Ribeiro Coutinho.

Nas explicações, que fazia, das proposições do Gmeiner, não manifestava altas pretensões. Mais que bondoso, bonachão. Deixassem-no viver...

Tambem trajava á secular e não fazia uso das ordens sacras.

TERCEIRO ANNO, Direito Criminal. — Foi regida essa cadeira no anno de 1839 pelo dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta, que, mais tarde, foi transferido para a de Direito Administrativo.

Era natural de Goyaz e formado em Leis pela Universidade de Coimbra. O que veiu a ser na scena politica o emerito parlamentar, senador Silveira da Motta, não ha quem desconheça. O que, porém, elle foi, em 1839, como lente da Faculdade, saberemos agora pelo authentico testemunho de um estudante daquelle tempo.

«Era homem mundano, pouco applicado ao estudo, mas dispondo de grande talento. Orador eloquente, fazia, quando para isso estava disposto, bellissimas explicações, commentando o texto do nosso antigo codigo criminal.»

Direito Civil. — O compendio adoptado era o Mello Freire, e o lente o padre Vicente Pires da Motta. Outro ecclesiastico que não dizia missa nem trazia habitos talares.

Foi um cidadão notavel na vida publica, como já tivemos occasião de ver... Mas o que ora nos interessa é o lente da turma academica de 1841. Nessa qualidade, o padre Vicente não sobresahia, nem pela sciencia nem pelo talento.

Limitava-se a expôr, com pouco desenvolvimento e sem elaboração pessoal, as doutrinas de Mello com os adinuculos de um ou outro civilista portuguez, que trazia em pedacinhos de papel entre as folhas do compendio. Acudiam-lhe com demasiada frequencia, nas explicações, como chavão favorito, as formulas que, embora equivalentes, elle accumulava redundantemente: «no caso dado», «na hypothese figurada», «na especie vertente»...

QUARTO ANNO, Direito Civil. — Em continuação á mesma cadeira do terceiro anno. Lente e compendio, tambem os mesmos.

Direito Commercial e Maritimo. — O Direito Commercial era explicado seguindo-se a ordem dos capitulos e artigos do codigo commercial francez, e o Direito Maritimo, adoptando-se por compendio o Azuni. Ambas essas materias, que faziam parte do programma do mesmo curso, foram explicadas pelo lente cathedratico, que o foi por longos annos, dr. Clemente Falcão de Souza.

Apesar das suas muitas excentricidades, que dão para um delicioso capitulo, e das quaes nos occuparemos numa das nossas proximas chronicas, era um bom lente; explicava bem e revelava bastante talento.

QUINTO ANNO, Processo Civil e Criminal. — Regia esta cadeira com reconhecida proficiencia o padre Antonio Maria de Moura, natural de

Campos, que representou eminente papel no scenario politico e na historia ecclesiastica do paiz, e de quem longamente já nos occupámos.

Por agora, accrescentaremos apenas que, formado em Coimbra, «in utroque jure», elle possuia vasta erudição juridica e era um reperi torio vivo das Ordenações do Reino e das Leis Extravagantes.

Tratava fraternalmente os discipulos.

Economia Politica. — Essa cadeira era regida com muito brilhantismo pelo dr. Carlos Carneiro de Campos, cujos traços biographicos já demos na primeira série, editada em livro, destas *Tradições e Reminiscencias*.

O compendio adoptado era uma obra resumida de João Baptista Say.

E' já tempo de travarmos conhecimento com o grupo academico do quinquennio que escolhemos para o nosso estudo de hoje.

A turma dos bachareis formados em 1841 compunha-se de um reduzido grupo de rapazes. O numero delles não excedia de nove.

Eram treze no segundo anno, ficaram reduzidos a dez no terceiro e a nove dahi por deante. Os que se extraviaram em caminho foram: Joaquim Floriano de Godoy, aliás approvedo plenamente, que deixou o curso juridico para seguir o de medicina, e foi posteriormente o illustre senador Floriano de Araujo Cintra, que se graduou

em 1843; Hippolito José Soares de Souza, que perdeu o anno e se formou em 1842; Faustino Nunes Pires, Luiz José Ferreira e Alexandre José de Seixas, dos quaes não colhemos outra noticia a não ser que não se formaram na Faculdade de S. Paulo.

Dos nove restantes, nenhum se distinguio, *hors ligne*, quer nas aulas, quer no movimento academico; entretanto, a média intellectual do anno era assaz elevada, e o estudo era tambem regular. O numero diminuto dos alumnos fazia necessaria por parte delles maior applicação, por isso que ficavam mais expostos ás vistas e á attenção dos lentes.

Passemos em summaria revista cada um dos nomes componentes da turma, na ordem, que é a alphabetica, em que figuram na relação official existente na Secretaria da Faculdade:

FRANCISCO DE ASSIS VIEIRA BUENO. — Paulista, nascido nesta capital a 27 de agosto de 1816; filho de Manuel José Vieira, natural de Braga, e D. Candida Maria Bueno, filha do guarda-mór José Bueno de Moraes, descendente de Amador Bueno.

Alto, tez clara, corado, quasi imberbe; veio a ter posteriormente uma esplendida barba preta, que os annos, agora, teem completamente polvilhado de neve.

Sobre a puerícia e a juventude de Assis Bueno, fornece-nos interessantissimas informações a sua *Autobiographia* editada em Campinas em 1899, da qual o auctor nos mimoseou com um exemplar.

Desse trabalho, importante subsidio para o estudo dos costumes da antiga Paulicéa, vamos extrahir alguns trechos, que nos parecem de interesse mais geral.

Referindo-se á sua instrucção primaria, escreve o dr. Assis Bueno:

«Que me lembre, havia em S. Paulo duas escolas nesse tempo (em 1822). A do mestre regio (que o povo dizia «mestre rege»), regida pelo mulato padre Francisco Rabecão, assim chamado por tocar esse instrumento; e a do mestre José Antunes (esta particular), que funcionava numa pequena casa da rua das Flores, que até bem pouco tempo conservava a mesma humilde apparencia. Esta foi a preferida por minha familia, porque o padre Francisco Rabecão era o terror dos meninos, que acreditavam que elle fazia castigo com disciplina. O mestre José Antunes era entrevado, e vivia sentado numa cama, da qual regia a escola, servindo-se, para chamar á ordem os alumnos, duma longa vara de marmelo com uma bola de cera na ponta. Eram formidaveis as careladas que elle com grande destreza vibrava com tal vara. Nos casos mais graves funcionava

tambem a Santa Luzia applicada por algum decurião.

Na mesma sala da escola havia um altar, em que todos os dias se rezava e algumas vezes se dizia missa. Faziam-se muitas festas com procição pela rua das Flores. Aos sabbados havia o canto da taboada.»

Dessa escola, em 30 de setembro de 1827, passou o joven Assis Bueno para o Seminario de Sant'Anna, do qual elle nos dá a seguinte curiosa noticia:

«Este seminario foi installado numa antiga casa dos jesuitas, annexa a uma pequena igreja consagrada a Sant'Anna. É situada a uma legua ao norte de S. Paulo, constando-me que está actualmente servindo de quartel.

Foi seu fundador Joaquim Luiz do Livramento, conhecido por — *Irmão Joaquim*.

.....
 Não tinha ordens sacras, mas vestia um habito, trazia ao pescoço um relicario com o Sagrado Coração e tinha a longa barba de ermitão.

.....
 Antes de amanhecer, um alumno, a quem tocava por tabella esse encargo, percorria o dormitorio agitando uma matraca e repetindo estas palavras: «Acordae, ó irmãos, do somno, que é

sombra da triste morte; vamos adorar o Senhor». Em seguida, descia-se para a igreja, rezava-se o terço, de joelhos sobre o frio chão. Rezava-se uma breve oração no fim do almoço e do jantar, sendo lido durante este, no *Flos Sanctorum*, a vida do santo do dia por um alumno designado por tabella.

.....

Uma nota agradável dessa recordação é a lembrança do primeiro presidente de S. Paulo, Lucas Antonio Monteiro de Barros (depois Visconde de Congonhas e senador), que frequentemente nos ia visitar aos domingos, sem séquito algum, envergando um comprido «rabeção» e patriarcalmente montado em seu cavallinho.

O repique de sino, que annunciava a sua chegada, produzia sempre um alvoroço de alegria, porque elle nos acariciava paternalmente, um por um, fazendo-nos perguntas.»

Em 1830, começava Assis Bueno a sua instrucção secundaria pelo estudo do latim.

«A aula, diz elle, era no palacio do governo, nos baixos da parte que foi demolida. O professor era o padre Joaquim Gomes Monteiro, cuyabano, bastante retinto.

.....

Não largava a batina e a capa, para disfarçar a figura contrafeita e grotesca que lhe gran-

geára a alcunha de «S. Braz de cera». Isso e o seu genio arrebatado tentavam os peraltas a provocarem suas explosões de colera, pondo pedrinhas no buraco da fechadura da porta da aula, e pregando-lhe outras pirraças. Comtudo, era homem bondoso, que só em casos extremos usava do direito, que ainda havia, de empregar a palmatoria.»

Em 1832, prompto em latim, tratou Assis Bueno de habilitar-se, pelo respectivo exame, para a matricula na Faculdade. É interessante a entrevista que elle refere ter tido com o tenente-general Arouche:

«... Fiz o meu requerimento e, em companhia dum collega, o fui despachar na chacara do director da Academia. O director era o tenente-general José Arouche Toledo Rendon, um dos mais illustres de entre os antigos fidalgos paulistas. Apresentou-se elle trajando uma pittoresca «robe de chambre» de côres vivas, e de cabelleira empoada, munida do competente rabicho com laçadas de fita preta, e nos recebeu com ar prazenteiro.

Ainda não havia então pennas de aço, e quando elle lançava os despachos na sala vizinha, ouviamos a penna de ganço ranger'sobre o papel, provocando a hilaridade do meu risonho companheiro.»

Approvedo plenamente em latim, cuidou o joven preparatoriano de habilitar-se nas outras disciplinas exigidas para a matricula, e successivamente, nos annos subseqüentes até 1836, prestou os exames de philosophia, francez, rhetorica, arithmetica, geometria, historia e geographia.

A proposito do seu exame de historia, deu-se entre Assis Bueno e o dr. Brotero um incidente, que elle relata na sua mencionada *Autobiographia*.

Tendo requerido com outro collega uma banca extraordinaria de exames e suppondo-se preterido, por não ter sido chamado depois de findo o primeiro exame, reclamou o seu requerimento, e, de posse delle, rasgou-o... Mas ouçamos delle mesmo a narração:

«Rasguei-o então, e atirando os pedaços sobre a mesa, sahi incõscientemente para a rua. Só no meio do largo de S. Francisco foi que me voltei, e vi o saguão da entrada da Academia apinhado de gente que me olhava estupefacta.

Uma hora depois um bedel me intimava, que a Congregação me havia imposto a pena disciplinar de dez dias de prisão.

.....

O cumprimento da pena na sala livre da cadeia foi uma sucia, pois os collegas não se fizeram esperar, sendo o meu bom amigo João Ribeiro dos Santos Camargo, de saudosa memoria,

o primeiro que appareceu e o ultimo que se retirou.»

A proposito do seu exame de historia, conta-nos o autobiographo:

«Fiz logo em seguida exame de historia e geographia, com certa espectação e desusada assistencia, por causa da minha recente estralada. O professor Julio Frank, cuja aula eu havia frequentado no anno anterior (1836), que foi o da inauguração, conhecendo-me como um discipulo aproveitado, apertou-me, dahi resultando um *brilharetur*, que fez éco.»

«Com isso, accrescenta elle, assoprando-me todos os ventos, fiz logo em seguida, em um só dia, os exames de rhetorica e inglez, completando assim os sete exigidos para a matricula no primeiro anno do curso academico.»

O seu curso academico, informa-nos o dr. Assis Bueno, correu sem incidente memoravel, desempenhando-se elle honrosamente dos seus deveres da vida escolastica. Teve apuros financeiros; superou-os, porém, com a sua congenita energia e amor ao trabalho. Desde o seu segundo anno já labutava no fôro, e disso auferia alguns recursos.

Mais alguns pormenores, estes ineditos, oriundos embora da mesma fonte, obtivemol-os de mis-

siva particular com que nos obsequiou, a pedido, o dr. Assis Bueno.

«O Brotero era, com effeito, *brigão*, como v. ex.^a o qualifica em um dos seus artigos; mas era, a par disso, um bonachão, que logo se esquecia das rixas que suscitava. Commigo elle assim procedeu, convidando-me, por muitas vezes, depois do mencionado incidente, para fazer parte de bancas de exames de inglez e de francez. Em certa occasião, perguntando-me se era verdade que eu pretendia defender theses, e tendo tido resposta affirmativa, disse-me, batendo-me amigavelmente no hombro:

— Pois venha, venha, meu doutorzinho! Você sahirá approved, ainda que diga que Jesus Christo andava de botas...

Quanto a talento, elle tinha-o, sem duvida, e não vulgar; mas as suas explicações eram amalgamas indigestos das doutrinas desoitistas, expostas com eloquencia, mas sem methodo e em linguagem por vezes incorrecta.

Na turma do meu anno ninguem se distinguia, nem por talento fóra do commum, nem por muito estudioso.»

Logo depois da sua formatura, o dr. Assis Bueno foi nomeado promotor publico desta capital, por acto da respectiva camara municipal, então (até á reforma pela lei de 3 de dezembro

do mesmo anno) competente para aquella função.

Por pouco tempo exerceu elle esse cargo, no qual foi substituido pelo dr. Francisco José de Lima, de quem nos occuparemos, quando falarmos da turma dos bachareis de 1833.

Em 1843, casou-se com sua parenta D. Francisca de Souza Freire, filha do capitão Joaquim de Souza Freire, de Bragança.

O dr. Vieira Bueno seguiu primeiramente a magistratura e desempenhou o cargo de juiz municipal de Bragança. Mudou-se, depois, para Sorocaba, onde exerceu a profissão de advogado e envolveu-se activamente na politica local, como adepto que sempre foi do partido liberal.

Tendo resolvido fundar no Rio de Janeiro uma casa commercial, de sociedade com o seu cunhado João Nepomuceno Freire, e outro paulista, Joaquim Nepomuceno Freire, para aquella capital se mudou em 1856. Dedicou-se alli a especulações mercantis e bancarias, e sobre taes assumptos publicou, por vezes, pela imprensa, trabalhos que tiveram muita repercussão. Foi vereador, presidente do Banco Commercial e Agricola e depois director do Banco do Brazil.

No desempenho dessa honrosa commissão, o dr. Vieira Bueno privou com as summidades politicas e financeiras do paiz. Acerca de uma dessas conspicuas personalidades, o conselheiro Francisco de Salles Torres Homem, mais tarde

Visconde de Inhomirim, eis a nota pittoresca da já citada *Autobiographia*:

«O Visconde de Jequitinhonha já tinha sido então demittido e substituído pelo conselheiro Torres Homem (Timandro). Tive pois de conviver bem de perto com esse homem notavel, que se tornou meu amigo. Era um mulato côm de jambo, de rosto grande, redondo e bonito, de cabellos pretos e longos, e ligeiramente anellados, que eram postiços, mas pareciam naturaes, pois a vantagem de ser completamente calvo lhe facilitava o uso de chinós artisticamente feitos, que produziam bello effeito. Trajava com esmero e andava espartilhado em razão de ter o abdomen desenvolvido.

Trazia sempre luvas, já encarquilhadas, porque não as calçava, talvez para não esconder o bello anel de brilhante que usava.

Era orgulhoso, mas na intimidade familiar e conservador, sem sahir de uma certa gravidade.

Uma vez, no correr da conversação, veio a proposito dizer-me: «Se eu fosse perseguido quando escrevi o *Timandro*, seria hoje um republicano vermelho», assim confessando a auctoria do celebre pamphleto.

Tinha credences tão pueris, que me disse uma vez com a maior seriedade, que quando lhe succedia encontrar-se com algum cachorro pelado, ficava certo de que ia ter um dia aziago.

Tinha esquecimentos inconcebíveis. Por exemplo: não se poder lembrar do nome de um genro fallecido, quando passava uma procuração para o inventario do mesmo.

Quando lia qualquer escripto um pouco extenso, fazia-o com tanta impaciencia, que se punha a apanhar aqui e acolá palavras salteadas, com o que mais difficultava a leitura.

Sua escriptura era illegivel.»

Por vinte e um annos se prolongou a permanencia do dr. Vieira Bueno no Rio de Janeiro. De volta á sua provincia natal, em 1876, adquiriu, de sociedade com seus filhos, uma fazenda de café, no municipio de Brotas, e por algum tempo se dedicou á vida de agricultor.

Com a reforma eleitoral de 1881, e a sua leal execução pelo ministerio Saraiva, o dr. Assis Bueno foi candidato á deputação geral pelo oitavo districto. Era apresentado por uma fracção liberal dissidente, em competencia com o candidato liberal Gavião Peixoto e os candidatos Prudente de Moraes, republicano, e Costa Pinto, conservador, o qual foi eleito em segundo escrutinio.

Aproveitando os lazeres da vida campezina, voltou o dr. Assis Bueno a renovar o culto que nos verdes annos prestava ás musas.

Fez, então, entre outros trabalhos literarios, uma traducção, em versos, da *Evangelina*, de Long-

fellow, em competencia com as de Americo Lobo e de Franklin Doria.

Num concurso literario, aberto pelo *Correio de Campinas*, apresentou o dr. Assis Bueno a seguinte versão das lindas estrophes de Rostand, sobre o beijo, no *Cyrano de Bergerac*:

Um beijo... mas, em summa, que coisa é essa?
 Jura feita mui perto, mas formal promessa,
 Confissão que procura mais se confirmar,
 Pingo de rosea tinta sobre o verbo amar;
 Segredo, que em vez de ouvido, á bocca é dito;
 Zumbir de abelha em breve instante do infinito;
 Communhão como flôr sabendo ao paladar,
 Meio de o coração um pouco resfolegar,
 E de um pouco gosar a alma á flôr dos labios.

Como se vê, não conseguiu o poeta vencer a difficuldade consistente na traducção do «*point sur l'i du verbe aimer*», pois que em vernaculo «amar» não tem «i». Preferiu supprimir a imagem faceta e graciosa do verso francez.

O dr. Assis Bueno, que ainda vive, reside desde alguns annos na cidade de Campinas. E' pae do saudoso dr. Manuel de Assis Vieira Bueno, formado em medicina, e que foi deputado federal, e sogro do estimavel cidadão e chefe republicano do periodo da propaganda, sr. Manuel Lopes de Oliveira.

HILARIO GOMES BARBOSA NOGUEIRA. — Mineiro, de Sabará; filho de Pedro Gomes Nogueira. Era sobrinho, pelo lado materno, do conselheiro

Paulo Barbosa da Silva, o celebre mordomo da casa impérial, que tanta influencia alcançou durante a minoridade e em cuja casa se faziam os conciliabulos do *Club da Joanna*.

Alto, magro, tez clara, corado, cabellos louros, quasi ruivos, barba rapada, sobrancelhas tambem ruivas: o que lhe causava desgosto, a ponto de, uma vez, para que voltassem mais vigorosas e talvez mais perceptíveis, as ter rapado. Arrependeu-se depois, porque a ausencia dellas lhe dava uma physionomia ridicula, que provocava o riso dos collegas e até dos lentes, e elle, por amor á assiduidade ás aulas, não podia, como desejava, conservar-se em casa.

Já se vê que era bom estudante. E de facto o era. Applicado e intelligente. E, além disso, de prodigiosa memoria, como adeante veremos, e de uma força de vontade inquebrantavel.

Referindo-se aos seus collegas de anno, eis o que escreve o dr. Assis Bueno, no trabalho ao qual temos já pedido tanto subsidio:

«Aprez-me fazer aqui especial commemoração do meu collega de anno Hilario Gomes Nogueira Barbosa. Eramos inseparaveis; sendo grandes andarilhos, faziamos a pé grandes caminhadas, indo ás vezes até á Penha. De uma feita fomos a Santo Amaro e voltámos no mesmo dia.

Como intellectual, era dotado de talento, tendo capacidade para devorar obras volumosas

de principio a fim, como fez uma vez com a historia universal de Cesar Cantu.

Pertencente a uma familia mineira influente, tudo lhe augurava um risonho futuro, mas infelizmente não foi assim, porque uma certa excentricidade, de que desde então já se resentia o seu character, em vez de se corrigir, se augmentou com o tempo, dando-lhe uma vida atormentada.»

Do grande talento do Hilario Barbosa deu testemunho o senador Silveira Lobo, em conversa com um sobrinho d'elle, de quem nos vem a tradição.

—«Era um homem colossal», disse o emérito senador por Minas, e accrescentou: «O maior talento que tenho conhecido.»

Esse conhecimento deu-se em condições interessantes numa pequena e modesta hospedaria no Picú, quando, como deputados provinciaes, se encaminhavam ambos para Ouro Preto.

Estava Silveira Lobo na salinha de visitas, quando viu sahir da alcova um individuo desconfiado, e pouco após tomar parte na conversa, ou antes, interromper o que elle dizia sobre costumes francezes, e, com polidez, corrigir um dos seus assertos sobre o assumpto. Travando-se então a conversa, verifica Silveira Lobo que o seu interlocutor conhecia profundamente não sómente os costumes sociaes da França, como toda a sua organização politica e administrativa; e pergun-

tou-lhe — quanto tempo tinha residido naquelle paiz. Respondeu-lhe o Hilario — que de Sabará, sua terra natal, tinha ido a S. Paulo, onde se formára em Direito, e agora se dirigia a Ouro Preto, para tomar assento na Assembléa Provincial.

Apresentaram-se então reciprocamente os dois intellectuaes e politicos, que tiveram, posteriormente, occasião de estreitar as suas relações e foram sempre muito amigos.

Era tão prodigiosa a sua memoria que, após a audição de discursos na Camara ou no Senado (apreciava muito os de Zacharias) repetia-os integralmente em casa algumas horas depois. Lia uma columna inteira do *Jornal do Commercio*, e reproduzia-a, depois, de memoria, quasi textualmente.

Tanto no periodo da sua vida academica como depois da formatura, innumeradas são as anedotas sobre as suas distracções e bem assim o seu temperamento impulsivo.

Era tão assomado que, quando alguém o susceptibilisava com alguma palavra que lhe soava mal, despedia-lhe antes de tudo, sem tir-te nem guar-te, formidavel sopapo. Essa era, para elle, a primeira phase do conflicto. Acontecesse depois o que... o diabo quizesse!

Estando num baile, na *Concordia Paulistana*, fez-lhe o mestre-sala uma observação sobre a ex-

perfeição que elle empregava para dançar com certa dama. Por excepção, o Hilario não tirou immediato desforço do impertinente gracejo. A custo se conteve até ao dia seguinte, mas assentou de tomar uma exemplar satisfação do seu pretendido offensor.

De facto, no dia seguinte, fazendo-se acompanhar do seu irmão Antonio, então *bicho*, e do Assis Bueno, foi esperar no largo da Sé o Jayme da Silva Telles, o mestre-sala do *Concordia*, que era empregado publico e ás 2 horas da tarde deveria passar por aquelle ponto.

Ao avistar este, tomou-lhe o passo o Hilario e interpellou-o:

— Lembra-se do incidente do baile?

— O sr. quer séca?!...— respondeu-lhe o Jayme, dando de andar.

De subito, o estudante despacha-lhe um bofetão, que lhe atira ao longe o chapéu, e emquanto o homem, atordoado com o impeto do ataque, fica um momento sem acção, elle leva a mão á cintura para sacar uma pistola. Nisto interpõe-se o Assis Bueno, para impedir a acção, e dá tempo a escapar-se o aggreddido.

Desse facto resultou uma queixa de tentativa de morte dada contra os tres estudantes. O processo, porém, foi julgado improcedente, por falta de testemunhas.

Noutra feita, o Hilario, em repulsa a gracejo

de mau gosto, proferido em palestra por um collega, deu-lhe na face sonora bolacha, numa sala contigua á da sessão do jury. Dahi, um conflicto com o offendido, intervindo, mais uma vez, como pacificador, o Assis Bueno.

Agora, alguns casos de distracção do Hilario Nogueira:

Um dia, chegando elle a casa de um collega que morava com a familia, penetrou este no interior para vir abrir a porta da sala de visitas, afim de receber o Hilario que ficára no corredor. Pois esse pequeno lapso de tempo foi quanto bastou para que o Hilario se esquecesse de que tinham vindo juntos. E assim, logo que lhe foi aberta a porta da sala, cumprimentou alvoroçadamente o collega, como se o não tivesse ainda visto naquelle dia.

Uma vez, num baile do *Casino*, no Rio, estava elle numa sala no meio de grande *entourage*, formado pela attracção da sua esplendida palestra, ou antes pela magia da sua palavra, porque era só elle que falava. E falava com tão intensa attenção, absorvido inteiramente pelo assumpto, que, ao servir-se o chá, o conselheiro Paulo Barbosa, em pessoa, veio offerecer-lhe uma chavena, e elle recebeu-a e nem sequer agradeceu. Servido o chá, o conselheiro substituiu a chavena por outra cheia, que o dr. Hilario, do mesmo

modo machinalmente recebeu e esvaziou. Repetiu-se sete vezes o facto, e ter-se-ia reproduzido ainda mais, se não tivesse provocado a hilaridade dos circumstantes, despertando assim, como aconteceu, o dr. Hilario, e chamando-o das regiões da méra intellectualidade em que elle se conservava.

Estava incessantemente a ler, e no verão, no Rio de Janeiro, em casa de um irmão, fechava-se no seu quarto, no pavimento inferior, e ficava a ler, a ler... mas em completa nudez. Chamado, um dia, para o jantar, servido em sala do pavimento superior, para lá se encaminhou no mesmo estado em que se achava. Avisado por um grito de espanto da copeira, elle, felizmente, cahiu em si, e, coberto de vivo rubor, correu ao quarto, afim de se compôr com *toilette* um pouco menos fresca.

Era-lhe muito frequente nas refeições misturar com a sopa porções de vacca ou de aves ou feijão, e, ás vezes, farinha *in magna quantitate* e outras coisas que fossem, absorvido pela conversação ou pelos seus quasi monologos, sempre ouvidos com agrado, porque, além de erudito, elle era espirituoso e caustico e a sua conversa ao mesmo tempo instrua e deleitava.

Emquanto estudante, era liberal. Indo para o Rio, depois da formatura, de lá veio algum

tempo depois para encaminhar o irmão nos exames. Veiu, já então, transformado em conservador exaltado. Quando se recolheu para Minas, investido do cargo de promotor, escreveu a um collega em S. Paulo que «estava *costeando* os liberaes compromettidos na revolução de 1842». Promovido depois a juiz de direito, accusavam-no os liberaes de magistrado politico, e, por isso, era victima de remoções para comarcas longinquas, quando os liberaes subiam ao poder. A ultima foi para Caxias, no Maranhão, para onde se transportou e onde veiu a fallecer.

JOÃO MARCELLINO DE SOUZA GONZAGA. — Fluminense, filho de João Bernardino Gonzaga.

Estatura regular, esbelto, rosto redondo, bem moreno e corado; cabellos crespos e pretos, imberbe. Bonito moço.

Conhecido pelo diminutivo «*Gonzaguinha*». Era de facto muito joven. Corria como certo que se matriculára sem a idade legal. Intelligente e de regular applicação.

Residiu por muitos annos em Pindamonhangaba, onde foi magistrado e fazendeiro e constituiu familia.

Membro proeminente do partido liberal, foi elevado por elle a varios cargos electivos e de administração, entre os quaes o de deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo, no biennio de 1846 a 1847, e o de presidente da provincia

do Rio Grande do Sul, de 2 de maio de 1846 a 30 de julho de 1865.

E' pae do dr. João Bernardino Cesar Gonzaga, advogado e fazendeiro em Araraquara.

JOÃO PEDRO DIAS VIEIRA. — Maranhense, filho de Manuel Ignacio Vieira.

Bem parecido e sympathico, maneiras distinctas, voz cheia, limpida e sonora, eis como o descreve o dr. Antonio Henriques Leal (1).

Cursára até ao segundo anno, inclusivè, em Olinda Victima, naquella Faculdade, de uma injustiça, que foi attribuida a resentimentos politicos por parte de alguns lentes conservadores, aos quaes não agradavam o seu exaltamento partidario e a sua collaboração no *Argos Olindense*, violenta folha academica de doutrinas liberaes, redigida por Fabio Alexandrino de Carvalho Reis, Antonio Barbosa Leal Castello Branco, Francisco Ignacio de Carvalho Moreira e Francisco José Furtado.

Alguns desses moços, emigrados para S. Paulo, constituiram aqui o denominado *Grupo Olindense*.

Dias Vieira assignalou-se como estudante applicado e talentoso.

Na vida publica occupou varios cargos po-

(1) A. H. Leal — «*Pantheon Maranhense*», tomo 2.º

liticos, entre os quaes o de deputado á Assembléa Geral pela provincia do Maranhão, e ministro do estrangeiro nos gabinetes de 15 de janeiro de 1864 e de 31 de agosto do mesmo anno.

Falleceu no dia 30 de outubro de 1870, deixando em extrema pobreza viuva e tres filhos.

JOÃO SERTORIO. — Paulista, de Santos, filho de um negociante italiano de egual nome.

Era regularmente intelligente e muito applicado. Tirava com cuidado, por escripta accelerada, as licções dos lentes e organizava postillas que eram muito apreciadas.

Foi successiva ou alternadamente magistrado, politico e administrador, pois encontramo-lo como deputado á Assembléa Provincial de Porto Alegre no biennio de 1854-55, á de S. Paulo nos biennios de 1854-55 e de 1856-57, e presidente da provincia do Rio Grande do Sul, de 24 de junho de 1869 a 29 de agosto de 1870.

Foi desembargador no Tribunal da Relação da Córte e agraciado com o titulo de Barão de Sertorio.

JOÃO VIEGAS JORTE MUNIZ. — Paulista, de Porto Feliz, filho de Joaquim Vieira Jorte Muniz.

Intelligentissimo, bom estudante, fluente orador, mas algum tanto visionario e scismador.

Foi deputado á Assembléa Provincial no biennio de 1846-47.

Falleceu em Piracicaba, prejudicado do espirito.

JOSÉ ELIAS PACHECO JORDÃO. — Paulista, de Itú, filho de Elias Antonio Pacheco.

Estatura regular, moreno, pallido, olhos pretos e luzentes, cabellos pretos, barba muito escassa.

Depois de formado, dedicou-se á profissão agricola.

Gosava de grande prestigio politico em seu municipio natal e circumvizinhos.

Foi em diversas legislaturas deputado provincial.

Como primeiro vice-presidente desta provincia, esteve duas vezes na administração da mesma, a saber, de 10 a 27 de agosto de 1868 e de 1 a 19 de maio de 1869.

A sua iniciativa foi devida a construcção da estrada de ferro Ituana.

Era pae dos drs. Elias Fausto Pacheco Jordão, fallecido, e José Nabor Pacheco Jordão.

LUIZ ALVES LEITE DE OLIVEIRA BELLO. — Rio-grandense, filho de Wenceslau de Oliveira Bello.

Estatura mediana, tez clara, rosto redondo, testa larga e intelligente, com grandes entradas, olhos vivos, physionomia sympathica e expres-

siva. Moço bonito. Muito intelligente e regularmente estudioso, não obstante ser dado ás diversões da caça.

Na vida publica, mais se occupou de politica na sua provincia natal que do exercicio da advocacia. Foi, a principio, magistrado. Formava com os drs. Borges Fortes e João Jacyntho de Mendonça o triumvirato que por muitos annos dirigiu soberanamente o partido conservador do Rio Grande.

Foi em diversos biennios deputado provincial e presidente da Assembléa de Porto Alegre, e deputado geral ás 6.^a, 7.^a, 8.^a, 9.^a, 10.^a, 11.^a e 12.^a legislaturas.

Morreu de desastroso accidente numa caçada de cervos, nas immediações de Porto Alegre, cremos que em Pedras Brancas.

Fatigado do exercicio que fizera, approxiou-se de um tronco de arvore e disse ao filho, que o acompanhava: «Bom logar para guardarmos as nossas armas!...» Ainda bem não tinha descançado no chão o couce da carabina, quando esta dispára, cravando toda a carga no cerebro do illustre cidadão. O dr. Oliveira Bello cahiu prostrado, instantaneamente morto. Ha deste facto cerca de 40 annos.

O dr. Oliveira Bello era pae dos drs. Luiz e Wenceslau de Oliveira Bello, tão notaveis ambos, um nas letras, na tribuna e na politica; na industria, o outro.

THOMAZ FORTUNATO DE BRITO. — Fluminense, filho de José Fortunato de Brito. Nasceu em 1819.

De pequena estatura, tanto que lhe chamavam o *Britinho*.

Intelligente e bom estudante.

Por pouco tempo exerceu a advocacia no Rio de Janeiro.

Dedicou-se, depois, á carreira diplomatica, na qual percorreu quasi toda a escala e desempenhou elevadas commissões em varios paizes da Europa e da America.

É fallecido ha uns bons pares de annos.



CAPITULO VI

A turma academica de 1855-59

PARTE PRIMEIRA

O governo da provincia de S. Paulo durante esse periodo. — O governo da diocese. — A camara municipal da capital paulista. — Feição da cidade. — O seu commercio. — Os hotéis, o do Lefebre. — Livrarias, a do Pandega. — A casa Garraux em embryão. — Alfaiatarias. — Empresas typographicas e jornaes da época. — «Vignagres» e mundanas. — Empresa dramatica. — Outros complementos para o esboço encetado. — Director e lentes da Faculdade de Direito. — Predominio da Academia. — A média intellectual da turma de 1855-59.



ADMINISTRARAM a provincia de S. Paulo, durante o quinquennio acima assignalado, a principio o conselheiro José Antonio Saraiva (de 17 de julho de 1854 a 12 de novembro de 1855); depois, o dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos (de 29 de abril de 1856 a 22 de janeiro de 1857); e por fim o dr. José Joaquim Fernandes Torres (de 26 de setembro de 1857 a 17 de abril de 1860), este com varias interrupções, correspondentes ao periodo das sessões da Assembléa Geral Legislativa.

Nos intervallos, esteve o governo da provincia entregue successivamente aos seguintes vice-presidentes: dr. Antonio Roberto de Almeida, dr. Hippolito José Soares de Souza e conselheiro Manuel Joaquim do Amaral Gurgel.

No mesmo periodo conservou-se sempre na administração da diocese paulopolitana o bispo D. Antonio Joaquim de Mello, que occupou a séde episcopal desde 3 de agosto de 1851 até 16 de fevereiro de 1861, data do seu fallecimento.

Exercia o cargo de arcediogo da Sé cathedral o conego Fidelis José de Moraes, a quem alcunhára o vulgo de *Fidelão*, para distinguil-o do outro conego Fidelis, afilhado delle (†) e cujo nome arrevesado (Fidelis Alves Sigmaringa de Moraes) occasionou em solemne occasião engraçado trocadilho do conselheiro Brotero.

A administração municipal era presidida pelo

(†) Envolve, não raro, maliciosa ambiguidade o epitheto — *afilhado*, quando o padrinho é clérigo e concorre, além disso, a cumplicidade de certas apparencias. Era o que se dava em relação aos dois conegos Fidelis. E não se conservava sómente nas camadas populares essa desconfiança; tanto assim, que o proprio bispo D. Antonio, para dar satisfação a rumores que lhe chegavam sobre a incompatibilidade por direito canonico do exercicio simultaneo dos dois conegos no cabido da diocese, interpellou por escripto o conego Fidelis senior — se nada lhe dizia a consciencia sobre o seu impedimento em funcionar conjunctamente com outro membro do cabido. A resposta foi negativa; e tudo, conseguintemente, continuou como dantes.

dr. João Brotero (o *Broterinho*) auxiliado pelos seguintes vereadores, nomes todos muito conhecidos e estimados, e que continuam a ser honrados na sociedade paulista pelos seus descendentes directos ou seus collateraes: dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, dr. Manuel Dias de Toledo, dr. Francisco José de Azevedo Junior (*Doutor Chiquinho*), commendador Luiz Antonio de Souza Barros, dr. Francisco Leandro de Toledo, Malachias Rogerio de Salles Guerra, tenente Francisco Garcia Ferreira e tenente-coronel Bento Thomaz Gonçalves.

S. Paulo não passava naquelle tempo de pequena, monotona e atrazada cidade provinciana, qual a descreve Zaluar nas suas *Peregrinações pela Provincia de S. Paulo*; ruas em geral sem calçamento, ou pessimamente calçadas de lagedos de pedras; a illuminação escassa e por desgraçosos lampeões, alimentados com azeite de peixe ⁽¹⁾, sobre postes de madeira; o abastecimento d'agua, sómente por fontes, chafarizes ou cisternas, e quanto a exgottos... nem é bom falar-se.

O commercio... Para não nos alongarmos, vamo-nos restringir ao que mais relação tinha com a vida academica naquelle tempo: os hoteis,

(1) Os lampeões de kerosene foram introduzidos em meados do seguinte decennio. A illuminação a gaz assignalou, em 1871, notavel progresso na evolução paulistana, e está hoje, com o auxilio dos bicos Auer, em renhido certamen de defesa com a electricidade, que lhe disputa a primasia

empresa dramatica, typographias, alfaiatarias, livrarias, «vinagres» e a roda galante... se isto tambem é commercio, como querem alguns.

Entre os hoteis, excluidas algumas bodegas de fama duvidosa, havia o «Hotel Paulistano», do Adolpho Dusser, na rua de S. Bento, esquina da ladeira do Acú, predio que ainda hoje existe e em cujo pavimento terreo está o *Café Brandão*; o *Hotel do Commercio, do Hilario Magro*, na rua da Fundição e Largo do Collegio, junto ao antigo theatro (este era simplesmente um *restaurant* ou *casa de pasto* como em melhor vernaculo então se dizia); o *Hotel da Providencia*, de m.^{me} Lagarde, na rua do Commercio, com bilhares. O principal, porém, e o unico decente (isto mesmo com muita concessão), era o *Hotel Universal*, do Lefebre, no largo do Collegio.

Este Lefebre era um perfeito typo de *maître d'hotel*, agradável, communicativo e *blagueur*. Falta-lhe, todavia, uma qualidade profissional — a discreção. A sua tagarelice e talvez a velleidade de dar importancia á sua casa não lhe permittiam guardar reserva a respeito das ceias alegres em que, em sala reservada, ás vezes tomavam parte graves personagens; é certo que, em taes occasiões, elle recommendava ao interlocutor o maior sigillo. E explicava, dizendo por exemplo, a um punhado de estudantes:

— Sabem quem está ahi? É o Broterinho. Está-se divertindo... Mas elle «non querr que

se saiba». E a mesma confiança, com a mesma advertencia, repetia-a elle a quantas pessoas nesse e nos dias subseqüentes appareciam no seu hotel.

Não eram muitas naquelle tempo em S. Paulo as livrarias. Havia duas apenas: uma na rua da Imperatriz (hoje Quinze de Novembro), de Bernardino José Dias Torres de Oliveira; e outra, a mais popular, a de José Fernandes de Souza, mais conhecido pelo appellido — o *Pandega*.

Era este um typo excentrico de portuguez, solteirão e pouco asseado; gordo, baixote, cara pequena, tez clara, cabellos pretos e barba aparada curta.

Trazia mal arrumada a sua casa, e os livros em completa desordem.

Quando dava por algum furto, quer de livros, quer de gallinaceo ou outra coisa que fosse, não se agoniava por isso; limitava-se a desforrar-se na pelle do primeiro freguez que lhe apparecia. Computava no preço do livro o valor do objecto furtado.

Tinha paradoxos interessantes, que enunciava como aphorismos commerciaes. Entre esses, os perigos da fama de homem de bem. Assim, quando ouvia elogiar a probidade de alguém, não deixava de accentuar o seu scepticismo:

— É desses que tenho medo...

— Como assim?!

— Naturalmente, porque os tratantes não me enganam.

Ao lado da livraria do *Pandega*, ou mesmo numa secção della, e á sua sombra, viu-se installar, nos fins de 1859, um pequeno balcão, além do qual a figura sympathica e sorridente de um homem loiro, com grandes bigodes, dotado da amabilidade característica dos francezes, offerecia, á venda, papeis para cartas, pennas, lapis e mais objectos de escriptorio, além de exemplares avulsos da *Illustration* e do *Monde Illustré*.

Essa modesta quitanda, dirigida por mr. Anatole Garraux, era o ovo de onde tinha de sahir a grande e sumptuosa Casa Garraux.

Espirito progressista, mr. Garraux assignalou desde logo a sua presença na Paulicéa por uma innovação no objecto do seu commercio: foi o introductor do *enveloppe*.

Até então, escreviam-se as cartas em folha dupla de papel, *papel de peso*, como se dizia, e a segunda folha era dobrada de modo a capear a correspondencia e pregada com pequenas obreias de côr em fórma de hostias minúsculas. O envoltorio, já preparado e gommado, qual hoje o conhecemos, veio assignalar um progresso, especialmente quanto á celeridade.

Havia, naquelle tempo, em relação á população paulistana, grande numero de alfaiates, dos

quaes, porém, dois ou tres apenas, como sóe acontecer, eram os mais procurados pelo bello sexo... masculino. Entre elles dois francezes: o Fresneau e o Pedro Bourgade, que o moderno S. Paulo conhece, pois falleceu o anno passado.

Tinha tambem alfaiataria na rua da Imperatriz um cidadão estimavel que, annos depois, seguiu, como *voluntario da patria*, para o Paraguay, e de volta exerceu nesta capital varios cargos publicos, entre os quaes o de commandante do corpo policial. Era o major Manuel Antonio de Lima, sempre conhecido, na roda dos seus amigos velhos, por *Maneco alfaiate*.

Não havia mais que tres typographias na Paulicéa daquelles tempos.

A principal era denominada *Typographia Imparcial*, sita, então, á rua do Ouvidor (hoje José Bonifacio), n.º 46. Nella se imprimiam tres jornaes e duas revistas. Os jornaes, ou antes, os periodicos (pois que nenhum era diario), eram os seguintes:

O *Correio Paulistano*, bi-semanal, sem feição partidaria;

A *União dos Circulos*, bi-semanal, orgão do partido conservador, de propriedade do commendador Manuel Antonio Bittencourt;

O *Ypiranga*, hebdomadario, orgão liberal, redigido pelos drs. Gabriel, Carrão e outros chefes desse partido;

A *Revista Mensal*, do Ensaio Philosophico Paulistano, órgão dessa gloriosa associação academica;

A *Arcadia Paulistana*, revista tambem mensal e tambem glorioso escritorio da literatura academica daquella época.

Além da typographia *Imparcial*, havia, como dissémos, duas outras:

A *Typographia Dois de Dezembro*, de Antonio Louzada Antunes, installada no pavimento terreo do palacio do governo, e onde se imprimiam em avulso os actos officiaes e tambem duas revistas academicas: o *Guayaná* e os *Ensaios Literarios*, cujos exemplares se encontram, truncados, na Bibliotheca da Faculdade de Direito.

A *Typographia Literaria*, sita á rua do Ouvidor, esquina da rua de S. Bento, que imprimia sómente obras avulsas.

Passemos por alto sobre os «vinagres» e as mundanas, limitando-nos a enumerar entre os primeiros — o dr. Justo, o Miguel Vinagre, o Manuel Canéca, o Martiniano e o Seraphim Vinagre, e, entre as ultimas — a Antoninha Bella, a Mariquinhas Palmitteira, a Maria Antonia, as Capanemas, mãe e filha, e a Christina.

A Ritinha Sorocabana sómente no anno seguinte começou a fulgir como estrella de primeira grandeza no *demi-monde* da Paulicéa academica.

A respeito de alguns desses nomes teremos que fazer referencia no correr da presente chronica

Resta-nos, em execução do plano esboçado, occupar-nos da empresa dramatica que existiu nesta cidade no quinquennio que ora nos interessa.

Havia, effectivamente, uma empresa dramatica regularmente organizada, dirigida por Macedo & Henrique, ou antes pelos artistas José Joaquim de Macedo e Henrique José da Costa.

Esse Henrique era o primeiro actor, e não destoava do gosto da época. O seu estylo era declamatorio, como prescrevia a escola antiga e com essa maneira empolgava ás vezes a platéa, nos lances mais patheticos dos velhos drama-lhões.

Cabia a categoria de primeira dama á actriz Minelvina, casada com o actor Gonçalves. Ella, assaz talentosa; elle, mediocre, e, ainda por cima, meio gago.

Referem, a proposito dessa gagueira, que, agradecendo do palco uma grande manifestação feita a Minelvina pelos seus admiradores, elle declarou commovido que — «todos aquelles applausos e aquellas flôres ficavam guardados no seu co... co... coração, e no co... co... coração da sua mulher.» A reticencia desmanchou o effeito pathetico da scena.

Os espectáculos celebravam-se no velho e historico theatrinho do páteo do collegio, que se levantava no sitio hoje occupado pelo edificio da Secretaria da Fazenda, e sómente aos sabbados, quartas feiras e vespervas dos dias de folga na Academia. Isto porque eram os estudantes os frequentadores, quasi exclusivos, da platéa, e não lhes permittia inveterado estylo mostrarem-se nos outros dias em qualquer festa ou divertimento publico. Quem ousasse infringir essa regra poderia ter a certeza de, no minimo, ser chamado á licção no dia seguinte, correndo o risco de ser maltratado pelo respectivo lente e julgado com rigor.

Noutra opportunidade, quando voltarmos a occupar-nos dessa mesma quadra, havemos de estudal-a sobre outros aspectos, completando assim o que ficou faltando a este ligeiro esboço.

Por agora, dar-lhe-emos apenas alguns traços, quantos bastem para não omittirmos o que mais interessa a vida academica. Queremos referir-nos á directoria e ao corpo docente da Faculdade.

Foi director da Academia, durante todo o quinquennio de 1855 a 59, o conselheiro Amaral Gurgel, o «Manuel Joaquim» ou o «Cayana», que, conjunctamente, regia a cadeira de Direito Natural, Publico e das Gentes, do primeiro e segundo

annos, alternando com o conselheiro Brotero, de quem era a antithese, em muitos pontos.

Brotero era socialista, Manuel Joaquim da escola liberal; Brotero eloquente, imaginoso, mas obscuro e pouco methodico; Manuel Joaquim, de elocução correctá, fluente, mas de falar pausado; em compensação, claro, logico e persuasivo.

Já então leccionava Direito Romano e começava a grangear a nomeada que teve o conselheiro Chrispiniano.

A cadeira de Direito Ecclesiastico era regida desde muitos annos pelo conego Anacleto (dr. Anacleto José Ribeiro Coutinho), que explicava com voz sumida e sem vôos de pensamento o compendio de Gmeiner.

No terceiro anno eram lentes, de Direito Criminal o dr. Manuel Dias, e de Direito Civil, em 1857, o conselheiro Pires da Motta ou «Padre Vicente», como todos lhe chamavam. Nessa mesma cadeira, acompanhou elle os alumnos no anno seguinte.

A cadeira de Direito Commercial, no quarto anno, foi regida pelo conselheiro Falcão ou o «Falcão Velho».

No quinto anno explicavam Processo Civil e Direito Administrativo os respectivos cathedricos drs. Ramalho e Furtado; e Economia Politica, o substituto dr. José Bonifacio.

Grande foi, durante esse periodo, o predo-

minio do corpo academico em S. Paulo, tanto intellectualmente como tambem na vida economica, administrativa e no movimento artistico.

Para fundamentar esse conceito deparar-se-nos-ão sobejas provas, á medida que formos estudando uma a uma, como havemos de fazer, as 56 figuras dos bachareis que se formaram pela nossa Faculdade no anno de 1859.

Delles disputaram o gráu de doutor e o alcançaram, em condições differentes, como havemos de vêr, Couto Magalhães e Martins Pereira.

Era muito elevada a média intellectual do anno, como se poderá apreciar dos seguintes trechos epistolares, que obtivemos de dois illustres cavalheiros, que fizeram parte conspicua dessa turma e cujos nomes não estamos auctorizados a declinar:

«Dos 55 bachareis da turma de 1859 raros foram os que deixaram de figurar, como bons estudantes, do terceiro anno em diante. O exemplo dos mais estudiosos nos dois primeiros annos despertou a emulação, de modo que ninguem mais se deixou espichar nas licções e sabbatinas; quem não se julgava preparado para taes provas dava ponto, e os pontos eram 39.

Excellentes estudantes: Bento Lisboa, Pinto Moreira, Caetano Xavier, Couto de Magalhães, Timotheo, os dois irmãos Felix de Souza, Wita-

cker, Chagas Lobato, Moraes Navarro, Ferreira de Mattos, Castrioto, Peres de Moreno, Manuel Jacintho, Souza Pinto, Nicolau Barros, Alves de Araujo, Pedro Elias, Pedro Maria, Figueiredo de Andrade, Basson, Theophilo Paes, Teixeira de Freitas e ainda outros, de que haverá noticia.»

Da outra carta, a que alludimos, daremos o seguinte extracto :

«... Os mais notaveis dos meus collegas do anno eram: Pinto Moreira (o primeiro estudante da turma), Pedro Maria, Couto de Magalhães, José F. de Paula Eduardo e Bento Lisboa, seguindo-se: Tertuliano T. de Freitas, cunhado e primo do nosso Papiniano Teixeira de Freitas; Caetano Xavier, Timotheo da Rosa, Theophilo Paes, Ferreira de Mattos, Nicolau de Barros. O resto regulará, para melhor, por mim...» conclue modestamente o missivista.

Passemos agora, em revista retrospectiva, volvendo-nos para periodo academico que já dista de nós cerca de meio seculo, cada uma das interessantes figuras que compuzeram a turma dos bachareis formados em S. Paulo em 1859.



CAPITULO VII

A turma academica de 1855-59

PARTE SEGUNDA

Albino dos Santos Pereira — Como elle afugentava os *cadaveres* — Attestados apocryphos — O carro da marquezia — Complemento apropriado — Como elle vendeu um seu credor — Um caso com o Barão de Iguape — Engraçado logro ao Farani — Extranho caso de consciencia — Parto de um estudante — Duas armas de defesa — Na vida pratica — Americo Citahy — De ponto em branco — Antonio Whitacker — Barros Mello — Antonio Novaes — Sua bôssa para o jogo — Os seus *palpites* nos exames — Um tiro que não mata nem fere — «Para o teu nariz!» — A sua força de vontade — Casa-mento á inglesa — Dados biographicos.



ALBINO DOS SANTOS PEREIRA. — Natural da cidade do Rio de Janeiro, filho do mordomo do Paço de igual nome. De estatura pouco acima de regular, magro, tez clara, cabellos crescidos e bem tratados, barba toda, porém, curta, rosto comprido, narigudo. Trajava com apuro. Sobrecasaca e collete de panno preto, calça branca, botinas de polimento, com o peito e o canno de panno azul escuro. Indefectivel cartola e bengala de castão de ouro completavam-lhe a *toilette* sempre correcta e elegante.

Intelligentíssimo, mas não vivia debruçado sobre os livros; dava, todavia, boas contas nas aulas.

Referem-se delle varias aneddotas, algumas das quaes um tanto alteradas na tradição academica, segundo nos foi dado apurar, consultando as melhores fontes.

Tinha extrema habilidade para arremedar a fala e os tregeitos alheios; imitava com engraçadissima perfeição o sotaque dos francezes, allemães, inglezes, a fala dos portuguezes lisboetas, provincianos e ilhéos, a giria dos africanos, o ladrar dos cães, o miar dos gatos, etc., etc. E desta verdadeira arte fazia uso, ora para fim recreativo, ora como arma de defesa contra os seus *cadaveres*.

Assim, quando algum credor lhe batia á porta, o Albino, depois de ter espreitado quem fosse, respondia em dialecto africano:

— Zi moço tá na Cadimia.

Se o credor insistisse por entrar, elle atalhava:

— Num pode, num siô! Vancê se arretire. Iô sórta cachorro brabo. Lá vai!

E logo se ouviam, proximos ao corredor, latidos irritados, e, em seguida, arranhaduras desesperadas na porta.

O resultado era infallivel: azulava o importuno cobrador e o Albino ficava a rir da jocosa peça que lhe pregára.

Ora, como se multiplicavam os seus *cadaveres*,

era natural que se repetissem frequentemente, com pequenas variantes, scenas dessa natureza.

E não era sómente para o arremedo da fala que o Albino tinha habilidade, mas tambem para a fiel reproducção da escripta alheia.

É esta, como se imaginará facilmente, uma arte cujo abuso pode acarretar graves consequencias. O Albino exercia-a em beneficio dos collegas e tambem, um pouco, em beneficio proprio, passando attestados medicos para justificação de pontos. Recebia em remuneração 2\$000 réis de cada attestado, serviço que alguns facultativos, entre os quaes o dr. Reichert e o dr. Borggohff, taxavam em 5\$000 réis.

Exigiam alguns lentes, provavelmente como um imposto indirecto sobre a vadiação, que as faltas fossem justificadas por attestados medicos, e, mais ainda, com a assignatura reconhecida. Não se embaraçava por tão pouco o Albino:

— «Teias de aranha só aprisionam moscas», soia dizer, e perguntava ao collega impetrante:

— De quem quer v. o attestado? Do Guilherme Ellis, do Lopes de Araujo, do Gomide, do Bento Boticario, do Marquis?

— Venha um do Guido.

— Pois, seja do Guido.

E escrevia rapidamente, com letra igual á do dr. Guido de Carvalho.

— E agora... quem reconhecerá a firma?

— Não é preciso; vae já reconhecida.

E, de facto, accrescentava algumas linhas, imitando com perfeição a letra do tabellião Gomes ou do Emilio Alvares, dando fé publica da authenticidade do attestado.

São, por assim dizer, classicos alguns casos anecdoticos, mais ou menos veniaes, que correm por conta do Albino.

Em geral, espirituosos; não se caracterizam, porém, nem todos, por muito anodinos, sob o ponto de vista do direito e da moral.

Começaremos pelos mais conhecidos:

Soubera o Albino que a Marquiza de Santos havia mandado reformar uma carruagem nas officinas da casa Sydow, sita então á rua de S. Bento, no logar onde se acha presentemente a loja de ferragens Peixoto Estella & Comp.

Tendo observado a completa transformação operada, com os concertos e a pintura, no referido carro, apressou-se o Albino em ir ter com a marquiza:

— Sr.^a marquiza — disse-lhe — venho da casa Sydow. Elle declara que a sua caleça não pode, por melhor que seja reformada, ficar coisa decente; lembrei-me, por isso, de vir offerecer a v. ex.^a uma carruagem que comprei, completamente nova, e de que me vejo obrigado a dispôr, por apertos financeiros. Cedo-a muito barato; uma verdadeira occasião...

— Quanto deseja por ella?

— Um conto e quinhentos . . . apenas.

A marquezia incumbiu o Brazilico, seu filho, de examinar a caleça que lhe era offerecida, e, com informação delle, deu ao Albino, numa ordem para o Ribeirinho, a quantia pedida.

No dia seguinte, verificado o engano, fez timbre o Brazilico em rehver a importancia indevidamente paga ao Albino; teve, porém, de lhe ir ao encalço até Santos, para onde elle seguira já de viagem para o Rio, em férias. Presentindo ou prevenindo o facto, preparára-se o Albino para a eventualidade com arte consumada. E assim, o Brazilico encontrou-o em Santos com o traje em desalinho, a physionomia consternada e os olhos lacrimosos.

— Nada me diga — exclamou elle, ao avistar o Brazilico. — V. está cheio de razão, mas completamente vingado! Uma acção má não demora em ser castigada. Fui assaltado e espancado em caminho por dois malfeitores. Roubaram-me tudo, inclusivè a montaria, e eu tive de descer a pé a Serra do Cubatão. Perdôe-me, Brazilico, e tenha compaixão de mim. Nesta miseravel situação, não tenho um vintem e não posso seguir viagem. A sua vinda foi providencial. Acuda-me, por quem é, com o pequeno emprestimo de que tanto necessito.

O commendador Brazilico, de temperamento arrebatado e impulsivo, e por isso mesmo generoso, como sóe acontecer, viu de subito dissipar-

se a sua colera. Compadecido, brindou com a quantia pedida o auctor e eximio actor daquella boa *blague*.

O outro caso, tambem attribuido ao Albino, e que faz *pendant* com este, costuma ser contado com algumas variantes. Tem por objecto a venda de um homem livre, collega segundo uns, camarada na versão de outros, e, finalmente, um credor, no dizer de terceiros.

As nossas pesquisas dão como mais provavel esta ultima versão.

Eis como o facto se produziu:

Havia em S. Paulo, com residencia na rua da Palha (hoje Sete de Abril) e com açougue na rua de Santa Thereza, um tal Demetrio, açougueiro e marchante, assaz apatacado. Boa pessoa, homem laborioso, bem moreno, ou antes, de côr parda.

Formava o Demetrio no batalhão dos credores do estudante Albino. E por signal que fôra bem curiosa a origem dessa divida. Provinha do pagamento de uma ponta de gado, que o Albino recebera em nome do Demetrio, de quem se déra por genro.

Vendo o Demetrio que ia partir definitivamente para o Rio o seu devedor, sem embolsal-o do seu rico dinheiro, foi ter com elle e d'elle obteve a promessa de que sómente em Santos, onde tinha uma ordem a receber, poderia saldar

aquella divida. Promptificou-se o Demetrio a acompanhar o Albino até ao embarque, e, de facto, fez-se seu companheiro de viagem.

Chegados a Santos, alojaram-se no *Hotel Milon*, sito no largo da Matriz e com esplendida vista, nos fundos, para a bella e pittoresca bahia santista.

A pedido do Albino, feito com segunda intenção, o Demetrio carregou-lhe a mala ao penetrarem no hotel, e voltou depois a cuidar dos animaes.

Ora, acontecia que, ao envez de ser credor de dinheiro, o Albino era devedor, em Santos como em S. Paulo. Devia ao Milon, de contas antigas, accumuladas, cerca de 600\$000 réis. E agora, como se annunciava definitiva a sua ausencia para o Rio, parecia opportuna a occasião de liquidar o debito. Prevendo a interpeção, resolveu o Albino provocar a conversa:

— Então, mr. Milon, como ha de ser aquella conta?

— O dr. prometteu-me salda-la agora...

— Sim, não tem duvida... *mais je n'ai pas d'argent!... Voilà!*

— Não lhe faltarão recursos, desde que o senhor queira...

— Olhe, mr. Milon, é tão sincero o meu empenho de lhe pagar o que devo, que vou fazer-lhe uma proposta, que importa para mim o mais doloroso sacrificio...

— Qual é?

— Viu aquelle pardo que me trouxe a mala. É meu pagem desde a minha infancia e cria da casa de meu pae; é antes um amigo meu do que um meu escravo. Pois bem: eu promptifico-me a vender-lho neste momento para liquidar a nossa conta. Serve?

— Mas para que preciso eu do seu escravo?

— Numa casa como a sua, sempre ha serviços de toda a especie, e elle tem muito prestimo; além de que, o senhor poderá, se lhe aprouver, vendê-lo com lucro, pois eu dou-lho barato.

— Quanto quer por elle?

— Um conto e seiscentos. Basta que o senhor me dê um conto de réis e a quitação da minha divida. Eu lhe darei em troca, visto a urgencia do caso, pois devo embarcar hoje mesmo, uma procuração em causa propria para a escriptura de compra e venda.

E assim ficou assentado.

Depois de embolsar o dinheiro, accrescentou o Albino:

— Agora, um pedido. Desejo que emquanto eu esteja aqui, este rapaz ignore que está vendido. Elle, pela confiança com que o trato, com certeza exprobraria o meu acto e os seus lamentos partir-me-iam o coração. Poupe-me, por quem é, esta scena desagradavel. Quero que me auxilie, ao menos, com o seu silencio, a enganar-o por alguns instantes.

Chamando, posteriormente, o Demetrio para perto de si, receoso de que alguém desmanchasse o equivoco, disse-lhe, na presença do proprietario do hotel, a quem piscava significativamente o olho:

— Olhe, já me entendi com o sr. Milon a respeito daquillo. Elle promptifica-se a dar-lhe o dinheiro que prometti.

Poucos momentos depois, levantava a ancora o vapor e singrava para o Rio, levando a bordo o Albino...

O nosso auctorizado informante refere circumstanciadamente a scena que se seguiu no *Hotel Milon* e os perigos que correu o Demetrio até que se apurasse a nova e espirituosa esperteza do Albino.

Outra anecdota igualmente authentica:

Uma vez, obteve elle, em confiança, da joalheria Supplicity um anel com valiosa pedra de brilhante, e offereceu-o, de presente, ao Barão de Iguape.

Aquelle mimo levava segundas vistas, pois pouco se fez esperar uma *facada* de 200\$000 réis, da qual o barão não achou meio de se desviar.

O peor do caso foi que, alguns dias depois, o Albino, instado pelo Luiz Supplicity para a restituição ou o pagamento do anel, teve de pedir-o, sob qualquer pretexto, ao Barão de Iguape, a quem não mais o restituiu.

O illustre Mello Moraes, no seu interessantissimo livro *Factos e Memorias*, refere, ainda que veladamente, alguns episodios divertidos que toda a gente entendeu serem allusivos ao dr. Albino dos Santos Pereira. De um delles, com pequenas variantes, já tinhamos conhecimento.

Eis a versão que nos dá o espirituoso escriptor das velhas chronicas fluminenses:

«O joalheiro F. (¹), homem rico e empreendedor, cogitou obter concessão para uma estrada de ferro na antiga provincia do Rio de Janeiro, e, para realizar o seu plano, puzera em contribuição dedicados amigos e valorosos empenhos.

Já useiro e vezeiro em commettimentos de diverso genero, o nosso aspirante politico N. N., que sempre se abstivera de concessões e privilegios, preparou uma outra *empresa* encampadora daquella.

Collega, e mesmo amigo intimo de empregados do ministerio do Imperio, conseguiu papel, envelope, sellos e carimbo em uso para altas nomeações, e, num bello dia, lavrando a sua propria de presidente da alludida provincia, comparece na secretaria, demorando-se em pilherica

(¹) O Farani, que tinha a sua conhecida joalheria no Rio, á rua do Ouvidor, esquina da dos Ourives, em predio que se demoliu para a construcção da Avenida Central.

palestra com os camaradas, mas sobre objecto completamente estranho.

E o pretendente matutava, preocupado, andava de um lado para outro calculando sobre probabilidades e interesses, estacando ás vezes á informação do então presidente, administrador reconhecidamente austero e de programma economico.

E o vigarista de casaca desce acelerado a escadaria da repartição, e, entregando um envelope de officio ao porteiro, diz-lhe auctoritariamente:

— A ordenança que monte a cavallo e leve este officio á casa F... na rua do Ouvidor, para o dr. N. N. É urgente.

A ordenança partiu a galope.

Horas mais tarde, entrando o referido doutor na joalheria, o sr. F... passou-lhe em mão o que havia recebido.

Proposital espanto, simulado desgosto se manifestou do destinatario, que, repugnando o envelope e lendo a *adresse*, assim se exprimiu, voltando-se para o sr. F...:

— Veja, meu amigo, só dessas prebendas é que me chegam.

— Como? O que quer o senhor com isto dizer? Explique-se.

— Nada, absolutamente nada. Abra e leia, por favor.

— E o senhor recusa? É a sua nomeação

para presidente da provincia do Rio de Janeiro...

— Já o sabia. Mas pergunto-lhe: sem dinheiro para as primeiras despesas, poderei acceitar semelhante encargo?

— Mas o senhor tem amigos—retorquiu o joalheiro, tendo em mira a solicitada concessão.

— De quanto precisa?

— Apenas de seis contos de réis.

E o joalheiro contou o dinheiro, e o nosso N. N. mais um *conto do vigario.*»

Era costume corrente, no quinquennio de 1855 a 59, e ainda uns pares de annos depois, incumbirem-se as familias paulistanas da lavagem de roupa dos estudantes.

Obtivera o Albino que cuidassem da delle as filhas do pharmaceutico Paixão, estabelecido na rua de S. Bento, em predio que já não existe, onde hoje se levanta o edificio do Grande Hotel.

Tendo passado alguns mezes sem pagar o serviço da lavagem, mudou o Albino de freguezia, e isto deu logar ao seguinte dialogo entre elle e o Luiz da Paixão, que o interpellára a respeito:

— Que foi que aconteceu, dr. Albino, para o senhor nos retirar o serviço da lavagem da sua roupa?

— Olhe, sr. Paixão, eu procedi assim por ser consciencioso...

— Oh! Sem ter pago um só vintem?!

— Por isso mesmo. Se eu não fosse consciencioso, continuaria a utilizar-me dos serviços da sua familia, continuando, do mesmo modo, a não pagar... «um só vintem», como o sr. diz.

Entre as troças de outra natureza, attribuidas ao Albino, ainda no seu periodo academico, ouvimos referir, com pormenores que nos é vedado reproduzir, o caso de um parto (simulado, naturalmente) de um estudante, para cuja assistencia foram chamados o dr. Gonçalves Gomide e depois uma parteira, nha Clara Maria, que morava na rua Detraz da Cadêa, hoje Rodrigo Silva.

A parturiente era um *caloiro* imberbe, que, prostrado e gemente, desempenhava com maestria o seu papel. O Albino, esse, fazia de medico inglez, muito corado, de oculos verdes e suissas vermelhas. Opinava, visto a gravidade do caso, por uma operação cirurgica, e discutia com fleugma e sotaque britannicos. Oppunha-se o dr. Gomide a esse alvitre, antes de acurado exame, ao qual a parturiente resistia. Por fim, declara o Esculapio paulistano — que já não era necessario o emprego dos ferros; parecia-lhe que o parto começára, estando o feto a nascer.

Taes foram o desenlace da scena e o escandalo produzido com a sua divulgação, que o dr. Furtado pensou em metter em processo os seus

protagonistas. O que lhe valeu foi não ter descoberto o zeloso delegado base jurídica para uma acção publica.

Para defender-se das aggressões dos credores em desespero de causa ou de quem quer que machinasse contra a sua integridade physica, tinha sempre o Albino duas armas de resultado efficaz. Uma dellas era um saquinho com areia que trazia nas algibeiras do paletot, e a outra, enquanto o adversario esfregasse os olhos, consistia num par de agilissimas pernas para fugir.

Vê-se, por ahi, que elle não era propenso a conflictos materiaes. Não se imagine, todavia, que fosse pusillanime. Não o foi jámais, não no é ainda hoje, velho e alquebrado, em lucta pela vida, no Estado do Amazonas.

Depois de formado, exerceu por longos annos a advocacia no Rio de Janeiro, e em diversas épocas tomou parte nos prélios do jornalismo.

Escreve com muita *verve*, mas geralmente a sua penna é caustica e aggressiva. Attrahiram a attenção, no quinquennio de 1871 a 1875, os seus *Typos politicos*, uma serie de biographias-pamphletos do genero dos *Contemporains*, de Mirecourt, sobre varios personagens do scenario politico brasileiro.

Em 1880, sob o pseudonymo «Zenin», lan-

çou á publicidade um opusculo, que teve um successo de escandalo, contra o imperador, e a cujo respeito, escreve Sacramento Blake no seu apreciado *Diccionario Bibliographico*: «... tratando do Imperador, sua linguagem é assaz ferina e inconveniente. Ha ahi as mais graves injustiças em suas apreciações.»

Por occasião da revolução dos povos do Acre para sacudir o jugo boliviano, estando em Manáos o dr. Albino dos Santos Pereira, ligou-se a Luiz Galvez e foi com este um dos chefes do movimento revolucionario. Colheu, por isso, os primeiros fructos da victoria, e fez-se, ao lado do aventureiro hespanhol, proclamado presidente da Republica do Acre, o primeiro ministro daquella ephemera nação.

O dr. Albino é vivo e ainda se acha no Acre ou em Manáos.

AMERICO MUNIZ CORDEIRO GITAHY, e não Jatahy, como vem mencionado no *Memorial Paulistano*.—Era natural da Bahia e filho de José Muniz Cordeiro Gitahy.

De estatura pouco inferior á mediana, corpulento, tez clara e pelle bexigosa, cabellos pretos e bem penteados, testa grande. Usava olhos.

Moço intelligente, mas pouco dado ao estudo.

Trajava correctamente. Depois de formado, substituiu o fraque e todo o fato de casimira por

vestes de brim, que, mesmo no inverno, raramente modificava.

Reza a chronica dos tempos idos que elle era grande apreciador de cerveja, a tal ponto que enxugava, de uma assentada, elle só, em uma hora — duas garrafas de cerveja.

Hoje, valha a verdade, está muito excedido esse *record* de 1859, e faria jus, na actualidade, a um diploma de temperança para o dr. Gitahy.

Foi promotor publico em Rezende, onde contrahiu matrimonio na familia do dr. Theodoro Fischer. Advogou, posteriormente, em Barra Mansa, de onde se mudou para o Rio de Janeiro.

De visita, uma vez, ao dr. Rodrigo Leite, na fazenda do S. Francisco, encontrou esse amigo e sua familia em caminho da freguezia do Alambary, do municipio do Bananal, para onde iam a uma festa.

Annuindo á insistencia do visitado, o dr. Gitahy uniu-se aos excursionistas, não sem lhes ter prevenido que não levava roupa a não ser a do corpo.

— Não tenha cuidado — acudiu a esposa do dr. Rodrigo — nada lhe ha de faltar.

E de facto, embora tivesse durado a festa nada menos de tres dias, teve o dr. Gitahy diariamente o seu proprio fato de brim sempre lavado e engommado.

Fazia-se á noite e com perfeição esse serviço, pelas mucamas da casa, de modo que no dia seguinte, pela manhan, podia o dr. Gitahy trajar o seu niveo costume fresco e engommado.

ANTONIO AFFONSO DE AGUIAR WITACKER. — Paulista, filho de Guilherme Witacker, commerciante inglez, casado em importante familia paulistana.

Estatura abaixo da regular, cheio de corpo, tez clara, cabellos castanhos, expressão physiologica séria e fechada. Trazia olhos.

Talentoso e applicado.

Vivia retrahido do bulicio academico, em sua chacara, na rua da Consolação.

ANTONIO DE BARROS MELLO. — Mineiro, natural de Pouso Alegre.

Alto, magro, moreno, pescoço comprido e nariz grande.

Intelligente e bom estudante. Melhor figura teria feito nas aulas, a não ser a difficuldade de expressão que lhe embaraçava o dizer.

Em varios termos e comarcas da antiga provincia de Minas Geraes exerceu os cargos de juiz municipal e de direito. No desempenho dessas funcções, foi um grande magistrado, e mais de uma vez effectuou pessoalmente a prisão de criminosos.

E' fallecido.

ANTONIO DIAS NOVAES. — Paulista, natural de Queluz; filho de José Antonio Dias Novaes. Nasceu a 31 de julho de 1835.

Alto, corpulento, moreno pallido, olhos grandes, quasi imberbe.

Muito brincador, muito communicativo, mas inimigo dos livros. Em compensação, muito amigo das cartas de jogar.

Era optimo parceiro e forte adversario em todos os jogos de cartas. Deleitava-se extraordinariamente nesse passatempo, e nelle atravessava horas e horas do dia e da noite, em companhia de bons amigos e gente mais velha, extranha ao gremio academico. Não eram, porém, as emoções pela expectativa da sorte que tanto o prendiam, pois o Antonio Novaes não se aprazia com os jogos de azar. Dava preferencia aos jogos de calculo, aos jogos, por assim dizer, scientificos: o voltarete, o boston, o solo, principalmente.

Nessas occasiões, elle não conversava, não falava; absorvia toda a attenção no desenvolvimento do certamen e alcançava resultados admiraveis.

Tal era a sua competencia neste assumpto que, ainda bem joven, foi nomeado por uma roda de velhos apreciadores do voltarete, para lhe reformar as regras, simplificando o complicado systema das pagas e remissas. Fizeram parte, com elle, dessa commissão, os drs. Martim Francisco

e Bento de Paula Souza. O resultado dessa reforma foi publicado num livrinho que é, presentemente, o código do voltarete, como se joga no Brazil.

Era tal no Antonio Novaes a bossa do jogo, que muitas vezes, em diversas phases da vida, decidia-se por palpíte, e não raro com felicidade.

Isto dava-se nos exames de preparatorios e nos actos do Curso Juridico. Assim, contam que, preparando-se para o exame de historia universal, elle estudou sómente um ponto: *Rivalidade entre Sylla e Mario*, e foi exactamente este que lhe cahiu por sorte, e sobre o qual, por consequente, elle foi examinado.

O seu traquejo com o pessoal grado da sociedade paulista, onde, diariamente, ou antes nocturnamente, se acotovelava com alguns dos lentes, dava-lhe certa liberdade na pratica com estes, com os quaes ás vezes fazia troça.

Nessa confiança, disse elle um dia ao conselheiro Manuel Dias, num tom ameaçador:

— Sr. conselheiro, venho-lhe pedir que não me chame á licção, porque do contrario...

— Do contrario, quê, senhor Novaes?

— ... dou-lhe um tiro!...

— Está maluco, sr. Novaes?!

— Não sr. O que estou é *in albis*, estou a *quo*...

— Ainda bem! — acudiu o conselheiro, comprehendendo só então qual o *tiro* de que era ameaçado.

Na aula do Direito Administrativo, enquanto o Furtado discorria, levava o Novaes a conversar a meia voz com os collegas vizinhos ou a commentar com observações engraçadas alguns pontos da prelecção.

Eram frequentes nas explicações do Furtado, especialmente quando tratava do contencioso administrativo, as expressões: «quando obra a administração...» ou «quando o governo obra...»

— Para o teu nariz!... — aparteava á meia voz o Antonio Novaes, pondo em aperto os collegas vizinhos pela difficuldade de abafarem o riso.

Além da paixão do jogo, tinha o Novaes a do fumo. Era um fumante impenitente; todavia, para a cultura da vontade, resolvera passar todos os annos o mez de janeiro sem fumar.

E sempre executou victoriosamente esse programma.

Casou-se, ainda estudante, com D. Maria Thereza de Paula, filha do tenente-coronel José Francisco de Paula, um dos primeiros fazendeiros de Campinas e dos iniciadores da lavoura do café naquelle municipio.

Esse casamento, pela presteza com a qual se realizou, foi mais uma das excentricidades do Novaes.

Aproveitára-se elle dos feriados de 7 e 8 de setembro para fazer uma excursão a Campinas, em companhia do João Gabriel, do Ataliba Nogueira e do Azarias Botelho. Chegaram áquella cidade no dia 6; nesse mesmo dia ou no seguinte o Antonio Novaes viu D. Maria Thereza, que era uma linda moça, por ella se apaixonou e tanto fez que no dia 9 se celebrava o casamento do amoroso par; no dia 10, estavam todos de viagem para S. Paulo.

Depois de formado, o dr. Antonio Dias Novaes residiu por algum tempo em Campinas, onde foi vereador. Mudou-se depois para esta capital, e aqui por longos annos exerceu o honroso cargo de presidente da Caixa Economica; foi, depois, director do Banco de S. Paulo, e nesse cargo veio a morte surprehendel-o a 18 de dezembro de 1900.

É pae dos drs. Paula Novaes e Elias Novaes e sogro dos drs. Adolfo Melchert e Adolfo Grefth Borba e dos srs. Luiz Fructuoso da Costa e coronel Deraldo Jordão.



CAPITULO VIII

A turma academica de 1855-59

PARTE TERCEIRA

Antonio Pinto — Cincinnato — Cozinha improvisada — Banho de surpresa — Quite com o susto — Dados biographicos — Benedicto Felix — Médium ou trocista? — Seu destino — Bento Lisboa — Bento Baptista — Caetano Xavier Domingos Mascarenhas — Eleuterio Prado — Azarias Botelho — O Carlos Gomes *in ovo* — Dados biographicos — Bittencourt Sampaio — Um testemunho contemporaneo — O hymno academico — Na scena publica — Estudos psychicos — Gabriel de Almeida — Gabriel Pio da Silva — Chagas Lobato — Moraes Navarro — Barulho no theatro — Pinto Moreira — Curiosa evolução mental — Incidente no parlamento — Santos Zamith — Almeida Ramos — Joaquim Felix — Pimenta Bueno — José Basson — Raciocinio acertado — De tudo sciente.



ANTONIO JOSÉ PINTO JUNIOR. — Paulista, natural de Itú, filho de Antonio José Pinto e irmão primogenito do dr. Firmiano Pinto.

Estatura regular, moreno claro, cabellos pretos e crescidos, barba nascente, olhos grandes, physionomia sympathica. Usava oculos.

Mais intelligente que estudioso. Muito sociavel e geralmente estimado pelos collegas e mesmo extra-academia.

Logo após a formatura, emigrou para o Rio

Grande do Sul, onde tem feito carreira ; alli constituiu familia e ainda reside em Porto Alegre.

A principio seguiu a carreira da magistratura, e foi por longos annos juiz de direito de D. Pedrito e do Rio Grande. Deixou depois a magistratura e abriu escriptorio de advocacia em Porto Alegre.

Extremamente sociavel, frequentava com assiduidade a casa de uma joven viuva, mãe de uma linda menina e de outros filhos, e quando aquella senhora já se dispunha de espirito a receber um pedido que a deveria collocar na ingrata posição de sogra, eis que o amavel visitante lhe pede a mão de esposa, com insistencia e com sincero affecto. Seguiu-se o enlace matrimonial, vivendo o casal muito feliz e felizes tambem os seus enteados, aos quaes dedicou amizade paternal.

Ha pouco, depois de prolongada ausencia, veiu a esta capital, em visita aos seus parentes e para observar *de visu* os progressos do seu patrio S. Paulo, cujos écos repercutem até pelos pampas lá do Sul.

AUGUSTO CINCINNATO DE ALMEIDA LIMA. — Paulista, filho de José Bento Raymundo de Almeida, nascido em 1836 no municipio de Tieté.

Altura regular, magro, pallido, moreno, olhos pretos, cabellos pretos, barba nenhuma.

Temperamento nervoso e muito impressionavel.

No seu segundo anno morava com o Couto de Magalhães, seu collega, numa casa sita á rua da Freira (hoje Senador Feijó), esquina da de S. Gonçalo (depois — do Imperador e hoje — do Marechal Deodoro).

Era muito apreciador de boa mesa, ponto este sobre o qual divergiam algum tanto os seus gostos dos do seu talentoso collega e companheiro de casa, pois, como se sabe, o Couto pella-se por certos pratos pelos quaes certamente o Cincinnato não venderia o direito de primogenitura, ainda que este valesse como ao tempo de Esaú. O Couto, por exemplo, comia lagarto, tatú, morcêgo, cobras, etc., e o Cincinnato não rezava pela mesma cartilha culinaria.

Lastimava-se este, um dia, por não ter vindo a cozinheira fazer o almoço.

— Vou brindal-o com excellentes almoço — propoz o Couto de Magalhães.

E poz-se logo a aquecer na ponta de um garfo, ao calor da chamma de uma vela, uma grossa fatia de queijo mineiro.

— Ha de ficar com a catinga do morrão — objectou o Cincinnato.

— Assim como faço, sem sobrepôl-o á chamma, não se communicará o cheiro do morrão — explicou o Couto.

Observando a refeição que lhe preparava o collega, o Cincinnato, que não tinha a frugalidade

do seu homonymo, levantou-se indignado e foi procurar almoço no *Hotel de Italia* (hoje *Hotel de França*) recentemente fundado pelo José Maragliano e então nos galarins da fama.

Apesar de muito amigos, o Cincinnato e o Couto, divergiam de gosto e de inclinações em varios pontos, e tambem, profundamente, no temperamento, aquelle nervoso e impulsivo, este de uma fleugma britannica.

Apaixonado por todas as diversões aquaticas, superaquaticas e subaquaticas, o Couto de Magalhães a custo se fazia acompanhar ás vezes pelo Cincinnato, refractario a estes exercicios, tanto mais que não raro lhe acontecia algum accidente, que elle estava longe de attribuir á malicia do dilecto amigo.

Assim, ora no momento mais ameno de um passeio de canôa ou de uma pescaria, virava o fragil batel e tomavam inesperado banho os tripulantes; ora, estavam a nadar, a boiar e a mergulhar no Tamanduatehy o Couto, o Azarias, o Jesuino e outros amigos e collegas do Cincinnato, emquanto este, despido, acororado sobre uma barranca á beira do rio, parecia irresoluto se se atiraria ou não á agua. Quando o interpellavam, respondia:

— Isto não vae assim! O caso é sério, exige reflexão...

Por fim, era inopinadamente arrojado á agua

por algum collega que vinha de manso por traz delle e dava assim termo a tantas hesitações.

Para pôr em prova, ou antes em provação, os nervos do Cincinnato, o Martinico, que foi mais tarde seu concunhado, preparava-lhe sempre engraçadas, mas inquietadoras surpresas.

Assim, uma vez, jogando bilhar com elle, mostrou-lhe um rolo de fios que trazia, formando um volume do tamanho de uma laranja.

— Que vem a ser isto? — inquiriu, já desconfiado, o Cincinnato.

— Uma bomba de dynamite — respondeu muito sério o Martinico, sempre disposto a gracejar.

Imagem o *tableau*.

Depois da formatura e apenas completado o anno de pratica exigido pela lei então vigente, foi nomeado juiz municipal da Limeira.

Deixou, depois, a magistratura e jámais exerceu a advocacia, preferindo ser lavrador, ou antes, — fazendeiro de café.

Abastado capitalista, foi presidente da Companhia Ituana e director do Banco de S. Paulo.

Era casado, em segundas nupcias, com D. Victoria Pinto, irman do dr. Firmiano Pinto, e cunhado do dr. Martinho Prado Junior.

Falleceu nesta cidade, victimado por bronchite chronica, no dia 30 de julho do corrente anno.

BENEDICTO FELIX DE SOUZA. — Goyano, nascido em 1832; filho de Antonio Felix de Souza.

Baixo, cheio de corpo, tez morena, barba muito escassa e physionomia aberta e risonha.

Talentoso e applicado ao estudo. Era companheiro de casa e muito amigo de Bento Lisboa. Não obstante, teve com elle violenta discussão, que degenerou em altercação, e, por fim, em vias de facto. Ora, a proposito de que? A proposito de divergencias de idéas sobre a doutrina e a pratica do espiritismo.

De facto, attrahiam a attenção geral e impressionavam muitas consciencias, naquelle tempo, os denominados casos psychicos, reaes ou simulados; em toda a parte se faziam experiencias com auxilio de mesinhas tripodes ou de individuos dotados de certas aptidões naturaes, que se suppunham «media» de entidades espirituaes.

O estudante, então «bicho», Juvenal de Mello Carramanhos, era um desses instrumentos das manifestações espiriticas, sincero na opinião de alguns, trocista segundo os scepticos (1).

(1) Este Carramanhos era fluminense, de Paraty; formou-se na Faculdade do Recife, e, de volta ao sul, exerceu cargos de magistratura nas provincias do Rio e de S. Paulo. Era um espirito combativo e andou em sua terra natal a jogar as peras com o regulo local coronel Manuel José de Souza (o *Manduca* de Paraty) que depois foi secretario da Policia na Córte.

Uma feita, estando o Imperador em excursão a Paraty, o dr. Carramanhos entregou-lhe estirado memorial, no qual relatava

Depois de formado, voltou a Goyaz, onde exerceu cargos de magistratura, e, por fim, aposentou-se no de desembargador.

É cunhado e sogro do dr. Leopoldo de Bulhões, ex-ministro da fazenda.

Reside na capital de Goyaz, onde goza do mais alto conceito. Está velho no physico, mas ainda no pleno viço da sua culta mentalidade.

BENTO LUIZ DE OLIVEIRA LISBOA. — Fluminense, filho de Venancio José Lisboa. Baixo, gordo, formas arredondadas, tez clara e corada, olhos azues, bella cutis levemente sombreada por fina e loura pennugem na barba e nos bigodes. Bonitas feições, maneiras finissimas.

E, *par dessus le marché*: um estudantão, o primeiro talvez da sua turma. Outros oppunham-lhe a competencia do Pinto Moreira, de quem adeante falaremos.

Nas disciplinas do curso secundario fôra discipulo do Callogeras e do Barão de Tautphœus; matriculou-se, depois, no quinto anno do Collegio

so monarcha graves arbitrariedades imputadas ao seu adversario politico. O coronel Manduca, antes que S. M. lançasse os olhos sobre o papel, apressou-se em informar em tom compungido:

— Senhor! Que pena! Este moço, de tanto talento e tão auspiciosas aptidões, poz-se a perder com o excesso do alcool... Anda agora com a mania das perseguições! Que lastima!

É escusado accrescentar que nem foi lido o bem elaborado memorial do dr. Carramanhos.

de Pedro II, em 1852. Teve alli sempre as mais honrosas approvações e no setimo anno alcançou o primeiro premio.

Veiu, por isso, a S. Paulo, precedido de justa nomeada, que plenamente justificou em todo o seu curso juridico.

Quanto ao moral, já na Academia Bento Lisboa se assignalava pela energia de character e pela integridade catoniana que elle tanto honrou posteriormente, na sua vida publica.

Após a formatura e decorrido o anno de practica, foi nomeado juiz municipal do termo de Campos, e, depois, do de Rezende.

Nesta ultima cidade, teve que sustentar porfiada luta com o seu escrivão, de nome Salgado, alta potencia na politica local, fortemente apoiado pela familia Paula Ramos. Teve tambem desavenças com outro chefe politico, o coronel João Baptista Braziel, a quem impedia o exercicio da advocacia por não ser formado em direito e não haver necessidade, no fôro rezendense, de advogado provisionado. Para vencer essa opposição munuiu-se o coronel, mediante algumas centenas de mil réis, de uma carta de doutor «in absentia», a qual, passada por uma universidade européa devidamente reconhecida e legalizada na fórmula, não poderia ser impugnada pelo rigido magistrado... Pois enganou-se o coronel. O dr. Bento Lisboa descobriu, no meio de todo aquelle latim escolastico, que a carta fôra passada a «Johanes Ba-

ptista Brazil» e não «Braziel»; e, portanto, não favorecia a pretensão deste.

Na carreira da magistratura, galgou até á curúl de membro do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Foi deputado á Assembléa Provincial do Rio de Janeiro, no biennio de 1862-63, e presidente da mesma provincia, de 10 de outubro de 1872 a 26 de março de 1873.

Foi genro do finado Visconde de Aguiar de Toledo, fazendeiro no Bananal, e pae do dr. Bento Luiz de Toledo Lisboa, que se bacharelou por esta mesma Faculdade, em 1888.

BENTO MANUEL DE ALMEIDA BAPTISTA. — Fluminense, de Campos, filho de Bento Benedicto de Almeida Baptista e irmão do Barão de Miracema.

Altura regular, magro, rosto comprido, moreno claro.

Trajava com apuro e fazia admirar no cóрте do seu fato a tesoura fluminense.

Intelligente, porém refractario ao estudo. Em compensação (se isto é compensação), habil pianista, pratico, isto é — sem saber musica.

Exerceu cargo de magistratura, carreira que deixou pela da advocacia.

Em desintelligencias com os seus abastados parentes, da *élite* campista, vive no Rio de Janeiro, na bohemia da rua do Ouvidor, e, agora, da Avenida Central.

CAETANO XAVIER DA SILVA PEREIRA. — De Matto Grosso, filho de pae de igual nome.

Estatura pouco acima de mediana, curvo, pallido, cabellos castanhos, barba incipiente.

Bom estudante, assignalando-se pelo talento, assim como pela applicação.

Logo que se formou, retirou-se para a sua provincia natal, onde seguiu a carreira da magistratura, sendo nomeado juiz municipal de Cuyabá.

Não colhemos a respeito delle outra informação.

DOMINGOS PINTO FRANÇA MASCARENHAS JUNIOR. — Natural do Rio Grande do Sul, cremos que de Pelotas, (1) filho do coronel Domingos Pinto França Mascarenhas e irmão do dr. Cypriano França Mascarenhas, que é genro do Marquez do Herval.

Estatura mediana, cheio de corpo, barbado.

Intelligencia regular, bom character, boa pessoa.

De volta, com o pergaminho de bacharel, á sua terra natal, dedicou-se á advocacia, ora em Pelotas, ora em Sant'Anna do Livramento.

Pertencente ao partido liberal, teve, no re-

(1) Neste sentido foram feitos os assentamentos nos livros da Faculdade; entretanto, no fim da relação dos bachareis de 1859, consta esta nota correspondente á chamada após o nome de Domingos Mascarenhas Junior: «No registo da carta *declarou-se* (o *grypho* é nosso) que elle é natural da Republica Oriental do Uruguay».

gimen passado, uma cadeira de deputado á Assembléa Geral. Adheriu á Republica e tem sido deputado ao Congresso do seu Estado.

ELEUTERIO DA SILVA PRADO. — Paulista, filho do sargento-mór Eleuterio da Silva Prado, que, *in-corde*, foi republicano pre-historico, pois em sua mocidade, viu-se obrigado a foragir desta capital, occultando-se em Rezende e no Bananal, por ter dado humillissima applicação a um papel com a effigie do primeiro imperador.

Alto, magro, tez clara e pallida, olhos azues, cabellos castanhos, barba do mesmo matiz, pouca e aparada.

Intelligente, como em geral todos os Prados, mas regularmente vadio, como alguns delles.

Retrahido, antes por temperamento que por systema, pouco se ligava com os collegas; era, entretanto, de trato delicado, e fazia-se estimar daquelles que delle se approximavam.

Possuia já então boa fortuna; trajava com elegancia e gosava de confortos, que em geral não logram os estudantes, na casa de sua propriedade, á rua de S. Bento, entre Direita e Becco do Commercio.

Pertencente, embora, a uma familia conservadora, pois era sobrinho do Barão de Iguape e primo-irmão de Antonio Prado, cedo se declarou republicano, ainda no periodo da propaganda. A sua congenita apathia não lhe permittiu pres-

tar assignalados serviços ao novo partido, tão carecedor, então, de activos e ardorosos combatentes.

Foi director da Companhia Paulista.

Ha quatro para cinco annos, dominado de *spleen*, e victima de fatal neurasthenia, o dr. Eleuterio Prado poz termo á sua existencia, nesta capital.

Deixou grande fortuna.

É pae do dr. Armando Prado, que se doutorou nesta Faculdade em 1905, e foi por algum tempo director politico do *Commercio de S. Paulo*.

FRANCISCO AZARIAS DE QUEIROZ BOTELHO. — Mineiro, filho de Azarias José de Queiroz.

Alto, claro, louro, testa grande, olhos azues, pouca barba, que trazia á cavaignac. Bonita e sympathica figura.

Bom estudante e bom rapaz, muito estimado dos collegas e muito apreciado da roda artistica e dos devotos das serenatas. Isto quer dizer que o Azarias era não sómente *dilettante*, mas tambem musico, e bom musico, como sóem ser todos os mineiros da gemma.

Coube-lhe a vantagem de ter sido um dos adivinhadores do genio de Carlos Gomes.

O Azarias conheceu-o em Campinas, num passeio que por lá fez, pela semana santa, de 1858 ou 59; com elle se relacionou, tomado desde logo de apaixonada admiração pelo talento musical

do glorioso maestro... (que anachronismo!) do *Tonico* de Campinas. Convidou-o insistentemente a vir a S. Paulo e a dar aqui um concerto. Na Paulicéa fez-se o seu braço direito, o seu *factotum*; arranjou local para o concerto (o salão do Hotel de Italia), passou bilhetes e fez o reclamo que.poude.

Foi sob essa influencia, e na *republica* do Azarias, que o futuro auctor do *Guarany* compoz a inspirada musica do *Hymno Academico*... Mas, não antecipemos.

Depois de formado, o dr. Azarias voltou á sua provincia natal, onde se dedicou á lavoura, e foi, em mais de uma legislatura, deputado á Assembléa Provincial.

Visita frequentemente S. Paulo e ainda no anno passado esteve por alguns dias nesta capital.

FRANCISCO LEITE DE BITTENCOURT SAMPAIO.
— Nascido em Sergipe, Laranjeiras, em 1836; filho de pae de igual nome.

Alto, louro, pallido, olhos azues, grandes, encovados e muito expressivos, cabellos crescidos e atirados para traz, descobrindo-lhe a fronte illuminada pelo talento e pela inspiração. *Physiologia* romantica e extremamente *sympathica*.

Poeta e philosopho. Poeta lyrico, philosopho idealista.

As suas produções literarias fulgiam, bellas e numerosas, nos *Ensaioes Literarios* do Atheneu Paulistano e na *Revista Mensal* do Ensaio Philosophico Paulistano.

Eis o que a respeito delle, na sua quadra academica, escreve Peçanha Povoá (1), cuja descripção coincide notavelmente com os informes por nós algures colhidos:

«O poeta da moda era Bittencourt Sampaio. Sempre cheio de alegrias intimas, sympathico, traquinas como um collegial em hora de recreio, de casaca azul e botões amarellas, chapéu branco, luvas e calçado parisienses, ora em passeio pelos arrabaldes, ora nos theatros ou em diversas reuniões de estudantes, era estimado e seu coração justamente recompensado na lealdade com que servia aos seus amigos.

.....

Sampaio era bom amigo. Não revolucionou as legislações dos povos, nem reformou os textos do direito romano, porque entendia que ser poeta vale mais que ser jurisconsulto.

.....

Apassionado pelos progressos da physica, praticava alguns dos seus prodigios surprehendentes, ora em sua republica, ora em outras, executando os processos mais admiraveis em magica

(1) PEÇANHA POVOÁ — *Annos Academicos*, 1860-1864.

branca, e, nesses espectáculos, a concorrência compunha-se de amigos e famílias. Era a alegria da casa, o iniciador de divertimentos uteis, dos saráus literarios e musicaes.

.....

Não era eloquente, não tinha boa dicção nem o habito de discutir. A sua reputação de poeta que muito promettia amparava-o da critica ou da argumentação mais feliz dos impugnadores das doutrinas que se propunha defender e sustentar.»

Entre as composições literarias de Bittencourt Sampaio, não a de maior merecimento, mas a que lhe grangeou maior popularidade, foi o *Hymno Academico*, letra delle e musica de Carlos Gomes.

A musica é verdadeiramente inspirada; a poesia, por seu lado, ainda que eivada de hyperboles verdadeiramente atrevidas e de algumas redundancias de mau gosto, corresponde aos grandes ideaes da mocidade e é propria para lisonjear e ennobrecer o espirito de classe.

Damos em seguida a letra e a musica desse bello hymno, que na nossa mocidade tanto nos fez pulsar o coração.

A Mocidade Academica

HYMNO

Musica de A. Carlos Gomes

Poesia de Bittencourt Sampaio

Sois da patria esperança fagueira,
 Branca nuvem de um róseo porvir;
 Do futuro levaes a bandeira
 Hasteada na frente a sorrir.
 Mocidade, eia avante, eia avante!
 Que o Brazil sobre vós ergue a fé;
 Esse immenso colosso gigante
 Trabalhae por erguêl-o de pé.

O Brazil quer a luz da verdade,
 E uma corôa de louros tambem:
 Só as leis que nos dêm liberdade
 Ao gigante das selvas convem.
 Vossa estrella reluz radiante,
 Oh! erguei-a vós todos com fé.
 Esse immenso colosso gigante
 Trabalhae por erguêl-o de pé.

E nas letras que a patria querida
 Ha de um dia fulgente se erguer.
 Velha Europa curvada e abatida,
 Lá de longe que inveja ha de ter!
 Nós iremos marchando adeante,
 Acenando o futuro com fé.
 Esse immenso colosso gigante
 Trabalhae por erguel-o de pé.

Orgulhoso o bretão lá dos mares
 Respeitar-nos então ha de vir.
 São direitos sagrados os lares,
 Nunca mais ousarão nos ferir.
 Auriverde pendão fulgurante
 Hasteae-o, mancebos, com fé.
 Esse immenso colosso gigante
 Trabalhae por erguêl-o de pé.

São immensos os rios que temos,
Nossos campos quão vastos que são!
As montanhas tão altas que vemos
De um futuro bem alto serão.

O futuro não vae mui distante,
Já podeis acenál-o com fé.
Esse immenso colosso gigante
Trabalhae por erguêl-o de pé.

Nossos paes nos legaram guerreiros,
Honra e gloria, virtude e saber;
Nós, os filhos de paes brazileiros,
Pela patria devemos morrer.

Mocidade, eia avante! Eia avante!
Que o Brazil sobre vós ergue a fé.
Esse immenso colosso gigante
Trabalhae por erguêl-o de pé.

Lento e mosso

VOZ

PIANO *ff*

espress.

estrepitoso

Sois da Pa-tria es-pe-ran-ça fa-guei.....ra Bran-co

nu . vem de um ro . seó por . viy Do fu . tu . ro . le . vais a ban .

dei ra Has . te . a . da na frente a sor . ris Mo . ci .

da . de . cia a . van . te . cia a . van . te Que o Bra . zil so . bre vós ergue a

te *cresc.* Es . se in . men . so co . los . so gi . gan ... te tra - ba .

thae por er-gue-la de pé

Coro
Mo-ci

brilhante

da... de ci-a a van-te ci a a van te Que o Brazil so-bre vós er guea

entusiastico

fé Es-se immen-so colos... so gi-gan te tra-ha

cres.

lhae por er.guê - lo de pé

trillando

The first system of the musical score consists of two staves. The upper staff is a vocal line in G major, with the lyrics "lhae por er.guê - lo de pé" written below it. The lower staff is a piano accompaniment in G major, featuring a steady eighth-note bass line and a treble line with chords and a melodic line. A *trillando* marking is present above the piano's treble staff.

The second system of the musical score consists of two staves of piano accompaniment. The upper staff continues the melodic line from the first system, and the lower staff continues the bass line. Both staves feature arched chords and a consistent eighth-note bass line.

DC

The third system of the musical score consists of two staves of piano accompaniment. The upper staff continues the melodic line, and the lower staff continues the bass line. The system concludes with a double bar line and a *DC* (Da Capo) marking.

Para finalizar

The fourth system of the musical score consists of two staves of piano accompaniment. The upper staff is mostly empty, with a few notes at the beginning. The lower staff contains the final chords of the piece, marked with accents (*>*) and a double bar line.

Logo após a sua formatura, o dr. Bittencourt Sampaio abriu escriptorio de advocacia no Rio de Janeiro.

Foi deputado á Assembléa Geral pela sua provincia na legislatura dissolvida de 1864 e 67.

Neste anno, a 29 de setembro, foi nomeado presidente da provincia do Espirito Santo, cargo este que exerceu até 26 de abril de 1868.

Com a quéda da situação liberal, em 16 de julho de 1868, conservou-se no Rio Bittencourt Sampaio, e collaborou assiduamente na *Reforma*, organ do partido liberal. Posteriormente declarou-se republicano, militou activamente nesse partido e foi um dos redactores do *Republica*.

Desde os annos de 1873 ou 74, começou a ser attrahida a sua attenção para os phenomenos do espiritismo, assumpto este que elle estudou aprofundadamente, impressionando-se antes pela parte moral do que propriamente pela phenomenalidade.

Em certos pontos, preferia a escola de Rousstaing á de Allan Kardec, e, neste sentido, escreveu varios livros tão profundos no conceito e mais attrahentes na fórma que os *Quatro Evangelhos*, do illustre advogado girondino.

Dotado de uma alma evangelica, traduziu com carinhoso amor em esplendidos versos heroicos, sem rima, porém, de admiravel cadencia

e metrificacção, todo o Quarto Evangelho, sob o título *A Divina Epopéa de João Evangelista*.

A introducção, que com o livro veiu á luz da publicidade em 1882, é uma ardente e arrebatadora prece, unvida de fé e candidez, no mais puro estylo evangelico, e, ao mesmo tempo, um hymno de amor e caridade em prol da libertação da escravatura.

Quanto ao merecimento literario da obra, foi objecto de justa admiração da critica a felicidade com que o poeta reproduziu em bellos versos o texto quasi literal da epopéa do discipulo amado.

Para que o leitor possa directamente apreciar a exactidão desse reparo, damos em seguida a versão feita por Bittencourt Sampaio dos dez-oito primeiros versiculos do capitulo I do Evangelho de S. João, que, como se sabe, encerra em poucas linhas, sob o véo da letra, todo o esoterismo da religião christan:

No principio era o Verbo, e o Verbo estava
Com Deus; e era Deus o proprio Verbo.
Elle estava com Deus desde o principio.
Por elle céos e terra se crearam;—
E nada do que existe ou fora feito,
Fora feito sem elle.

A vida estava,

A vida estava nelle: e era a vida
A luz dos homens; e essa luz nas trévas
Brilhava resplendente: e as trévas viram-na,
E não puderam comprehendêl-a nunca.
Enviado por Deus um homem houve
Que chamava-se João. Baixou á terra
Para ser testemunha, e dar ao mundo

Testemunho da luz, a fim que todos
 Por meio delle acreditassem nella.
 Elle não era a luz, porém viera
 Para a luz attestar,— a verdadeira
 Que aos homens alumia.

Então se achava
 O Verbo neste mundo; e o mundo emtanto
 Oh! não no conheceu. Aos seus viera,
 E não no receberam; mas a todos,
 Todos quantos aqui o receberam,
 Elle deu o poder de se fazerem
 Por si filhos de Deus;— a todos quantos
 Creram na terra no seu nome;— a todos
 Que nem do sangue, nem da carne foram
 Nascidos— de varão pela vontade,—
 Mas só de Deus.

E o Verbo fez-se carne,
 E habitou entre nós; e nós o vimos,—
 E a sua gloria, a gloria do Unigenito
 Filho do Pae celeste,— aqui tão cheio
 De graça e de verdade.

E delle outrora
 Dava João testemunho, assim clamando :
 — «Eis aqui o de quem havia eu dicto :
 O que virá depois de mim á terra,
 A mim foi preferido, porquê o era
 Antes de mim.»

E todos temos parte
 Na sua plenitude e graça eterna;
 Porque foi por Moysés que a Lei foi dada,
 Mas a graça e a verdade aqui trazidas
 Por Christo Senhor Nosso o foi somente.
 Nunca ninguem jamais a Deus não vira;
 Elle, o Filho Unigenito, que habita
 No seio lá do Pae, foi quem na terra
 O dera a conhecer aos homens todos.

Muitas são as obras literarias e philosophicas de Bittencourt Sampaio, entre as quaes algumas traducções em primorosos versos de auctores inglezes e francezes.

É fallecido ha cerca de dez annos.

GABRIEL PINTO DE ALMEIDA. — Fluminense, filho de pae do mesmo nome, e natural de Cabo Frio

Alto, cheio de corpo, claro, cabellos pretos, olhos pretos sempre amparados por um par de oculos.

Tinha por alcunha «Peixe Frito».

Bom estudante.

GABRIEL PIO DA SILVA. — Mineiro, de Caldas, filho de Gabriel Antonio da Silva, e irmão do dr. Astolpho Pio, que foi deputado á Constituinte em 1890.

Alto, moreno, cabellos pretos.

Estudante talentoso e applicado, e de um bello character.

Fazia parte da roda do Azarias, de quem era muito amigo.

Fazendeiro e advogado em Caldas, onde tem exercido os primeiros cargos publicos locais; e tambem, em Ouro Preto, o de deputado provincial.

JOÃO DAS CHAGAS DE FARIA LOBATO. — Mineiro, do municipio de Oliveira.

Estatura regular, tez morena assaz carregada, cabellos pretos.

Assignalou-se em todo o seu curso juridico, tanto pela intelligencia como pelo estudo.

Foi deputado geral. Abraçou, depois, as idéas

democraticas, e, ainda no periodo do Imperio, redigiu com Sampaio Ferraz o *Diario do Povo*, folha de ardente propaganda republicana.

Fez parte, como deputado, da Assembléa Constituinte e da primeira e segunda legislaturas ordinarias.

É fallecido, ha dez annos.

JOÃO GABRIEL DE MORAES NAVARRO. — Paulista, de Mogy-mirim; filho de Gabriel Clemente de Moraes Navarro.

Estatura pouco inferior á mediana, mas de compleição bastante cheia e robusta; cabellos castanhos, pouca barba.

Grande intelligencia, imaginação fecunda, servido por palavra facil e eloquente. Temperamento vivaz, por vezes impetuoso.

Uma vez, por occasião de um barulho no theatro, salientou-se por uma desabrida manifestação contra o presidente da provincia, então o conselheiro Fernandes Torres. O caso deu-se do seguinte modo:

Estava na platéa um padre. . .

Que mal deste facto podia advir ao mundo? Assim, porém, não entenderam alguns estudantes, que implicaram com o caso. Um dicto daqui, uma chalaça dacolá, a principio com ares de galhofa, pouco depois com os visos de vaia, isto com applausos de uns e a reprovação de outros.

Afinal, foi crescendo a manifestação, até que, por iniciativa do Andrade Pinto, foi puxada uma parodia burlesca de ladainha.

Nesse ponto, não se pode conter o Furtado que, como perpetuo delegado de policia que era, presidia o espectáculo; na impossibilidade de fazer calar a rapaziada, ordenou que fosse suspenso o espectáculo.

Dahi, protestos, vozearia dos espectadores e certa perplexidade da emprêsa, pouco disposta a restituir o preço das entradas.

Eis que, neste interim, surge no camarote de honra a figura do presidente da provincia. Correu logo que fora chamado ás pressas (o palacio do governo ficava a vinte passos do antigo theatro) para desauctorar o delegado de policia.

Suppondo ser applaudido pelos estudantes, o dr. Fernandes Torres mandou que proseguisse o espectáculo.

A mocidade é caprichosa. Não lhe approuve naquelle momento a humilhação infligida a um lente da Academia, e manifestou-se, a favor do Furtado, sustentando com celeuma a ordem de suspensão do espectáculo.

O presidente da provincia, imprudente mais um vez, procurou explicar-se:

— Foi em attenção ao corpo academico...

— Foi a pedido da Christina! — vociferou o Moraes Navarro.

Prevaleceu, por fim, por impossibilidade de

restabelecer-se o silencio e a calma, o alvitre da suspensão do espectáculo.

Logo depois de formado, o Moraes Navarro foi nomeado promotor publico de Bragança, e, pouco após, de Parahybuna. Mudou-se depois para o Rio de Janeiro, onde teve escriptorio de advocacia em 1862.

Veu, por fim, habitar em Campinas, e ali teve innumerous triumphos no fôre, especialmente na tribuna do jury, onde a sua palavra era sempre acolhida com agrado, não raro com enthu-siasticos applausos...

Politico indisciplinado, pertencente embora á escola conservadora, pleiteou como candidato avulso diversas eleições de deputados, geral e provincial; jamais, porém, com exito favoravel.

É fallecido, ha já para vinte annos.

JOÃO PINTO MOREIRA.—Mineiro, de Caethé; filho de Antonio Pinto Moreira.

De compleição algo franzina e estatura menos que regular, olhos azues, tez morena pallida, cabellos mal penteados, barba falha e erriçada: o que lhe fazia calhar o appellidô *Pinto Onça*.

Intelligencia prodigiosa, no conceito de todos os collegas. Entretanto, passou por intellectualmente apoucado, até meados do primeiro anno e foi simplificado em todos os exames das disciplinas preparatorias.

Gosava o Pinto Moreira desta desfavoravel reputação até que numa sabbatina foi chamado pelo Manuel Joaquim em competencia com o Bento Lisboa, que trazia o renome de primeiro estudante do anno.

Não conseguiu o Bento reprimir um movimento de mortificação ao ouvir o nome do adversario que lhe davam para *arguente*; todavia, delicado como era, aguardou a objecção. Pois, senhores, nem o *defendente* respondeu satisfactoriamente, nem mesmo, intervindo como Cyreneu o Manuel Joaquim, ficou resolvida a difficuldade.

Formou-se, dahi por deante, um partido numeroso entre os collegas, que proclamou o Pinto Moreira como o primeiro estudante do anno.

Era, todavia, uma figura excentrica, muito original.

Em casa, trazia sempre o chapéu na cabeça e estudava em pé. Nessa attitude lia, meditava e escrevia.

Por occasião do seu acto do quinto anno, deram-se alguns incidentes dignos de ser mencionados.

Compunham a mesa examinadora os lentes José Bonifacio, Furtado e Ramalho.

Segundo a praxe, arguiu em primeiro lugar, por ser o lente mais novo, José Bonifacio, que regêra, como substituto, a cadeira de Economia Politica.

Tinha elle especial prazer em *espichar* todos os examinandos; argumentava por dilemmas, e quando o estudante, prêso por todos os lados, começava a titubear, consciente da sua completa derrota, então, José Bonifacio ria-se gostosamente e dava por terminado o acto, não raro com uma palavra de elogio ao discipulo vencido.

Com o Pinto Moreira, não lhe foi tão facil a victoria.

Valente argumentador, além disso prevenido dos recursos extraordinarios do illustre mestre, o estudante mineiro, por distincções adequadas, atalhava opportunamente as subtilezas cavilosas da argumentação.

E assim, até que o bedel Firmino fez tombar a ampulheta sobre a mesa, não conseguiu José Bonifacio enfechar nem um dos dilemmas que havia tentado.

Seguia-se, em Direito Administrativo, o dr. Furtado, justamente temido pela casuistica da sua argumentação, conhecedor como era de quanta lei, regulamento, instrucções e avisos...

Deixou por alguns minutos o bacharelado expôr o ponto que lhe fora sorteado desde a vespera; depois objectou-lhe, fundado na letra expressa de um Aviso.

De facto, a disposição expressa do texto contrariava a doutrina exposta pelo estudante. Que fazer ante essa faca de ponta? De prompto, com-

prehendeu o Pinto Moreira que lhe seria fatal qualquer hesitação, e replicou:

— Este Aviso, citado por v. ex.^a, foi revogado por outro de... (e citou-lhe a data: anno, mez e dia).

— Como! Não conheço tal Aviso!—treplicou o Furtado.— Vou mandar buscar a collecção de leis.

— É desnecessario — disse sorrindo o Pinto Moreira.— Esse Aviso não está colleccionado. Foi inserto, apenas, no *Jornal do Commercio*.

Hilaridade geral, inclusive da commissão examinadora.

Chega a vez do conselheiro Ramalho, a quem, na qualidade de presidente da mesa, cabia examinar sobre a dissertação.

Em vez de objectar, o velho lente preferiu começar por uma pergunta:

— Que se entende por *acção diffamari*?

O Pinto Moreira que esperava uma objecção fundamentada, da qual tiraria assumpto para argumentação, nada soube responder.

O Ramalho assesta-lhe então a luneta, e elle dispara a rir.

Comprehendeu o bondoso lente a situação e concluiu:

— A sua dissertação está muito bem feita; foi pena que o senhor não tivesse tido tempo de a ler.

E era, exactamente, o que tinha acontecido.

Por molesto, o Pinto Moreira não pôde fazer a dissertação; incumbiu o trabalho a um collega: como era praxe fazer-se. Confiado nos seus recursos intellectuaes, nem mesmo se dera a pena de ler o que se constituia na obrigação de sustentar.

O dicto espiuoso do Ramalho salvou a situação, provocando risadas. E o Pinto Moreira, por ser o primeiro estudante do anno, foi approvado plenamente.

Depois de formado, voltou á sua provincia natal e fixou residencia em Pitanguy, onde se casou na familia Teixeira da Motta.

Militando com ardor no politica conservadora, foi por vezes deputado á Assembléa Provincial de Minas e deputado á Assembléa Geral na 14.^a legislatura (1869-72).

Pertencia então á dissidencia que movia encarniçada guerra ao gabinete Rio Branco.

É assaz conhecido o incidente parlamentar occorrido por esse tempo, entre Pinto Moreira e o inclito presidente do conselho do ministerio 7 de março.

Orava o talentoso deputado mineiro e aggre-dia com desusada impetuosidade o nobre Visconde do Rio Branco.

Suppondo, então, empregar fórmula consagrada pelo regimento e parecendo-lhe que estava irritado e colerico o seu aggressor, disse o Visconde, para minorar o effeito do ataque:

— O nobre deputado não se acha em estado de deliberar!...

A *dissidencia* interpretou mal a intenção do aparte e nella quiz ver ferina imputação de intemperança ao orador.

Dahi formidavel borrasca no recinto das sessões. Um berreiro infernal na bancada da *dissidencia*, palavras e gestos ameaçadores, repellidos no mesmo diapasão e com a mesma vehemencia pelos deputados governistas.

Andrade Figueira arrancou a tampa da carteira que lhe ficava na frente e agitava-a com furor. Duque Estrada Teixeira precipitára-se ameaçador até á mesa dos ministros. Silva Paranhos (o actual Barão do Rio Branco) veio apresado collocar-se junto á mesma mesa, prompto para a defesa do seu glorioso progenitor.

Esteve imminente, por alguns momentos, indecoroso conflicto material na propria sala da Camara entre os mais altos personagens do nosso scenario politico.

Esse incidente tornou-se historico.

Pinto Moreira é fallecido, desde mais de trinta annos.

JOÃO RIBEIRO DOS SANTOS ZAMITH. — Fluminense, natural de Vassouras, nascido a 5 de setembro de 1838; filho de José Ribeiro dos Santos Zamith.

De pequena estatura, mas bem proporcio-

nado; tez clara, bonitas feições. Trajava correctamente.

Bom estudante.

Logo após a formatura, advogou, por algum tempo, no Rio, de sociedade com o dr. Ferreira Vianna. No exercicio da mesma profissão mudou-se depois para Valença, e, afinal, para Vassouras, onde adquiriu fortuna e se fez capitalista.

Falleceu a 26 de abril de 1905.

JOAQUIM DE ALMEIDA RAMOS. — Fluminense, filho de João Luiz de Almeida.

Era corpulento (a ponto de receber a alcunha de «Ramos Gordo»), alto, rosto grande, tez clara, olhos e cabellos pretos, barba nascente. Intelligencia regular e excellente coração.

Advogou primeiramente em Mar de Hespanha e depois em Valença.

Dedicou-se em 1868 á carreira commercial e teve no Rio casa de commissões de café.

Foi agraciado com o titulo de Barão de Almeida Ramos.

Falleceu a 2 de março de 1885.

JOAQUIM FELIX DE SOUZA. — Goyano, irmão de Benedicto Feliz de Souza, de quem já nos occupámos.

Mais alto e menos expansivo que seu irmão.

Bom estudante.

Seguiu em sua provincia natal a carreira da magistratura, da qual fez toda a escala até á cadeira de desembargador da Relação de Goyaz. É fallecido.

JOSÉ ANTONIO PIMENTA BUENO. — Paulista, filho do Marquez de S. Vicente. Baixo, magro, tez amarellada.

Intelligencia regular.

Por elle muito se interessava o padre Vicente Pires da Motta, amigo de seu pae e em cuja casa elle morava.

Exerceu cargos administrativos, taes como os de secretario das provincias de Santa Catharina e do Rio de Janeiro.

JOSÉ BASSON DE MIRANDA OSORIO. — Piauhyense, filho de José Francisco de Miranda Osorio.

Baixo, claro, louro, olhos azues e imberbe. Perito na arte da *capoeiragem*, destro e valente cacetista.

Bom estudante, ainda que muito amigo das *caçadas* nocturnas de perús, cabritos e até cevados, *sport* em grande voga nas rodas academicas daquelle tempo.

Sorteado uma vez para se apoderar de ro-tundo perú que os *caçadores* haviam descoberto num quintal, o Basson executou com toda a audacia o mandato. Foi, porém, surpreendido,

quando já havia deitado a unha na cubiçada presa.

Apesar da chuva de pancadaria que lhe cahiu sobre o costado, não largou o perú, raciocinando, explicou elle depois, que — peor seria apanhar a sova e ainda ficar privado do perú.

Teve que guardar a cama, não satisfeito dos carinhos contundentes com que fora mimoseado.

Na vida publica, foi deputado geral, e, sob o ministerio Ouro Preto, chefe de policia da Côrte.

Nesse posto, o encontrou a Republica; não o suprehendeu, porém, segundo se affirma, a revolução de 15 de novembro. Elle conhecia todo o movimento e lealmente o communicára ao presidente do Conselho, que não deu credito, ou antes, não ligou importancia ás graves noticias que lhe eram transmittidas.

Ao ser-lhe intimada pelo capitão Espirito Santo a ordem de sua deposição da chefia de policia, teve attitude muito digna o dr. José Basson.

Em resposta a consulta nossa sobre a quadra academica do dr. José Basson, um seu collega de anno escreveu-nos o seguinte:

«José Basson era baixo e musculoso, olhos garços, pelle mui clara, cabellos e bigodes louros. Valente e bom capoeira, chefe do grupo de matadores de cabritos.

Entrou em varios rôlos, deu muita pancada e tambem apanhou alguma.

Foi um excellente coração, dedicado aos seus amigos até ao sacrificio da propria vida, que por vezes arriscou.»

Passou os seus ultimos dias nesta capital, onde veiu estabelecer domicilio.

É fallecido ha quatro annos.



CAPITULO IX

A turma academica de 1855-59

PARTE QUARTA

Calazans — A coisa do seu pae — José Calmon — Forte em todos os *sports* — Tri-unidade carnavalesca — Esboço biographico — José Carlos Borba — Ferreira Dias — A cabeça de Medusa — Na vida publica — Figueiredo de Andrade — Paula Eduardo — José Gonçalves da Silva — José Hippolito — Sua lealdade politica — José Jorge — José Luiz de Andrade — Azeredo Velho — Magalhães Calvet — Couto de Magalhães — Sua defêsa de theses — Luctas politicas — Financeiro e industrial — Na Republica — Ultima phase.



JOSÉ DE CALAZANS SOARES DE SOUZA. — Fluminense da Conservatoria; filho de Pedro Lourenço de Souza.

Baixo, magro, tez clara.

Não deixou sulco profundo nas chronicas da Academia.

Logo que se formou, retirou-se para Valença, onde seu pae era fazendeiro de café e senhor de grande escravatura.

Processado criminalmente um dos escravos da fazenda, incumbiu-se naturalmente da defesa

do mesmo o joven Calazans, bacharel recém-formado.

Ia fazer, assim, a sua estreia, perante o tribunal do jury. Imaginem com que emoção!...

Começou remontando ao direito romano. Mostrou que o escravo era coisa, e que, portanto, ao advogado da defesa cabia naquelle momento a indeclinavel incumbencia de defender a coisa do seu pae...

O orador não poude proseguir, impedido a principio pelos risos abafados, e, logo, logo, por explodida e geral hilaridade.

Após este incidente, o dr. Calazans abandonou a advocacia e dedicou-se á vida agricola.

É fallecido ha alguns annos.

JOSÉ CALMON VALLE NOGUEIRA DA GAMA. — Fluminense, nascido em S. Domingos a 22 de julho de 1829, de pae mineiro e mãe carioca. Filho do mordomo do Paço — Nicolau Antonio Nogueira Valle da Gama, depois Barão de Nogueira da Gama, da nobre estirpe dos Nogueiras, de Baependy.

Alto, esbelto e bonito moço, o mais joven do anno. Moreno claro, imberbe e com bellas rosas na face; elegante no porte e no trajar. Não lhe imaginem, porém, um typo effeminado; ao contrario, era forte, valente e dado a exercicios athleticos. Affavel, alegre e expansivo, gosava o «Juca Gama» (diminutivo popular, ainda que

pouco euphonico, sob o qual o designavam) de universal estima nas rodas academicas.

Propenso, embora, a divertir-se, ainda assim não sacrificava os deveres escolares, e fazia jus ao conceito, em que o tinham os collegas, de estudante applicado e talentoso.

Fora discipulo de Calogeras, Tautphoens e George Gade; matriculou-se em 1852 no quinto anno do Collegio Pedro II, em cujas aulas sempre alcançou as mais altas notas de approvação.

Todo o seu curso juridico, fê-lo José Calmon com o mesmo successo, e, no acto do quinto anno, arguido por José Bonifacio, Furtado e Ramalho, teve dos dois primeiros elogiosas referencias.

Estava muito em voga, como havemos dicto, o *sport* das caçadas nocturnas de gallinaceo pelos quintaes e de cabritos pelas praças e ruas da cidade.

José Calmon pertencia a uma dessas maltas de caçadores, ás quaes prestava o inestimavel serviço da sua valentia physica e moral.

Primava na arte da esgrima, a ponto de ter discipulos, entre os quaes se distinguiu o Basson, seu companheiro de casa. Acostumado aos habitos da Côrte, acoimava de barbara a escola do Jesuino de Almeida, ao qual parecia (coisa estranha!), como á creada do *Bourgeois gentilhomme*, que a esgrima do sabre ou do florete tem por objecto ferir ou matar o adversario!

O «Juca Gama» era, além disso, elegante cavalheiro, dextro e robusto acrobata e incomparavel nadador.

São-lhe attribuidas diversas estudantadas, entre as quaes a seguinte:

Estava annunciado um baile *masqué*, no theatrinho do Pateo do Collegio.

O preço de ingresso, 10\$000 réis por pessoa, era bastante elevado para a época e mormente para as magras bolsas dos estudantes. Toda a republica de Calmon não dispunha no momento senão daquella quantia, ou pouco mais, para baile, carro, etc. Estava, todavia, no firme proposito de não perder o baile, e isto sem se apegar ao recurso da antecipação de receita, mediante o desconto da futura mezada, por intermedio de algum *vinaigre*; tanto mais que já se tinham provido os alegres rapazes dos competentes vestuarios á phantasia. Como haviam de fazer? *Ecco il problema!*

Teve o Juca uma luminosa lembrança. Escolheu o mais amplo dos vestidos de balão, e, sob o corpinho avantajado e a vasta abobada por elle formada, abrigou-se juntamente com o seu primo Manuel Jacintho e o José Basson. Ataram-se com cordas pela cintura os tres ardilosos rapazes, e, depois de algum ensaio, transportaram-se de carro até á porta do theatrinho velho, onde já começava a estrepitosa festa.

Aquella mole ingente, cuja fórma humana

poderia ser posta em duvida, levava a intenção brejeira de caricaturar obesa matrona em adeantado estado de gravidez. A idéa apparente dessa *charge*, auxiliada pela moda absurda dos balões, concorria para o bom exito do artificio imaginado. Por isso, longe de desconfiar do engenhoso plano, o porteiro riu-se, como toda a gente, da espirituosa critica e... cobrou uma só entrada.

Ao penetrar na sala, deu sorte o volumoso mascara, attrahindo, pela grotesca figura tanto como pelos dictos chistosos, a curiosidade geral.

— Olha que mascara interessante!—dizia um.

— Interessante, na verdade, e bem *interessante* — accentuava outro.

— Está que nem uma diligencia repleta...

— Qual diligencia! Diga antes *omnibus!*— acudiu um terceiro.

— É *omnibus* mesmo, e com entrada franca.

— Sinto não ter *tres vintens*, para premiál-o pela graçola — dizia o mascara.

— Prefiro um *carrinho de mão*...

Foi-se aguçando em gráu ascendente a curiosidade de toda a sala, já pela mutabilidade do timbre da voz, já por parecer ás vezes que a fala não partia da bocca do mascarado. Extranho ventriloquismo!

De repente, a volumosa dama põe-se a cantar um tercetto.

Quando labutavam os circumstantes, no auge da preocupação, eis que de subito geme a vi-

rago nas angustias de parto, e alli mesmo, em pleno baile, dá á luz dois travessos clowns que sahem de sob o balão materno pulando e fazendo momices. A figura, ora tripartida, é acclamada por estrepitosa salva de palmas, por toda a sala, maravilhada da lembrança original e da sua engenhosa execução.

De posse do seu diploma de bacharel em Direito, o dr. José Calmon foi, em 1860, despatchado addido de segunda classe á legação de Londres.

Ao cabo de dois annos, voltou ao Brazil, fez-se fazendeiro e envolveu-se na politica de Minas Geraes, militando sempre no partido conservador. Foi eleito deputado á Assembléa Geral nas legislaturas de 1869 a 1878. No desempenho do mandato legislativo, varias vezes occupou a tribuna, revelando-se orador fluente e desassombrado e discutindo com criterio e patriotismo os mais graves assumptos, com predilecção pelos da nossa politica internacional.

De então para cá, o dr. José Calmon dedicou-se á carreira consular e tem exercido com a maxima exacção os cargos de consul geral do Brazil no Porto, em Genebra e ultimamente em Montevidéo.

JOSÉ CARLOS BORBA. — Paulista, desta capital; filho do capitão Francisco Antonio de Borba.

Alto, magro, moreno, barba toda e escassa, escassos bigodes, cabellos castanhos e crescidos, repartidos lateralmente e formando topete no alto da testa.

Trajava com apuro, ao gosto da época, quasi invariavelmente pelo teôr seguinte: sobrecasaca de panno preto, ou de azul ferrete com botões de metal amarello, calças e collete brancos, collarinhos deitados e pregados á camisa, assim como os punhos. Não estava ainda introduzido o uso dos punhos e collarinhos postiços. Cartola e guarda-chuva ou bengala; botinas de pellica ou verniz com o dorso de casimira azul ou preta.

Era o Borba um joven sympathico e de todos estimado pela sua amabilidade e extrema modestia.

Intelligente e estudioso. Estudioso, havia de ser, ainda que não quizesse; havia de estudar, ao menos para se distrahir, pois o pae trazia-o muito prêso, difficultando-lhe os passeios á rua e fechando a porta ás 8 da noite.

De temperamento menos socegado, o seu irmão Francisco revoltava-se contra o rigor paterno, e mal «o velho» se recolhia, saltava pela janella e corria para a pandega. Eram tres irmãos, (João, José e Francisco), dos quaes nos occuparemos depois. Moravam na rua Santa The-reza, com a familia.

Logo depois de formado, foi o dr. José Borba nomeado promotor publico da comarca de

Queluz, e, posteriormente, juiz municipal do termo. Dalli, foi removido para o de Rezende, onde contrahi enlace matrimonial com D. Virginia Pereira Leite, filha do commendador Antonio Pereira Leite, abastado fazendeiro daquelle municipio.

O dr. José Carlos Borba é pae do dr. Alipio Borba, engenheiro da *Light*, e do sr. José Carlos Borba, intelligente e perito auxiliar technico da Repartição de Analyses Chímicas desta capital.

JOSÉ FERREIRA DIAS.— Fluminense, natural de Campos, filho de José Ferreira Dias.

Estatura regular, busto avantajado, pouca barba, tez de um trigueiro escuro. Era de uma bella fealdade máscula, entre o typo classico de Othelo e a feição historica de Mirabeau. Moral e intellectualmente — bom sujeito, talentoso e applicado ao estudo, e, demais, vivo, jovial e resolutivo. Tinha dotes oratorios, auxiliados por alguma cultura literaria.

A edição dos *Ensaíos Literarios*, correspondente ao mez de maio de 1858, dá interessante e bem traçado estudo da sua penna sobre *A arte do seculo XIX*. O exemplar do bimestre de julho e agosto insere um discurso de Ferreira Dias proferido numa sessão funebre do Ensaio Philosophico em qualidade de orador do Atheneu Paulistano. Presidia a solennidade o terceiro-annista

e festejado poeta, Pedro Luiz, e compunha o auditorio toda a academia intellectual, inclusivè os lentes Ramalho, Furtado, Martins e Antonio Carlos, e mais os drs. Pinto Junior Ferrão e Duque Estrada Teixeira. Este ultimo recém-formado e em oratorio para a defêsa de theses.

Na tribuna e tambem, por vezes, na conversa, a physionomia do Ferreira Dias transformava-se; exprimia então com a maxima intensidade a paixão que lhe ia na alma ou que elle se propunha apparentar.

Assim, certa noite, percebendo que um malfeitor, assalariado talvez, preparava o sinistro plano de aggreir o Couto de Magalhães, reuniu-se o Ferreira Dias a outros collegas, amigos todos do Couto; conseguiram capturar o miseravel mandatario e levál-o a uma republica á rua da Tabatinguera. Eram esses rapazes, além do Dias, o Jesuino, o Quintanilha e o João Paulo dos Santos Barreto.

Ataram com grossa corda pés e mãos do prisioneiro, que, ao comprido sobre o soalho, numa sala interior, esperava cheio de assombro a sua sentença condemnatoria.

— Que havemos de fazer dêste miseravel?
— disse o Dias.

— Proponho — opinou o Jesuino — que lhe atemos ao pescoço pesada pedra e o atiremos, amarrado, ao ribeirão que está nos fundos desta casa.

— Não — corrigiu o Quintanilha — será mais prudente sepultá-lo no fosso do quintal e cobri-lo de terra, de pedras e de cal.

— Acho preferível sapecá-lo como a um porco, e depois abrir-lhe o ventre— lembrou o João Paulo.

— Não concordo— proferiu afinal o Dias Ferreira. — Para que tirarmos a vida a este desgraçado? Basta, para castigá-lo da sua audacia, que o não deixemos sahir daqui inteiro como entrou.

E, immediatamente, fazendo ao prêso uma carranca, aproxima-se delle... mas teve de recuar.

Interrompêra a scena tragi-comica um accidente physiologico, devido ao pavor que produziu na victima a terrivel catadura do estudante.

Dispondo de poucos recursos, o Ferreira Dias procurava auferir subsidios de lições de Humanidades, que dava em collegios e em cursos avulsos. Era professor de francez no collegio de meninas de D. Maria do Amaral, nos Quatro Cantos.

No anno subsequente ao da sua formatura, tirou ponto para defesa de theses. Não as apresentou, porem, redigidas, e assim deixou de dar seguimento áquelle projecto.

Em 1860, foi successivamente nomeado promotor publico das comarcas de Bananal e de Santos, mas não chegou a tomar assento.

Exerceu por longos annos a advocacia na

Côrte e em varias localidades da provincia do Rio, especialmente em Nictheroy. Tambem desempenhou, na ultima phase da sua vida, o cargo de secretario da Relação do Estado do Rio de Janeiro.

É fallecido, ha dois para tres annos, em Petropolis.

JOSÉ DE FIGUEIREDO DE ANDRADE. — Fluminense, de Angra dos Reis; filho de Francisco Figueiredo de Andrade e irmão do insigne orador sagrado monsenhor Figueiredo de Andrade.

De pequena estatura, tez clara, olhos azues, cabellos pretos, imberbe.

Era um moço affavel e intelligente. Como estudante, tratava de cumprir os seus deveres sem pretensões a vôos de aguia.

Foi promotor publico da comarca da Estrella, e, pouco depois, juiz municipal do mesmo termo. Foi advogado no Rio de Janeiro.

É fallecido desde longos annos.

JOSÉ FRANCISCO DE PAULA EDUARDO. — Paulista, filho de Francisco de Paula Eduardo.

Estatura inferior á mediana, magro, olhos azues, cabellos castanhos claros. Certa excentricidade no trato e prolixidade nas mais simples exposições escriptas ou oraes e até mesmo na conversa, faziam-no antipathizado dos collegas.

Prejudicava-o tambem o vicio de pronuncia

consistente na substituição dos *ll* por *rr* e vice-versa.

Era, comtudo, dotado de grande intelligencia e bom estudante.

Exerceu a advocacia nas comarcas de Brotas e de Botucatú e no primeiro destes municipios por varias vezes foi vereador e presidente da camara.

No biennio de 1860-61 fez parte como deputado supplente da Assembléa Provincial de S. Paulo.

Aguardâmos, para ampliar estas notas biographicas, que nos sejam communicadas as necessarias informações, pois o dr. Paula Eduardo foi um distincto paulista, cujo nome não deve permanecer em olvido.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA. — Bahiano, natural de Jacobina, filho do coronel José Gonçalves da Silva.

Altura regular, corpulento, moreno claro, olhos pretos, cabellos pretos e crescidos, barba toda.

Não deslustrava, no trato, a proverbial amabilidade bahiana. Intelligente e bom estudante.

Depois de formado, retirou-se para a sua provincia natal, e foi, nos sertões da Bahia, o legitimo successor da influencia paterna: augmentou-a mesmo, assim como tambem augmentou a fortuna que recebêra. Grande proprietario de fazenda de

crear, possui renda annual superior a 2:000 bezeros, e, além disso, rica mina de cobre.

No regimen monarchico, foi deputado á Assembléa Geral, e, depois da Republica, presidente do Estado da Bahia.

A despeito dos vaivens da politica, tem o dr. José Gonçalves conservado, através das situações, ora propicias, ora adversas, a sua incontestavel influencia na zona sertaneja, e ainda hoje é considerado um dos mais prestigiosos chefes do partido republicano da Bahia.

JOSÉ HIPOLITO DE OLIVEIRA RAMOS. — Paulista, de Jacarehy, filho de Joaquim Antonio de Oliveira.

Estatura regular, tez morena, mas de um moreno claro, rosto redondo, olhos grandes e castanhos, cabellos tambem castanhos, barba quasi nenhuma, nariz bem traçado, com ligeiro sulco divisorio na ponta, physionomia risonha, sympathica e animada. Trato amavel, apesar de ligeiro pendor para o sarcasmo.

Era eximio violinista, rival do Robertinho.

Como estudante, deu sempre boas contas nas aulas e alcançou nos exames approvação plena.

Depois de formado, exerceu a advocacia, primeiramente em Jacarehy e depois em Barra Mansa, para onde se mudou e constituiu familia, desde 25 para 30 annos.

Foi deputado á Assembléa Provincial de

S. Paulo, no biennio de 1864-65, e ao Congresso Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, em mais de uma legislatura.

No antigo regimen, militou sempre nas fileiras do partido liberal e presentemente é republicano da fracção Backer, adversa á politica de Nilo Peçanha.

Muito leal em politica, o dr. José Hippolito teve occasião de doer-se, em certa emergencia, de 'grave injustiça que lhe irrogou um grupo de partidarios seus. Pleiteára-se, com desusado ardor, em um districto da provincia do Rio, a eleição para deputado geral. Eram competidores Andrade Figueira, candidato conservador, e Pedro Luiz, ministro dos Extrangeiros do gabinete Saraiva e candidato apresentado pelo partido liberal.

De um e de outro lado estavam as opiniões discriminadas e cahiram na urna contados e previamente conhecidos os votos dos eleitores. Verificaram, entretanto, os liberaes, pela apuração, que lhes faltava um dos votos com que contavam. Quem teria sido o traidor?

O caso revestia-se de certa gravidade, já pela sua importancia para a economia interna do partido, já porque se empenhava cada eleitor em varrer a sua testada.

O dr. José Hippolito, membro do directorio liberal, era, naturalmente, dos mais interessados em que se aclarasse o caso. Todavia, taes voltas

se deram, taes intrigas se teceram, tão temerarias conjecturas se fizeram, que para certo grupo se tornou verosimil que o voto liberal dado ao candidato conservador — era o do dr. José Hippolito. Elle jámais occultára, dizia-se, a sua admiração por Andrade Figueira, e, além disso, accrescentava-se, tivera uma pretensão contrariada por Pedro Luiz. Por este ou por aquelle motivo, a extravagante balela fez carreira, até que o dr. Ferreira de Mattos, chefe do partido liberal, alma boa mas propensa á credulidade, disse em conversa com o dr. José Hippolito o que outros sómente pelas costas murmuravam.

— Então, compadre, já se descobriu quem foi que nos faltou?

— Já, sim, senhor — respondeu com algum constrangimento o dr. Mattos.

— Quem foi?! — replica, cheio de curiosidade, o dr. José Hippolito.

— Dizem que foi o senhor...

— Quem?!?

— O senhor!

— Isto é gracejo?

— Antes fosse...

Imagem a dolorosa estupefacção produzida no espirito do dr. José Hippolito pela injuriosa desconfiança. Depois de breve e amargurado silencio, disse elle:

— Ignoro o tolo ou perverso raciocinio que possa ter conduzido alguém a uma conclusão tão

offensiva ao meu character. Repillo o desafôro. Quem votou no Figueira não fui eu, sr. Mattos; foi você!

E, por muito tempo, maguado com a injustiça, cortou relações com o dr. Ferreira de Mattos.

Soube-se mais tarde que o voto liberal dado ao candidato conservador foi o do pharmaceutico Pedro de Alcantara Pereira.

JOSÉ JORGE DA SILVA. — Fluminense, filho de pae de igual nome.

Assignava-se, a principio, «José Jorge da Silva Paranhos». Era de pequena estatura, e por signal que lhe quadrava bem o diminutivo pelo qual era conhecido: «Jorginho». Claro, cabellos castanhos, nenhuma barba, ligeiro bigodinho; vivo, alegre e intelligente, quasi menino.

Amigo quasi inseparavel do Borba.

Advogou por algum tempo no fôro da Côte e depois no de Nictheroy.

Dedicou-se a estudos philologicos sobre a lingua vernacula, e sobre ella escreveu um interessante livro, comparando com o idioma de Portugal o portuguez que hodiernamente se fala e se escreve no Brazil.

JOSÉ LUIZ DE ANDRADE. — Rio-grandense, filho de pae de igual nome.

Estatura regular, moreno, cheio de corpo,

com apparencia de velho, ar tristonho, andar lento e pesado, fala arrastada, mal trajado.

Com o seu physico estava em analogia o intellectual, pois que era destituído de intelligencia, mas apenas de vivacidade intellectual. Isto foi causa do insuccesso que o fez pertencer á turma dos bachareis de 1859, pois era da turma anterior.

Nada sabemos sobre o destino que elle teve ao sahir da Academia.

JOSÉ MANUEL DE MESQUITA JUNIOR. — Paulista, de Itú; filho de pae de igual nome.

Estatura pouco superior á mediana, cheio de corpo, moreno claro, olhos e cabellos pretos, bonito.

Falava alto e nas discussões em sabbatina ou mesmo sob as arcadas, quando no ardor da polemica, enthusiasmava-se e gritava. Não o imaginem, porém, pretencioso e petulante; distinguia-se, ao contrario, pela modestia e amenidade do trato.

Bastante talentoso e de regular applicação ao estudo.

Residiu, ora em Itú, ora nesta capital, onde falleceu ha para quinze annos.

Era irmão do dr. Ignacio Mesquita, ha pouco fallecido, e primo-irmão do senador estadual coronel Paes de Barros.

JOSÉ MARIA DE AZEREDO VELHO JUNIOR. — Fluminense, filho de outro Velho... *senior*: o

que não é tão anômalo como um Velho *Junior*.

O seu aspecto dizia bem com o sobrenome e dava-lhe jús á antonomasia *Doutor em Canones*, para a qual concorria a sua indefectivel casaca, completando-lhe a *toilette* um par de calças brancas, chapéu alto e oculos.

Quanto ao typo, era moreno acaboclado e quasi imberbe, assim como o conselheiro João Alfredo.

Foi estudante mais que regular. Formado, conservou-se sempre no Rio de Janeiro entregue aos labores do fôro e da imprensa.

JOSÉ DE PAIVA MAGALHÃES CALVET. — Fluminense, natural de Cabo Frio; filho de outro de igual nome.

O *Calvetinho* não passava, no physico, de um rapazito. Era um bom menino, de todos estimado; moreno, imberbe, de compleição delicada, cabellos crescidos e crespos, nariz arrebitado. Muito intelligente, estudioso e de trato agradável. Falava fluentemente, gostava de falar e discutia com argucia. Conhecia musica e tocava bem flauta.

Depois de formado, exerceu a advocacia alternadamente no Rio e em Vassouras, e foi por algum tempo advogado do Banco do Brazil.

Em S. Paulo, durante todo o seu Curso Juridico sempre fez parte da roda fluminense mais

em destaque. A elle se refere Pedro Luiz nos seus deliciosos versos da *Prisca Fides*, graciosissima *badinage* recitada num jantar intimo offerecido em 1877 ao conselheiro Thomaz Coelho por um grupo de collegas dos tempos da Paulicéa.

A reproducção de duas dessas estrophes (e quanto nos pésa não podermos reproduzil-as todas!) quadra mui bem nestas *Reminiscencias da Academia*:

«.....
 A roda é o Calvetinho feiticeiro,
 Paulo Torres, (1) o ameno, o grande Jaco (2)
 O Maneco Araujo, (3) esse brejeiro!
 O Martiniano, (4) aquelle grande taco!
 Com certeza... não sae purificado
 Do meio delles este teu criado!

Não vás contar agora, minha louca,
 Desses amigos graças e mysterios...
 Aguas passadas... Ai! cala-te, bocca,
 Eu não gosto senão de assumptos sérios...
 Que pena! Era completo o nosso brodio...
 Se viessem o Bastos (5) e o Custodio (6).»

(1) Paulo José Pereira de Almeida Torres, formado em 1858. Ver a respectiva turma, no vol. da 1.ª série das nossas «Tradições e Reminiscencias».

(2) João Gomes Ribeiro de Avellar, formado em 1860. A elle nos referimos na nossa 3.ª série.

(3) Manuel Alves de Araujo. Delle nos occuparemos aedeante.

(4) Martiniano de Araujo Padilha, *idem, idem, idem*.

(5) João José Pereira Bastos, de quem nos occupámos na chronica dos bachareis de 1860, 3.ª série.

(6) Custodio de Araujo Padilha, irmão do Martiniano Padilha, e a quem fazemos referencia na mesma chronica supracitada.

JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES. — Mineiro, da Diamantina, nascido a 1 de novembro de 1837, filho de Antonio Carlos de Magalhães, portuguez, proprietario de lavras diamantinas, negociante de brilhantes, e neto pelo lado materno do notavel mineralogista José Vieira Couto.

Estatura regular, esbelto, quasi imberbe, cabellos pretos, rosto magro e expressivo, olhos vivos, physionomia sympathica, tez clara. Estudante notavel, de talento superior e apto para quasi todas as applicações intellectuaes, Couto de Magalhães, que, ao matricular-se na Faculdade de Direito, tinha já cursado um anno da Escola Central, do Rio, assignalou-se desde logo nas rodas academicas como estrella de primeira grandeza, cujas irradiações se manifestavam não sómente nas aulas, mas tambem nas associações literarias e na imprensa.

Mais literato que jurista, mas dado egualmente ao estudo de sciencias naturaes, era o Couto incontestavelmente a primeira mentalidade do anno. Desse renome sempre gosou, e, graças ao mesmo, triumphou, diversas vezes, nas renhidas eleições para o cargo de orador do *Ensaio Philosophico*.

Mais do que a palavra, a sua penna fecunda grangeava-lhe grande numero de admiradores. Primava no romance, na critica literaria e nas chronicas da historia patria.

Era, entretanto, um excentrico. Sem os gos-

tos, as propensões e até a voluptuosidade proprios dos moços, afastava-se do intimo convivio dos collegas, entre os quaes era muito estreita a sua roda, e relacionava-se com o conego Anselmo, o cura Marcellino e o padre Vicente, com os quaes ceava figado de ganso de Hamburgo. Tinha o aspecto e a gravidade de um velho, ou, se o quizerem, de um moço-velho; e, para completar a figura, tomava rapé e usava lenço de Alcobaça.

Dominava-o intensa affeição pelas diversões fluviaes, como sejam banhos nos rios, exercicios de natação e de submersão, passeios em canôa, pesca de anzol, de rede, de tarrafa, de fisga e até de frecha. Não havia, para elle, nesse divertido *sport*, nenhum segredo. Gostava de musica, tocava soffrivelmente violão, mas preferia a viola que, todavia, tocava mal.

No seu primeiro anno, abriu um curso de Philosophia no mosteiro de S. Bento, e as suas explicações tiveram grande exito, especialmente pelo methodo e pela clareza com que expunha as mais obscuras doutrinas de Hegel e de Kant. Entre os seus discipulos contava-se Prudente de Moraes, então estudante de preparatorios.

O producto dessas licções applicava-o Couto de Magalhães em auxilio a collegas pouco abastados, pois, quanto a elle, aborrecia o luxo e tinha para a modesta vida que levava ordens francas do seu bondoso pae e o credito necessario no Ribeirinho.

Era tal a sua simplicidade de costumes que nem no dia da sua formatura nem no do seu doutoramento, se lembrou de *fazer opa*; de modo que os collegas que nesses dias o foram felicitar tiveram que retroceder, informados de que elle tinha ido a um passeio de canôa, para se desferrar da prolongada prisão no *oratorio*, a que o obrigava a tyrannia da praxe.

Por indole e por ser cioso da sua independencia pessoal, sempre foi refractario ao casamento. Entretanto, nos seus tempos academicos, sustentou prolongado *flirt* com uma formosa donzella, hoje respeitavel matrona, de uma familia alleman desta capital. Sempre lhe votou a mais affectuosa estima... Não lhe falassem, porém, em casamento!

Apesar de se lhe terem offerecido os mais vantajosos partidos matrimoniaes, persistiu o Couto de Magalhães em se manter solteiro e depois solteirão até ao fim da sua vida.

A sua defesa de theses foi brilhante e coroada de approvação plena.

Se bem que com o sufficiente preparo scientifico para aspirar ao gráu de doutor, não se quiz arriscar a um insuccesso, como aconteceu ao Guanabara, e por isso tratou de preparar os pausinhos, como se diz. Contava entre os lentes alguns amigos, sinceros, taes como o Pires da Motta e o Chrispiniano. Tratou de captar a sym-

pathia de outros que eram tidos como excentricos e algo desequilibrados. Assim, para conquistar o Cabral, comprou dois exemplares do seu *Direito Administrativo* e recommendou ao livreiro, um tal Gustavo Gravesnor, estabelecido na rua de S. Bento, que o dissesse ao dr. Cabral.

Este ficou satisfeitissimo. E ainda mais satisfeito, a não caber em si, quando o doutorando, arguido pelo Furtado, achou ensejo para o seguinte *engrossamento*:

— «O Direito Administrativo era, de facto, um estudo difficil, confuso e uma sciencia ainda embryonaria; mas depois da recente publicação da notavel obra do dr. Veiga Cabral, dissiparam-se todas as obscuridades e este ramo do estudo juridico deu assignalado passo para o seu progresso.»

Logo no anno subsequente ao da sua formatura, quasi em seguida á defesa de theses, o dr. Couto de Magalhães estreou-se na vida publica como secretario da provincia de Minas, sendo presidente o seu amigo padre Vicente Pires da Motta.

No anno seguinte, foi nomeado presidente da provincia de Goyaz, cargo em que se conservou até 1864. De 1865 até 1866 esteve na presidencia do Pará.

No exercicio de ambas essas commissões politicas, prestou assignalados serviços, enfrentando com intelligencia e promovendo com tenacidade

a solução dos mais graves problemas administrativos, entre os quaes o da navegação do Tocantins e do Araguaya.

Em lucta com os manejos da intriga partidaria, numa e noutra dessas administrações, o seu espirito recto e altaneiro não duvidou abrir desavença com o governo geral. No Pará, por exemplo, tendo sido apresentada para o seu *cumpra-se* uma portaria do ministro da Justiça ordenando-lhe a reintegração de um official da G. N., que havia sido destituído do posto, após processo regular, o dr. Couto de Magalhães deu-lhe o seguinte despacho: — *Não se cumpra.*

Sublevou-se de indignação toda a grey partidaria interessada na execução do decreto de graça do official condemnado, e tal foi a irritação produzida no Pará e no Rio que o presidente foi demittido. Vindo ao Rio, requereu processo de responsabilidade e estava insistente neste proposito, até que teve uma conferencia com o imperador; dessa conferencia resultou, que, em vez de processado, Couto de Magalhães seria investido do cargo de presidente da provincia de Matto Grosso, então invadida pelos paraguayos, e para lá seguiria immediatamente através dos mais invios sertões e vencendo obstaculos materiaes que outra pessoa da mesma categoria difficilmente poderia superar.

São conhecidos os ingentes serviços que elle prestou no desempenho dessa espinhosa commis-

são, organizando a resistencia, congregando elementos militares e expellindo do pátrio solo o ousado invasor. Como galardão por esses feitos patrioticos, teve a patente de general, que elle prezava em mais subido gráu que os seus pergaminhos scientificos.

Não se assignalou sómente como politico, administrador e homem de letras, mas tambem pela sua aptidão em operações commerciaes e financistas.

Basta dizer-se que de homem pobre, que era, conseguiu, por sua actividade pessoal, fazer-se millionario.

O principio de sua fortuna originou-se de uma especulação em couros, intelligentemente entabolada em consequencia de previsão sua da guerra que se ateou entre a França e a Allemanha.

Mais tarde, avolumou-se consideravelmente o seu patrimonio com a venda, em Londres, da concessão que elle obtivera para a Estrada de Ferro Minas e Rio.

Referem que, quando elle se viu, num momento, possuidor da quantia de 3.000:000\$000 réis, manifestou ao banqueiro depositario daquella avultada somma o desejo de vê-la e de lhe observar o volume representado em libras esterlinas. Conduzido então á caixa forte do banco, penetrou nella, e, pisando sobre o dinheiro, exclamou com energia:

— Vil metal, ouro sublime! Algoz e providencia! Arma para o mal, instrumento para o bem! Serás meu, não serei teu! Has de ser o meu escravo e jamais o meu senhor!

De volta ao Brazil, o general Couto de Magalhães residiu por algum tempo em Nictheroy, na praia de Icarahy; mudou-se, depois, para S. Paulo, onde adquiriu e accommodou ao seu gosto uma chácara na Ponte Grande, montando alli um observatorio astronomico.

Dedicou-se, então, á industria e empregou capitaes em varias das nossas empresas ferroviarias e outras industrias e promoveu novos commettimentos industriaes.

Assim vivia, mais ou menos afastado da politica militante, até que em 1889 foi chamado ao poder o gabinete de 7 de junho, sob a presidencia do Visconde de Ouro Preto. Não pode, então, recusar-se ao appello do seu velho amigo e accetou a nomeação de presidente da provincia de S. Paulo.

Neste posto, veio surprehendê-lo a aurora republicana de 15 de novembro. Correligionarios e adversarios admiraram, então, a sua attitude calma, correcta e digna, quando teve de deixar o governo e retirar-se do palacio, após a proclamação do governo revolucionario que lhe devia succeder.

Triste foi o ultimo periodo da vida do general Couto de Magalhães, cuja intelligencia notavel por mais de uma vez se viu obumbrada, a ponto de ter havido necessidade de se fazer viajar por paizes estrangeiros e de se recolher o benemerito brasileiro a casas de saude, onde com pouco exito teve passageiras melhoras.

Falleceu no Rio de Janeiro a 14 de setembro de 1898.

Deixou varias obras literarias e scientificas, todas de pequeno folego, enumeradas no *Diccionario Bibliographico*, de Sacramento Blake. Os mais notaveis dos seus trabalhos são os que teem por objecto estudos philologicos e anthropologicos referentes aos indigenas do Brazil.



CAPITULO X

A turma academica de 1855-59

QUINTA E ULTIMA PARTE

Leopoldo Castrioto — Assalto d'armas — Na vida prática — Peres de Moreno — Alves de Araujo — Victorias e revezes — Tudo está nullo! — No Rio — Ferreira de Mattos — Manuel Gama — Manuel José — Gouvêa — Souza Pinto — De trato rude — Varias anedotas comprovativas — Martiniano Padilha — Implicancia do Cabral — Incidente com o Manuel Dias — Honrosa fé de officio — Nicolau de Barros — Martins Pereira — Sua defesa de theses — Famoso pamphleto — No vasto scenario — Pedro Maria — Timotheo da Rosa — Tertuliano T. de Freitas — Pedro Nolasco — Theophilo Paes.



LEOPOLDO HENRIQUE CASTRIOTO. — Fluminense, de Nictheroy, filho do general José Nepomuceno Castrioto e irmão mais moço do dr. Carlos Frederico Castrioto, que foi deputado geral e de quem já nos occupámos na chronica referente aos bachareis formados em 1856.

Estatura regular, busto reforçado, peito largo, tez morena, olhos grandes á flor do rosto, cabellos pretos e crescidos. Trazia-os repartidos ao lado, á moda da época. Barba falhada, bigo-

des a despontar. Physionomia viva e expressiva, trato affavel, modos desembaraçados.

Trajava com apuro.

Habil e destro no jogo do florete e do sabre (o *sport* então em voga nas rodas academicas), o temerario estudante desafiára, para medir-se com elle, conhecido professional, o professor Perigout.

Para esse assalto d'armas convergiu a attenção de toda a Academia e de grande parte da população paulistana, e o seu desenlace assignalou ruidoso successo para o Castrioto, que por muitos pontos levou de vencida o professor de esgrima. Não parou ahi a *caipora* do velho mestre d'armas, pois foi mais tarde batido egualmente pelo commendador Felicio noutro assalto que tambem se tornou afamado.

Depois da formatura, retirou-se o dr. Leopoldo Castrioto para a sua terra natal, e residiu por algum tempo em Nictheroy, onde exerceu o cargo de secretario da policia da provincia do Rio de Janeiro.

Dahi por deante, perdemol-o de vista.

LUIZ ROMULO PERES DE MORENO. — Natural de Buenos Aires, filho de Firmino Peres.

Alto, cheio de corpo, rosto magro, tez clara, corado, cabellos louros, sem barba, bastas sobrançellas, olhos semi-cerrados como que para se

protegerem contra a intensidade da luz. Falava portuguez sem o minimo sotaque. De resto, naturalizou-se brasileiro, logo que completou 21 annos.

Amigo e companheiro de casa dos Padilhas (Custodio e Martiniano.)

No anno seguinte ao de sua formatura, foi nomeado promotor publico da comarca de Vassouras, em cujo fôro advogou por muitos annos, militando sempre na politica conservadora.

Em 1872 foi nomeado presidente da provincia das Alagoas, em cujo governo se conservou, de 22 de dezembro daquelle anno até 21 de março de 1874.

A sua administração foi tormentosa. O dr. Peres de Moreno levára do gabinete de 7 de março a empreitada de desmontar na provincia a inveterada influencia dos Mendonças, que se tinham alliado á *dissidencia* conservadora em opposição ao governo, por causa do seu programma emancipador, aliaz timidamente emancipador, do elemento servil.

É fallecido.

MANUEL ALVES DE ARAUJO.—Paranaense, filho de Paulo José Alves.

Estatura regular, gordo, moreno, rosto redondo e cheio de espinhas; andar desgracioso.

Trajava indefectivel sobrecasaca e usava cartola de castor.

Intelligente e bom estudante. Outra infor-

mação nol-o representa como pouco dado ao estudo e mais propenso a divertimentos que ao assiduo convivio com os compendios e expositores da sciencia juridica.

Afigura-se-nos que ha exaggeração em ambos os conceitos. O que é certo, porém, é que o *Manéco Araujo* alcançou approvação plena em todos os seus actos academicos, navegando por vezes através de mares tempestuosos, fataes para alguns collegas. Além disso, somos informados de que sempre elle se recommendou por exemplar procedimento, e a unica diversão a que se entregava era o jogo de bilhar. E era um bom taco, embora canhoto.

De trato ameno e indole sociavel, gosava de geral sympathia nas rodas academicas.

Depois de formado, voltou ao seu patrio Paraná e em Curitiba dedicou-se á advocacia e ás lides do jornalismo.

Envolveu-se desde logo, de corpo e alma, nas contendias partidarias. Para certos temperamentos impulsivos a politica é uma fatalidade social, e, quasi diriamos, topographica nas pequenas cidades. Ora, a capital paranaense não era positivamente uma Londres, em 1860, nem o dr. Alves de Araujo um homem apathico.

Teve a principio como companheiro de lucta o conselheiro Jesuino Marcondes, seu cunhado, o dr. Laurindo de Britto, e, mais tarde, os drs.

Sergio de Castro, Silveira da Motta, Generoso Marques, coronel Joaquim Lacerda e outros, e, como adversarios politicos, o conselheiro Corrêa, o dr. Euphrasio Corrêa, o Barão de Nacar, o dr. Hermelindo de Leão e outros.

Derrotado nas urnas ou depurado pela Camara, em 1876, Alves de Araujo voltou ao Rio em 1878, após a ascensão do gabinete Sinimbu, portador de um diploma de deputado geral, que, desta vez, ninguem se lembrou de lhe disputar, e fora effectivamente tempo perdido.

Em 1882, teve uma pasta de ministro (a da Agricultura, Commercio e Obras publicas), no gabinete Martinho Campos, na qual se conservou de 21 de janeiro até á quèda do ministerio, a 3 de julho do mesmo anno.

Dahi por deante, esteve sempre na politica activa da sua provincia natal, ora eleito deputado, quando no poder o partido liberal, ora derrotado, nas situações conservadoras.

Dedicado sustentador, como era, do ministerio Ouro Preto, o dr. Alves de Araujo recebeu, naturalmente, de mau humor o advento da Republica. E por signal que se lhe attribuiu nessa occasião um chistoso conceito acerca de todos os actos e decretos do governo provisorio:

— Tudo isto é nullo—teria elle dicto — Tudo o que se está fazendo é radicalmente nullo!...

— Mas, porque, sr. conselheiro?

— Por ser contrario á Constituição.

O conselheiro Manuel Alves de Araujo reside presentemente no Rio de Janeiro, e supponho já não terá razões para recusar os seus serviços á Republica, hoje constitucional.

MANUEL FERREIRA DE MATTOS.—Fluminense, de Barra Mansa; filho de Antonio José de Mattos.

Estatura regular, moreno pallido. Assignava-se entre os bons estudantes da turma, sem embargo do seu natural retrahimento e modos acanhados. Tambem faziam jús á estima dos collegas a sua lealdade e nobreza de character.

O dr. Ferreira de Mattos tem conservado esses traços de character em toda a sua vida publica e certamente por mais de uma vez foram postos em prova, na posição que por longos annos elle occupou de chefe do partido liberal no municipio de Barra Mansa.

De volta da Academia, alli contrahiu matrimonio, e foi, ao mesmo tempo, advogado e fazendeiro.

Havia sido eleito deputado geral em 1889, em competencia com Rocha Leão, candidato conservador paulinista. O seu reconhecimento deveria ser votado no dia 15 de novembro, quando sobreveiu a revolução republicana.

Depois dessa data, por occasião do governo Portella, o dr. Ferreira de Mattos foi apresentado candidato ao Senado do Estado do Rio,

pelo conselheiro Paulino; a fraude eleitoral, porém, obstou-lhe a victoria. Mais tarde, supprimido pela nova Constituição o Senado estadual, teve elle, em duas legislaturas, uma cadeira de deputado, que occupou com a esperada distincção.

Reside e advoga no Rio de Janeiro.

MANUEL JACINTHO NOGUEIRA DA GAMA. — Fluminense, filho do Conde de Baependy. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 8 de maio de 1837.

Era esta a sua physionomia ao tempo de estudante: estatura mediana, moreno, nariz fino e curto, cabellos castanhos, bigode espesso, olhos pardos e labios grossos.

Exprimia-se com certa difficuldade.

Preparado pelos mesmos mestres que o seu primo José Calmon, matriculou-se com elle, em 1852, no Collegio de Pedro II, foi sempre approvado plenamente e em 1854 recebeu o gráu de bacharel em letras. Matriculou-se em 1855 nesta Faculdade de Direito, em cujo curso, até a sua formatura, teve sempre as melhores approvações.

Em S. Paulo era conhecido por Maneco Gama.

Foi um intemerato «caçador» de cabritos, nas praças publicas e nos adros das egrejas, de ganços na Vargem do Carmo e de cevados no Miguel Carlos, no Braz e na Luz.*

Depois de formado, fez breve estada em Paris, como addido á legação do Brazil... Não se é, debalde, filho do sol e neto da lua!...

Concluida a excursão, de volta ao Brazil, fez-se fazendeiro em Valença e juiz de paz; depois, juiz municipal do termo de Vassouras, deputado á Assembléa Provincial do Rio de Janeiro e vice-presidente da mesma provincia.

Falleceu em 1896.

MANUEL JOSÉ DA SILVA. — Paulista, de Arêas; filho de Manuel Pereira da Silva.

Estatura regular para alto, magro, claro, pallido, cabellos castanhos, olhos grandes, imberbe, pequeninos bigodes.

Temperamento alegre e communicativo.

Pouco amigo dos livros, e, ao contrario, muito affeiçoado ás boas brincadeiras. Por isso foi brindado com uma ou duas *simplificações* durante o curso.

Advogado em Arêas por longos annos. Mudou-se depois para Campinas e por fim para esta capital, onde exerceu uma das serventias de tabellião, adrede para elle creada.

Falleceu ha cerca de dez annos. É pae do dr. Ernesto Silva.

MANUEL DA SILVA GOUVÊA. — Mineiro, natural de S. João d'El-rey; filho de pae de igual nome.

Tinha assim aspecto vetusto. Estatura regular, moreno, olhos esbugalhados, cabellos pretos, andar pesado, de velho pedagogo. E, de facto, já não era menino quando se matriculou na Faculdade, tanto assim que vinha do exercicio do magisterio primario no *Collegio Duval*, de S. João d'El-rey.

Estudante mais applicado que intelligente.

Seguiu a carreira da magistratura. Foi juiz de direito da comarca da Campanha, onde, no exercicio desse cargo, o surprehendeu a morte.

MANUEL SIMÕES DE SOUZA PINTO. — Portuguez, filho de Manuel Luiz Pinto.

Estatura pouco acima de mediana, robusto, moreno claro, olhos azues, cabellos castanhos, barba toda, ossos faciaes algo salientes, homem de casca grossa, rude no trato.

Tinha accentuado sotaque portuguez, e o vicio de dicção consistente em trocar o b pelo v e vice-versa.

Muito estudioso e bastante intelligente.

Era geralmente conhecido sob a designação de *Pinto gallego*. Está visto, porém, que na sua presença supprimia-se o epitheto, pois o Pinto era malcreado e ninguem lucraria em puxar bulha com elle.

Ás mais simples perguntas, elle atalhava em tom aspero e desattendia incivilmente aos pedidos mais banaes. Por exemplo:

— Oh Pinto, venha cá...

— Num bou! Bem bocê cá, se quizer.

Outras vezes, estando elle a fumar:

— Oh Pinto — dizia-lhe um collega — dá-me o fogo.

— Num dou!

— Oh! Pois isto nega-se?!

— Porque num quero!...

E continuava impassivelmente a fumar.

Quando estudante de preparatorios, assistia, uma vez, o Pinto a um exame de historia.

— Quem foi o primeiro rei de Portugal? — perguntou o dr. Ribas ao examinando.

E como este parecia *in albis*, o Pinto não se poute conter e *assoprou*:

— D. Affonso Henriques.

Voltando-se para elle, disse-lhe o Ribas em tom de ameaça:

— Cá o espero!

— Num me pilhas! — respondeu o Pinto — que bou para o Recife.

E sahiu, batendo estrepitosamente com os pés no soalho.

Quando magistrado, em resposta a uma pessoa do lugar, que lhe perguntava:

— Então, sr. dr., que acha V.^a Ex.^a da nossa cidade?

— Uma porcaria! — respondeu o Souza Pinto.

— Gallego bruto! — murmurou o interpellante.

Havia em Vassouras, entre os familiares do dr. Souza Pinto um solicitador muito avezado a fazer perguntas ociosas.

Sabia elle que o dr. estava no quarto a tomar banhos, e, entretanto, perguntava-lhe:

— O sr. está tomando o seu banho?

— Não — respondia o dr. Pinto — não estou aqui, não. Estou lá no terraço, fumando charuto.

Outras vezes, ao vê-lo chegar do Rio, na estação, trazendo a bolsa de viagem, perguntava-lhe o referido solicitador:

— Então, sr. dr., está chegando da sua viagem?

— Não — replicava o Souza Pinto — já cheguei hontem.

Estando elle a saborear uma chicara de café, dizia-lhe o outro:

— Sim sr., sr. dr., o sr. está tomando o seu café.

— O meu café?! O sr. não vê? Estou tomando cerveja.

A uma respeitavel senhora, viuva de um titular, sua vizinha, que lhe escreveu queixando-se de que elle não mandasse matar formigas na sua

chacara, o que a prejudicava, pois que as formigas da mesma passavam para a chacara della, respondeu o dr. Souza Pinto com uma carta muito espirituosa; e concluiu auctorizando S. Ex.^a a . . . mandar prender no curral do concelho as suas imprudentes formigas, que ousavam invadir a propriedade de tão respeitavel pessoa.

Depois de formado, o dr. Souza Pinto exerceu a advocacia em Valença, onde veiu a casar-se com uma filha do Visconde de Araxá e teve fazenda de café. Foi juiz de direito da Campanha.

É fallecido.

MARTINIANO DE ARAUJO PADILHA. — Mineiro, filho de Custodio de Araujo Padilha.

Alto, escanifrado, imberbe, olhos grandes e azues. Dava os ares com o Martinho Campos e o seu andar era o do Americo Braziliense, com quem, visto de costas, por vezes produzia confusão.

Tinha um irmão mais velho, o Custodio Padilha, que se formou depois, por ter sido reprovado, segundo então se acreditou, por implicancia do Cabral ao esturdio sobrenome de Padilha.

— Onde se viram já — dizia elle — duas espalhas no baralho?

— Mas, sr. conselheiro . . .

— Não ha mas, nem meio mas. Já foi aprovado um Padilha, e basta; foi mesmo de sobra!...

Pois, senhores, ao Martiniano ia acontecendo egual desastre no seu terceiro anno, por um incidente occorrido na aula do conselheiro Manuel Dias.

Fazia o venerando lente a sua prelecção de Direito Criminal, auxiliando-se da sua excellente caderneta. O Martiniano acompanhava a explicação oral, confrontando-a com a postilla que possuia de anno anterior. Eis que, chegando a uma citação, a Cadeira faz involuntariamente uma pausa, e o Martiniano adeanta a citação.

— É isto mesmo!—confirma o conselheiro Manuel Dias.

Acreditaram todos os alumnos que o honrado mestre não podia ter apreciado o subsidio do estudante. Pois, se não era aquella a licção do dia, mas a prelecção, portanto materia ainda não explicada, como é que «adivinava» o estudante a citação que a Cadeira ia fazer? Não importava essa antecipação a denuncia da existencia de uma caderneta, de cujos termos a explicação não sahiria?

Em todo o caso, o conselheiro Manuel Dias não exerceu desapiedada vingança contra o indiscreto apartista; limitou-se a balear na aza o Martiniano, sem lhe cortar a trajectoria o anno seguinte.

Ao sahir da Academia, foi residir em Cantagallo, onde exerceu a advocacia e foi vereador eleito pelo partido liberal.

O dr. Miranda Azevedo, de saudosa memoria, nos communicou sobre Martiniano Padilha a seguinte nota, com a qual completaremos este ligeiro esboço :

«O dr. Martiniano Padilha, mais que o seu irmão Custodio. Boa intelligencia. Alto, sympathico, voz forte, foi estudante regular.

Depois de formados, casaram-se com duas primas, filhas de lavradores abastados, e abriram casa de commissões de café no Rio de Janeiro (rua de S. Pedro, 74 ou 78) que era o ponto de reunião dos collegas.

Eram liberaes e adoptaram em 1870 as idéas republicanas.

Signatario do *Manifesto Republicano*, o dr. Martiniano Padilha tomou parte activa na propaganda.

Elle e Custodio eram grandes amigos de Quintino Bocayuva e de Saldanha Marinho; e são ambos fallecidos.»

NICOLAU ANTONIO DE BARROS. — Mineiro, natural de Pouso Alegre, filho de Antonio de Barros Mello.

Altura regular, tez morena, olhos azues, temperamento nervoso.

Dotado de vigorosa intelligencia, era contado entre os melhores estudantes do anno.

Seguiu a carreira judiciaria e exerceu cargos de magistratura, primeiramente na provincia de Goyaz, depois na de Minas, onde foi juiz municipal do termo de Alfenas e juiz de direito da comarca de Itajubá.

Em Alfenas, praticou elle um acto de rigor catoniano, determinando a prisão, como juiz, e executando-a, como delegado de policia, de um amigo seu, pessoa poderosa no municipio.

É fallecido, desde muito.

PEDRO ELIAS MARTINS PEREIRA. — Mineiro, natural do Grão Mogol; filho de Caetano Martins Pereira.

Estatura regular, antes baixa que alta, moreno pallido, imberbe, basta cabelleira preta, olhos pretos e vivos, temperamento sanguineo, typo acaboclado. Chamavam-lhe mesmo *Martins Caboclo*. Expressão physionomica dura, altiva e energica, intelligencia prompta, expressão fluente, viva imaginação.

Poeta repentista, orador e intellectual de grande talento, todavia mais habil que estudioso. Dotado de prodigiosa memoria.

Estudou preparatorios no Seminario Episcopal da Bahia.

Matriculado em 1855 nesta Faculdade, por ella transitou obscuramente até ao seu quarto

anno. Então sómente chamaram sobre elle a attenção academica umas estrophes patrioticas que improvisou no dia 7 de setembro, num tablado erguido no pateo do collegio, em frente ao theatro velho, para solennisar-se o anniversario da independencia nacional.

Os seus versos, espontaneos e bem cadenciados, eram repetidos em tom emphatico pela mocidade academica, sob a impressão talvez das suggestões do meio em que tinham nascido. Saudando a bandeira patria, dizia o tribuno popular, inspirado pela imaginação mais do que pela verdade historica:

Do sangue que gottejava
Das nossas veias no chão
Brotou livre este estandarte
Da nossa emancipação.

Enlevado pela aura fallaz que lhe afagava o nome, antes de orador e escriptor talentoso que de jurisconsulto, não duvidou o Martins Pereira, depois da sua formatura, de inscrever-se para a defesa de theses.

A inscrição foi feita a 23 de abril de 1860 e a escolha das theses a 25. A 24 de julho apresentou-as elle redigidas, e no dia 31 foi-lhe dado o prazo de 15 dias para a impressão das mesmas. Seguiu-se o acto da defesa em fins do mez de agosto.

O doutorando argumentou com talento e sem-

pre falou com muito fogo, sendo, porém, batido por varios dos seus arguentes. Foi, por isso, approvedo simplesmente, com tres espheras pretas no primeiro escrutinio.

Attribuiu elle estes votos adversos aos lentes Manuel Joaquim, Manuel Dias e Falcão Filho. E, por isso, sob a acção de profundo despeito, mandou ao prelo violenta catilinaria contra aquelles illustres membros da congregação da Faculdade.

O facto transpirou a tal ponto que a congregação resolveu adiar a collação de grau de doutor ao Martins Pereira. Desapprovedo pelo governo esse alvitre, fundado numa infracção disciplinar ainda não perpetrada, o doutorando recebeu o grau, depois do qual deu á publicidade o seu livro; e então, com justiça, foi-lhe suspensa a entrega da carta.

Esse opusculo, violentamente aggressivo, escripto em estylo sarcastico, espirituoso por vezes, mas descendo, outras vezes, a reles pornographias, produziu, como era de esperar, retumbante successo de escandalo. Eram em suas paginas levados pela rua os tres illustres lentes, aos quaes elle alcunhava, Manuel Joaquim com appellido de *Cayana*, Manuel Dias com o de *Bavoux*, e com o de *Petit Cinabre* o Falcão Filho, cujo nome elle injuriosamente cortava em duas partes — Fal—cãosinho.

Traçou uma critica mordaz contra varios

trabalhos literarios deste ultimo, salientando, ás vezes, algumas reaes dormitações.

Ficaram celebres e ainda hoje são repetidos pelos contemporaneos alguns versos jocosos desse pamphleto.

Criticando, por exemplo, a redundancia de algumas expressões do auctor, escreve o terrivel Aristarcho que quem diz *casar filha solteira*:

Diz tambem «perdida perda»
Dirá «radicaes raizes»
e mais «c... de m...»
P'r'os seus «narigaes narizes».

A alguns versinhos sentimentaes do cuctor oppunha elle estas quadrinhas da musa inculta nos nossos caipiras:

«As pennas do pato macho
São mais do que dez e seis,
As pennas de amor que eu sinto
Só o diabo as conhece e eu sei.

Minha mãe, me case logo,
Emquanto eu sou rapariga;
Que o milho plantado cedo
E' o que dá melhor espiga.»

De volta á sua provincia natal, o dr. Martins Pereira exerceu a advocacia na extrema zona norte mineira, ora no Grão Mogol, ora em Montes Claros, ora na Januaria.

Nesta cidade casou-se com uma filha do tenente-coronel Manuel Caetano de Souza e Silva, prestimoso chefe liberal no municipio, e por in-

fluencia delle foi eleito deputado á Assembléa Provincial de Ouro Preto.

Mudou-se depois para a cidade de Lençoes, na Bahia, e ahi viveu durante dez annos, no exercicio da advocacia.

Voltou a Minas e residiu successivamente em S. Paulo de Muriahé e Santa Luzia do Carangola, de onde, a convite de um seu irmão, veio estabelecer-se na comarca de Rio Claro, deste Estado.

Nessa cidade, onde abrira escriptorio de advocacia, foi inesperadamente victimado por uma syncope cardiaca, a 22 de junho de 1891.

PEDRO MARIA DE OLIVEIRA. — Riograndense (1), filho de Hippolito José Martins.

Alto, esbelto, moreno, porém córado, barba toda, cabellos crescidos.

Intelligencia vigorosa, fortalecida por acurado estudo, era apontado o Pedro Maria entre os mais notaveis estudantes do seu anno.

Em 1858 fez parte da commissão de redacção dos *Ensaios Literarios*, juntamente com Macedo Soares, Americo Monteiro de Barros, Francisco Belisario, Vaz Pinto e Cerqueira Cesar.

Tendo concluido com brilhantismo o seu

(1) No livro do registro da sua carta de bacharel vem declarado que elle é natural do Uruguay.

curso academico, retirou-se para o Rio Grande do Sul e foi estabelecer-se com escriptorio de advocacia em Bagé.

Envolveu-se nos ardores das dissenções partidarias, que então agitavam aquelle municipio, e por ellas foi victimado. Pereceu ferido pelo braço do sicario, dizem que assalariado por seus adversarios politicos. Ha, deste horroroso factó, cerca de trinta annos.

TIMOTHEO PEREIRA DA ROSA. — Riograndense, filho de Luiz Pereira da Rosa.

Estatura pouco inferior á mediana, tez clara, sem barba, cabellos pretos. Usava oculos.

Estudante da primeira categoria, pela intelligencia e ainda mais pela applicação. Era, além disso, muito estimado pela sua nobreza e circumspecção de character.

Assiduo collaborador dos *Ensaios Philosophicos*, revelava desde então nos seus trabalhos adeantadas idéas liberaes. A edição correspondente aos mezes de junho e julho daquella revista academica dá inserção a um artigo delle sobre, ou antes, contra a lei de 3 de dezembro de 1841, o que era e foi por muitos annos a «delenda Carthago» do partido liberal.

Seguiu primeiramente a magistratura; deixou-a, porém, poucos annos depois, entregando-se á advocacia e á politica, e, bem joven ainda, já em 1862, foi deputado provincial e presi-

dente da Assembléa Legislativa de Porto Alegre.

Chefe liberal dos mais distinctos, da inteira confiança de Gaspar Martins e seu braço direito. Foi tambem deputado á Assembléa Geral, no regimen monarchico, e por muitos annos reductor da *Reforma*.

Falleceu em Porto Alegre, em 1877.

É pae do dr. Timotheo Pereira da Rosa, que se bacharelou por esta mesma Faculdade em 1890.

TERTULIANO TEIXEIRA DE FREITAS. — Bahiano, filho de Manuel Teixeira de Freitas.

Estatura regular, tez clara, voz grossa; sobrinho do grande Teixeira de Freitas.

Tinha já feito até ao segundo anno do curso de medicina, quando se matriculou na Faculdade de Direito.

Era bom estudante, intelligente e brioso.

Depois da formatura, foi estabelecer-se em Curitiba, onde sempre se tem conservado, nò assiduo exercicio da advocacia.

PEDRO NOLASCO XAVIER DE PAULA. — Mineiro, da Campanha, filho de Joaquim Xavier de Paula.

Estatura acima da regular, magro, tez morena, nervoso.

Antes de se matricular, havia sido escrivão na Volta Grande.

De mediana intelligencia. Por esta razão, e, principalmente pelo seu temperamento nervoso, foi, por vezes, mal succedido nos «actos», o que lhe fez prolongar por nove annos o quinquennio academico.

Persuadia-se o Pedro Nolasco (os collegas, por gracejo chamavam-lhe ás vezes «Pedro no laço») que tinha obrigações de ser poeta e musoci; e por isso fazia versos e compunha musica: mas que versos e que musica!

Em 1883 foi nomeado juiz municipal de Bragança, e, depois da proclamação da Republica, juiz de direito do Amparo, e, posteriormente, de Santa Isabel.

Foi aposentado compulsoriamente e falleceu nesta capital a 13 de fevereiro de 1906.

THEOPHILO TAVARES PAES. — Mineiro, filho de Antonio Tavares Paes e natural de Sant'Anna do Sapucahy.

Alto, nariz adunco, claro.

Intelligencia regular. Grande latinista.

Seguiu a magistratura.

É fallecido.



CAPITULO XI

A turma academica de 1867-71

Dados estatísticos — O director e os lentes — João Theodoro — Chrispiniano — Justino — Falcão Filho e Martim Francisco — Manuel Dias — Ribas e o seu livro — Antonio Carlos — O triumvirato do 5.º anno — Carrão — Classificação *grosso modo* — Accacio de Aguiar — Padre Adelino — Alberto Miranda — *Le génie par terre!* — Bondes em S. Paulo — Eulalio Monteiro — Neves de Souza — Bessa — Felipe Vasconcellos — Felix da Serra — Fenelon — Rubião Junior — «*Quantum mutatus!*» — As flôres da lavadeira — Coelho de Moraes — Andrade Bastos — Pimenta Bueno — Teixeira de Carvalho — José Felipe — Ferreira Nobre — Freitas Junior — Gonçalves Marques — Azevedo Baeta — Pinheiro Lima — Pereira Terra — A sua defesa de theses — Jovialidades — Breve existencia — Leopoldino de Mello — Melchhiades Vieira — Miguel de Carvalho — Os animaes teem direitos? — Miguel Pessoa — Modesto de Mello — Estylo de namorada — Porfirio d'Aguiar — Ramiro — Theophilo de Rezende — Segunda turma — Alfredo Brandão — Castilho — Cardoso de Menezes — Oliveirinha — Mello Franco — Carlos de Carvalho — Maciel — João Thomas — Theotonio de Brito — Tito da Cunha — O Octavio — Requerimento em versos — Medicamento suspeito — Indagação curiosa — Visita ao director.



Não sabemos com certeza a quanto subiu, numericamente, a turma dos estudantes matriculados em 1867 na Faculdade de S. Paulo. Deve ter excedido de 40. Della, porém, não chegaram

ao 5.º anno, na época normal — a saber, em 1871 — senão 25. Este algarismo, reforçado com pequeno contingente emigrado do Recife, attingiu o numero de 30.

Da dezena, ou da duzia que se atrazou, formaram-se alguns no anno immediato, outros ainda depois, e outros, finalmente, nem chegaram a bacharelar-se.

Convem mencionar que não foram sómente as *bombas* a causa determinadora desses contratempos; contribuiu tambem para elles, em relação a alguns, um processo academico por actos de indisciplina, os quaes, por sua natureza, em nada desabonam os alumnos condemnados. Com mais vagar, referiremos noutra occasião esta interessante occorrença da Academia de 1871-72.

No periodo que nos occupa, era director da Academia o conselheiro Vicente Pires da Motta. Sempre o mesmo homem, rigido, auctoritario, respeitado por lentes e estudantes, temido de todos os empregados.

O corpo docente de então. . . Mas não temos que nos referir, por agora, senão aos lentes que preleccionaram para a turma que presentemente nos interessa.

A cadeira de Direito Natural foi regida pelo illustre dr. João Theodoro, que, sempre zombeteiro, não cessava de escarnecer dos caloiros,

ora antepondo nas sabbatinas a *defendentes* pro-
vectos... pela idade ou pelas barbas, como José
Felippe, Coelho de Moraes, Ramiro, Alberto Mi-
randa, Melchiades, *arguentes* imberbes, juvenis,
como Rubião, Ottoni, Carlos de Carvalho, Por-
firio, etc., ora expendendo doutrinas esdruxulas,
talvez para experimentar até a que ponto che-
gava a receptividade mental dos seus alumnos.

Tambem no 1.º anno regeu a cathedra de Di-
reito Romano o grande Chrispiniano...

Huê! Rimas á Martiniano!?

Ainda!

Tão orgulhoso quanto illustrado e erudito,
dizia por vezes o sabio romanista: «Eu e Papi-
niano somos desta opinião!»

A um discipulo, que lhe oppunha a doutrina,
contraria á delle, de Ulpiano ou Modestino, res-
pondeu Chrispiniano:

— «Pois não admitte que um jurisconsulto
moderno corrija o erro de jurisconsultos anti-
gos?»

A um outro, que citava em falso a opinião
da *Cadeira*, replicou batendo com a mão na ma-
deira da cathedra:

— «Só se foi esta!»

No 2.º anno, a cadeira de Direito Publico
e Internacional foi regida pelo dr. Justino de An-
drade.

Tornaram-se celebres os seus habitos, meticolosamente methodicos, e o seu espirito, em tudo systematico e disciplinado. Assim, eram quasi sacramentaes as fórmulas gradativas que elle empregava ao terminarem as licções, boas, soffríveis ou más, dos seus discipulos. Com accentuado sotaque madeirense, dizia elle, conforme o caso: «Tem dicto muito bem!» — «Tem dicto bem!» — «É bastante!»

Algumas vezes, quando a impressão excedia á medida inferior, a fórmula proferida com visível máu humor era: «Estamos inteirados!...» Uma ou outra vez, dizia simplesmente: «Basta!» fazendo soar o primeiro *a*, ora quasi como *ê* ora mais approximado a *ó*.

A cadeira de Direito Ecclesiastico foi regida a principio pelo dr. Falcão Filho, e depois pelo conselheiro Martim Francisco, que voltára do Rio, coberto de glorias, como ex-ministro do gabinete Zacharias.

No 3.º anno de 1869, explicaram Direito Criminal o conselheiro Manuel Dias, e Direito Civil, primeiramente e por pouco tempo, o conselheiro Ribas, e depois o dr. Falcão Filho.

Notava-se desde algum tempo que as explicações do eximio civilista, quando versavam sobre materia não tratada na sua magnifica obra

de Direito Civil, eram mais brilhantes e revelavam maior erudição. Dir-se-ia que elle fazia empenho em não ultrapassar os ensinamentos crystallizados no seu livro.

É verdade que este estudo não vae além da parte geral do Direito Civil.

A proposito:

Consultando, um dia destes, alguns alumnos ao seu provector mestre sobre o melhor civilista que disserta sobre *pessoas*, tiveram, como resposta:

— Nenhum melhor do que o Conselheiro...

— Mas, senhor doutor,—replicou um delles— parece que o Ribas não trata deste ponto.

— Trata. Pois não! Traga-mo aqui, que lhes mostrarei. Até abunda.

Os lentes do 4.º anno foram — de Direito Civil o mesmo dr. Falcão Filho, e de Commercial o dr. Antonio Carlos.

Nada occorreu de notavel nesse anno (1870) nas duas respectivas aulas.

No 5.º anno de 1871, continuou, como nos subseqüentes, a trindade Ramalho, Furtado e Carrão, aquelle muito assiduo, estes regularmente desidiosos, distrahidos um com a administração policial, o outro com os cuidados da viticultura.

O conselheiro Carrão morava então num si-

tio da sua propriedade, lá para os lados da Penha, nas margens do riacho Aricanduva. Poucas vezes vinha á cidade, sendo, nesse tempo, deficientes os meios de transporte. Pouco frequentava a Academia. Agastava-se, entretanto, quando o director lhe dava substituto. Era o substituto ser nomeado, e logo no dia seguinte comparecia o conselheiro Carrão.

Receava, com razão, que outro lente, não iniciado nas doutrinas de Macleod, perturbasse o seu ensino systematico.

Passemos agora em ligeira revista o pessoal componente da turma academica de 1867-71.

Pensâmos que, sem offensa a quem quer que seja, poderemos mencionar como *primus inter pares* o Carlos de Carvalho, notavel pelo talento, pelo senso juridico, que já então revelava, e pelo brio com que se dedicava ao estudo.

Acompanhavam-no muito de perto Francisco Maciel e Pereira Terra, que defendeu theses, e, a pouca distancia, Accacio de Aguiar, Rubião Junior, Teixeira de Carvalho e Christiano de Mello Franco.

Vinham, logo após, ainda em categoria muito honrosa, Coelho de Moraes, Freitas Junior, Pinheiro Lima, Theophilo de Rezende, Miguel de Carvalho, Porfirio de Aguiar e outros que mencionaremos na resenha *analytica* a que vamos proceder, obedecendo á ordem *alphabetica*.

Começemos pelos bachareis formados em S. Paulo, em 1871.

ACCACIO POLYCARPO FIGUEIRA DE AGUIAR. — Paulista, paulistano, filho do dr. Indalecio Randolpho Figueira de Aguiar.

Bem apessoado, rosto grande, tez clara, pouca barba, indefectivel *pince-nez*. Sympathico.

Talentoso e muito applicado: bom estudante, portanto. Depois de formado, exerceu a advocacia nesta capital, cremos mesmo que cargos administrativos ou judiciaarios.

Mudou-se, depois, para o Rio, onde, durante algum tempo, gosou de influencia politica.

Com o advento da Republica, retrahiu-se do scenario politico.

É alli advogado e dos mais conceituados.

ADELINO JORGE MONTENEGRO. — Paulista, de Xiririca, filho de Miguel Antonio Jorge. Clerigo. Já o era na Academia.

Moreno, de estatura regular. A sua idade... impenetravel enigma! Pela apparencia a mesma que hoje, ou antes: a de hoje é que é a mesma de 35 annos antes.

Estudante regular.

No trato intimo—jovial, expansivo, brincador.

Espirito affeito ás luctas politicas, especialmente ás de campanario.

Tem desempenhado importantes cargos na

administração ecclesiastica, e, no fôro civil, exerce activamente e advocacia no fôro desta capital.

ALBERTO DA ROCHA MIRANDA. — Fluminense, filho de pae de igual nome.

Estatura regular, claro, cabellos louros, barba vermelha, á ingleza. Muito intelligente, pouco estudioso.

Já não era um rapazola, nem admittia que como tal o tratassem com as suas lours suissas á ingleza, o seu costume claro e cartola de castor *gris perle*.

Não dava confianças aos collegas e procurava as suas relações no *high-life* paulistano.

Era, por isso, algum tanto antipathizado nas rodas academicas.

Quando em sua *tournee* mundial veiu a S. Paulo o grande Gottshalck, cremos que em 1870, com elle muito se ligou o Alberto Miranda.

Houve, nesse tempo, por motivos que já nos fugiram da memoria, um conflicto material em que esteve envolvido o insigne maestro; e tão brutal foi o caso que Gottshalck chegou a ser atirado ao chão.

Repetia-se, com mofa, na academia, que, mortificado por aquelle desacato ao insigne compositor, Alberto de Miranda exclamára em francez:

— «*Gottshalck tombé! Le génie par terre! Dieu de Dieu!*»

Um dos collegas, seu desaffeiçoado, levou a brincadeira ao ponto de atirar ao chão o chapéu, sob as arcadas da Academia, e, parodiando aquella exclamação, dizer, por sua vez:

— «*Mon chapeau par terre! Dieu de Dieu!*»

Isto valeu-lhe algumas bengaladas do Alberto Miranda, que, por sua vez, perdeu na refrega alguns fios dourados de suas lindas suissas.

Depois de formado, o dr. Alberto Miranda envolveu-se na industria, e até nos parece que foi o primeiro concessionario de linhas de bondes nesta cidade.

Além deste beneficio, que lhe deve S. Paulo, á mocidade estudiosa prestou elle o relevante serviço de uma boa traducção da *Economia Politica*, de Macleod.

É fallecido.

ANTONIO EULALIO MONTEIRO JUNIOR. — Da Côrte; filho de pae de igual nome.

Estatura regular, claro, louro, olhos azues, feições algo effeminadas.

Estudante regular. Cursou os primeiros annos na Faculdade do Recife.

Formado, tem exercido com grande exito a advocacia no Rio de Janeiro.

É influencia politica na freguezia do Engenho Velho. No regimen passado foi deputado á Assembléa Geral.

ANTONIO FAUSTO NEVES DE SOUZA. — Fluminense, de Paraty, filho do finado commendador Manuel José de Souza, durante muitos annos chefe conservador de alto prestigio naquelle municipio, depois deputado provincial e por fim secretario da Policia do Rio.

Neves de Souza era um estudante regular. Coursou alguns annos na Faculdade do Recife.

De magnifica apparencia, sem aversão ao bello sexo — e até muito ao contrario — acabou por se apaixonar devéras, e casou-se em S. Paulo ainda no 4.º anno, com uma gentil senhorita da familia Japejú.

Exerceu cargos de magistratura na provincia do Rio e foi deputado provincial.

É fallecido.

AUGUSTO OCTAVIANO BESSA. — Fluminense, de Campos; filho de Prudencio Joaquim Bessa.

Intelligencia regular. No physico, boa apparencia. Dissertando em licção, na aula de Philosophia do Direito, sobre a distincção entre o Direito e a Moral, obrigou o dr. João Theodoro, irresistivel sophista, a concordar que entre aquellas sciencias havia uma «*igualdade differencial* (!)»

Foi juiz municipal na provincia do Rio.

Hoje, é tabellião na cidade de Campos.

ELOY DAVID BENEDICTO OTTONI. — Mineiro,

filho do dr. Eloy Ottoni e sobrinho de Theophilo e de Christiano Ottoni.

Matriculou-se muito menino, tanto assim que, formado em Direito, cursou a Escola Polytechnica do Rio e della obteve a carta de engenheiro civil.

Estatura regular, claro, cutis fina e corada, olhos azues, cabellos castanhos. Bonito menino.

Era intelligente e estudioso. Além disso, muito estimado dos collegas, pelas suas excellentes qualidades.

O seu extremoso pae, dr. Eloy Ottoni, que a esse tempo exercia clinica em S. Paulo, seguiu como *assistente* quasi todas as aulas frequentadas pelo filho, que, na presença ou na ausencia, carinhosamente lhe chamava «*Babai*».

Cremos que este distincto moço é fallecido, e até desastrosamente, na sua terra natal.

FELIPPE GABRIEL DE CASTRO VASCONCELLOS.

— Mineiro, filho de Francisco Gabriel da Cunha e Castro; se bem nos parece, de Pitanguy ou de Sete Lagôas.

Estudante acima de regular. Tambem... já não era creança.

Altura mediana, magro, musculoso. Trazia bigodes e cavaignac, cabellos crescidos. Usava *cache-nez*, donde lhe veiu o appellido de *Felippe Cache-nez*.

Casou-se em S. Paulo, em seu 5.º anno, com

uma filha do desembargador Gomes Guimarães, então chefe de policia.

Exerceu, em Minas, a advocacia e cargos de magistratura.

É presentemente juiz de direito em S. João d'Elrey e um dos mais antigos no quadro da magistratura mineira.

FELIX JOSÉ DA SERRA. — Sergipano, filho de pae de igual nome.

Cursou os primeiros annos no Recife.

Estatura pouco abaixo da mediana, tronco porém reforçado, tez morena, corada, rosto redondo. Não se assignalou na Academia nem pelo talento nem pela applicação.

É fallecido.

FENELON DA SILVA MONTE. — Filho de João José do Monte. Sergipano tambem. Tambem, como o precedente, cursou no Recife os primeiros annos, e, ainda como elle, pouco se distinguio na Academia. No physico, porém, era muito differente daquelle seu collega e amigo. Era grande, de feições muito accentuadas, pallido, olhos esbugalhados. No moral, boa pessoa, ainda que algum tanto esquivo do bulicio academico.

Exerceu por algum tempo a advocacia no Rio, ao lado do seu distincto irmão dr. João José do Monte, redactor do *Direito*.

Não temos delle outra noticia.

JOÃO ALVARES RUBIÃO JUNIOR. — Fluminense, de Mangaratiba; filho do commendador João Alvares Rubião.

Era um menino quando chegou a S. Paulo. Para *moêl-o*, os veteranos não o vaiavam como *caloiro*, mas como *bicho*, visto a sua apparencia extremamente juvenil. Era, porém, um creança que levava de vencida os veteranos, nas sabbatinas do primeiro anno.

Conhecemo-nos nesta Paulicéa, e em 1869 fomos companheiros de casa, elle terceiro-annista, e nós então *caloiro*. Tinhamos outro companheiro segundo-annista, que não chegou a bacharelar-se — o Soares, hoje commendador Joaquim José Soares, fazendeiro e manda-chuva em Iguassú.

O Rubião era magro, espigado, bella tez morena, olhos e cabellos negros e totalmente imberbe.

O Rubião e o Soares, amigos inseparaveis — eram muito affeicoados a gallinaceos e tinham em casa copiosa creação de pombos e grande numero de gallos indios, da mais pura raça idonea para brigar.

Amigo do Rubião, desde os tempos da juventude e hoje seu parente, quanta coisa a respeito d'elle poderíamos referir em contraste perfeito com a gravidade a que hoje o obrigam a sua posição social e politica e a sua idade...

madura! Preferimos, porém, ser discreto, e elle nol-o agradecerá.

Todavia, para que com tal silencio os leitores não fiquem totalmente roubados, vamos apenas referir um caso... (oh! socegue o nosso primo!) — um caso dos mais anodinos.

Tinha elle como lavadeiras umas moças bastante gentis. Cumpre explicar: as moças não eram lavadeiras, nem o podiam ser, visto pertencerem á melhor sociedade paulistana. Assim, porém, se dizia nas *republicas*, por abreviação. A formula exacta seria a seguinte: «filhas de uma familia que se incumbia de mandar lavar etc. etc.».

Prosigamos.

Aquellas moças, especialmente uma dellas... ha sempre uma especialmente... era de rara belleza. Todos nós estavamos accórdes nesse parecer, e principalmente o Rubião.

Pois bem! Um dia, ao retirar a nivea toalha rendada, que acobertava a sua roupa lavada, que acabava de receber, foi agradavelmente surprehendido o Rubião ao vêr esparsa sobre a mesma uma perfumosa camada de flores... Imaginem o *tableau!*

Com alvoroço, poz-se elle logo a procurar no *Livro dos namorados* a significação de cada uma daquellas flores, «que lhe tinham sido enviadas», pois nem admittia a hypothese de que não tivessem sido directamente enviadas a elle e

pela mais formosa das meninas. Cogitava apenas de lhes decifrar a intenção.

Movido talvez de inveja, um dos companheiros, prevendo para o amigo a possibilidade de uma decepção, dirige-se com maldosa expectativa á portadora, uma parda edosa:

— Este Rubião é um felizardo! Quem é que lhe manda flores tão lindas?

— Ninguém lhe manda, não, senhor. Sou eu mesma que, para obsequiar a *seu* doutor, colhi estas flores e lhe trago como lembrança.

Outro *tableau*, mas muito diverso do precedente, quanto á impressão e á expressão dos personagens: — o Rubião, mortificado e desapontadissimo, atira ao diabo o *Diccionario das flores*. Os seus companheiros desfazem-se em gostosas gargalhadas.

Formado em 1871, o dr. Rubião Junior foi pouco depois eleito deputado provincial pelo 4.º districto do Rio de Janeiro, furando a chapa official. Era seu velho pae grande influencia conservadora naquella zona da provincia.

Foi depois advogado e promotor publico em Barra Mansa.

Contrahiu casamento no vizinho municipio de Bananal, deste Estado, e alli se domiciliou como fazendeiro.

Mudou-se depois para a Côrte, onde exerceu a advocacia.

Veiu, cremos que em 1888, de mudança, para S. Paulo, onde logo tomou parte activa no jornalismo, na politica e no movimento economico, tendo conquistado a estima e o conceito publicos e augmentado consideravelmente a sua fortuna.

Foi deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo no biennio de 1888-89, deputado por S. Paulo, ao Congresso Constituinte e á primeira legislatura do Congresso Nacional, e dahi para cá, sem interrupção, deputado estadual, presidente da Camara dos Deputados e senador.

Tambem tem sido, por diversas vezes, e é ainda hoje, membro da *Commissão Central* do Partido Republicano.

A sua prudencia nos negocios, os seus conhecimentos financeiros e o seu avultado capital fizeram-no director do *Banco do Commercio e Industria de S. Paulo*.

JOÃO COELHO DE MORAES. — Riograndense, de S. Gabriel, filho de João Antonio de Moraes.

Era um dos mais edosos da turma.

Barbado, mas barba curta, rosto rugoso. Pallido, mas robusto. Bom estudante de Direito e dado á cultura das letras. Tem mesmo algumas producções poeticas de certo valor.

Tocava flauta com arte e gosto musical.

Voltando formado á sua terra natal, aban-

donou as letras para se dedicar ao *sport hippico*. E nisto se tem absorvido.

JOÃO JOSÉ DE ANDRADE BASTOS. — Fluminense, carioca; filho de José Antonio de Andrade Bastos. Entretanto, acanhado no trato social: não na intelligencia, que era regular. De constituição débil. Timorato. Excellente coração.

Muito estimado dos poucos collegas que com elle privavam.

Depois de formado, residiu por algum tempo no Rio, onde o vimos por vezes. Perdemol-o depois de vista.

JOAQUIM DUARTE PIMENTA BUENO. — Fluminense; filho de Luiz Duarte Pereira Gomes. Sobrinho do Marquez de S. Vicente.

Estava, porém, longe da mentalidade do tio. Isto não significa que não fosse intelligente.

Voz surda, quasi aphonica, como a de outro seu tio, o conhecido capitão Pimenta, ajudante de ordens perpetuo de todos os presidentes de S. Paulo e extremadissimo partidario de todos os governos, que se revejavam no poder.

Falta-nos qualquer noticia sobre o dr. Pimenta Bueno, depois da sua formatura, pois não se conservou em S. Paulo, nem sabemos que rumo seguiu.

JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA DE CARVALHO JUNIOR. — Fluminense, da Côrte; filho de outro de igual nome.

Estudante distincto. Não lhe perdoavam, todavia, os collegas a muita prôa que elle affectava. Nalguns aggravava essa indisposição a pronuncia chiante ou sibilante que elle tinha, tão peculiar aos cariocas. Davam-lhe, por derisão, o cognome de — *Eximio publicista*.

Era um moço bem parecido, altura regular, cabellos bastos e castanhos, tez clara e corada, cutis fina, physionomia viva e expressiva, e, com isto, intelligente e estudioso. Primo de Leoncio de Carvalho e França Carvalho e irmão do coronel Teixeira de Carvalho, ex-senador estadual em S. Paulo.

É advogado no Rio e lente da Faculdade Livre de Direito.

Foi agraciado pelo governo de Portugal com o titulo de Visconde de Teixeira de Carvalho.

JOSÉ FELIPPE DOS SANTOS. — Mineiro; filho de pae de igual nome.

Estudante regular. Não muito joven. Algum tanto corpulento. Moreno pallido, de olhos azues... ou verdes. Olhar manso e bondoso. Trazia toda a barba, que era negra e espessa, aparada não muito longa.

Dizem que esteve, ha pouco tempo, em S. Paulo.

JOSÉ FERREIRA NOBRE. — Fluminense, de Barra Mansa, freguezia do Espirito Santo, vulgarmente — Curato. Filho de Joaquim Ferreira Nobre.

Tambem já não era creança. Por signal que casado e pae de familia.

Muito intelligente e estudioso *quantum satis*, para não fazer má figura.

Estatura regular, corado, trazia oculos com aros de ouro.

Escrevia no *Constitucional* artigos de critica literaria.

Formado, advogou na Côrte. Adquiriu alli grande influencia politica, no partido conservador, a ponto de se fazer eleger presidente da Camara Municipal.

É fallecido.

JOSÉ FRANCISCO DE FREITAS JUNIOR. — Rio-grandense, de Pelotas, filho de outro de equal nome. Alto, forte, tez morena, grande cabelleira... romantica. Usava *pince-nez*. Sympathico e jovial. Geralmente estimado. Foi *accommettido* no seu 3.º ou 4.º anno por cruel variola *pelle de lixa*, mas nem assim ficou muito prejudicado na sua bella cutis morena. Intelligente e bom estudante.

Voltando formado á sua provincia natal, abriu escriptorio de advocacia em Bagé, onde dentro em pouco adquiriu alto conceito na sua

profissão e tornou-se chefe politico de muito prestigio.

Era liberal gasparista. Cremos que hoje está no partido federalista com Macieç ou Moacyr.

JOSÉ GONÇALVES MARQUES. — Paranáuense, filho de Manuel Gonçalves Marques.

Estatura regular, bem apessoado, pouca barba, preta.

Intelligente, pouco applicado, principalmente depois da organização da *Communa*, á qual pertenceu. O que foi essa instituição academica descreve-o, e de modo muito pittoresco, Lucio de Mendonça nas suas *Horas do bom tempo*.

Desde a Academia, perdemos de vista o dr. José Gonçalves Marques, e bem assim um irmão seu, Arsenio, formado dois annos antes.

JOSÉ JACINTHO DE AZEVEDO BAETA. — Mineiro. Estatura regular, pallido, barbudo e cabeludo. Um pouco philosopho... na *toilette*. Estudante regular.

Tinha um aspecto doentio.

Não temos delle noticia alguma.

JOSÉ MACHADO PINHEIRO LIMA. — Paranáuense, filho de outro de egual nome.

Talentoso e applicado. Quanto ao physico, nada de anormal. Basta dizer que perfilado elle e collocada junto ao queixo uma linha de prumo,

viria o chumbo cahir exactamente no vão, entre os pés. Hoje, porém, a mesma linha teria de se afastar na parte correspondente ao abdomen, e o peso procuraria o chão a 30 centímetros distante da ponta dos pés, impossibilitando-lhe, portanto, ver os joelhos.

Depois da formatura, o dr. Pinheiro Lima exerceu por algum tempo a advocacia em Itatiba, onde se casou.

Foi deputado provincial no biennio de 1876-77.

Seguiu depois a magistratura, e foi subindo, subindo até ao Tribunal de Justiça deste Estado, do qual faz hoje parte e é um dos seus mais distinctos membros.

JOSÉ PEREIRA TERRA JUNIOR. — Fluminense, de Valença.

No physico: estatura regular, robusto, pouca barba, que aparava rente, assim como os cabellos, claro, pallido, olhos azues, cabellos castanhos.

No moral — quanto ao character — um pé de boi. Grande intelligencia e muito senso juridico. Especial aptidão para o Direito Positivo. Um estudantão.

Entretanto, defendeu theses sem muito brilhantismo. Foi devido esse facto a tel-o maltratado muito, e gratuitamente, o primeiro lente que o arguiu, o dr. Almeida Reis.

Tinha esse lente uma idiosyncrasia muito

prejudicial aos doutorandos. Tornava-se-lhes hostil pelo simples facto de se proporem ao grau de doutor. Entendia invariavelmente que ninguém merecia tão subida distincção, e a todos os pretendentes acenava ameaçador com o *quos ego!* do seu τ . Quando o doutorando se arrojava a defender a these por elle arguida, agastava-se e injuriava, figurando exemplos deprimentes.

Não escapou o Terra a esta regra geral.

Arguindo-o Almeida Reis, numa these de Direito Criminal, chegou a dizer-lhe:

— «Por exemplo, se o sr. quizesse furtar este livro... Não, o exemplo é muito odioso: se um individuo quizesse realizar esse furto...»

Na intimidade, mas sómente no intimo convívio com os collegas, era o Terra muito expansivo e jovial. Tinha lembranças engraçadissimas e espirituosas, e a todo momento; travessuras quasi infantis: por exemplo — molhava a mão para dal-a a apertar ao despedir-se; punha sal no assucareiro e assucar no saleiro, para atormentar os collegas, fazia-lhes dobras incommo-dativas nos lençoes, collocava tijolos sob os colchões ou ferraduras nas algibeiras, etc., etc.

Por vezes, ao offerecer café, perguntava:

— Quer simples ou com agua?

— Simples! Simples! — dizia o interpellado —

Não gosto de café fraco.

— Traze café simples, aqui para o sr., e café

com agua para nós outros — ordenava elle ao creado.

Momentos depois, era servida uma bandeja com algumas chicaras de café liquido e uma com café em pó, destinado ao que o apreciava simples sem agua.

Quem não cahiria neste equivoco?

Não era o Terra nada amigo de *engrossamentos*. Mas quem pode, ás vezes, sem grosseria ou mesmo sem maldade, deixar de fazer a outrem um elogio ainda que immerecido?

Achou-se o Terra numa destas collisões. Tinha ido visitar um collega enfermo, que guardava o leito.

Disse-lhe este, talvez para provocar louvor:

— Oh Terra, eu ás vezes penso que sou burro...

O Terra, mordaz como era, teria segredado aos seus botões:

— «O teu engano está apenas na intermitencia dessa desconfiança...»

Entretanto, contestou por complacencia:

— Não é esta a opinião dos teus collegas.

— Eu bem sei — replicou sentimentalmente o enfermo. — Esses meus collegas são muito bons para commigo...

O mais interessante foi que o Terra ficou furioso com esta credulidade do seu interlocutor, e já arrependido da caridosa mentira da sua contestação.

O seu espirito brincalhão revelava-se a todo momento, ás vezes por travessuras verdadeiramente infantis.

Assim, passeavamos um dia juntos pelos trilhos labyrinthicos do Chá, quando, repentinamente, se detem o Terra.

— Olha, alli! — diz-nos elle, mostrando-nos uma *arapuca* desarmada e com um tico-tico dentro.

— É verdade. Vamos libertar o coitadinho?

— De certo — respondeu-nos o Terra.

Não se contentou, porém, com o dar liberdade ao passarinho; entendeu que devia substituí-lo por uma ferradura, que com o pé collocou sob a arapuca; e explicou:

— É uma compensação para o dono da armadilha.

Noutra occasião, fez uma brincadeira muito peor, e cuja auctoria jámais foi descoberta.

Deu-se o caso na vespera ou ante-vespera de uma eleição senatorial.

Pois não é que o Terra, de mãos dadas com o Freitinhas (Lopes de Freitas) seu amigo intimo, e ambos estudantes distinctissimos, espalharam, via postal, uma circular communicando o fallecimento de um dos candidatos?!

As pessoas desse tempo recordar-se-ão talvez desta pilheria de mau gosto, se accrescentarmos que o caso se deu em 1871 e a victima da incadeira foi o Barão de S. João do Rio Claro.

Felizmente, o facto, desmentido logo, nenhuma influencia teve no resultado da eleição.

E ahí está como até mesmo os estudantões praticam estudantadas!

Não obstante o seu character jovial, em publico era o Terra não sómente serio, mas grave e austero. Exerceu por algum tempo a advocacia na Côrte, vindo a fallecer tuberculoso, ainda na flor dos annos.

LEOPOLDINO CABRAL DE MELLO. — Fluminense, filho de Joaquim Cabral de Mello. Estatura mediana, magro, pallido, moreno.

Tinha tomado parte como *voluntario da patria* na campanha do Paraguay, onde foi ferido em combate. Uma bala paraguaya havia-lhe atravessado um dos pulmões.

Tem exercido cargos judiciarios nos Estados do Rio, de Minas e de S. Paulo.

Não sabemos onde reside presentemente.

MELCHIADES JOSÉ ALVES VIEIRA. — Pernambucano, filho de João Vieira.

Já edoso, para estudante. Meio calvo. Moreno. Muito original no physico e nos costumes.

Tocava rabeca... no sentido proprio e no figurado. Cantava modinhas ao violão e tambem dançava o *miudinho*.

No mais, bemquisto por todos os collegas. Intelligencia regular, pouca applicação.

Tem sempre residido no interior deste Estado, exercendo ora a advocacia, ora cargos judicarios.

Foi juiz municipal do termo do Jahú, e, no exercicio desse cargo, soffreu varias accusações, inclusive a de não ser de habitos morigerados.

Falleceu em extrema indigencia.

MIGUEL JOAQUIM RIBEIRO DE CARVALHO JUNIOR. — Fluminense, carioca, filho de pae de igual nome.

Sympathico, intelligente e applicado.

Valente argumentador. Disto dá prova o seguinte incidente occorrido com elle na aula de Direito Natural.

Arguia-o o dr. João Theodoro e com argumentos sophisticos procurava demonstrar que — os animaes teem direitos, tanto como o homem.

Ao cabo de razões, Miguel de Carvalho replica:

— Pois se assim é, figure a Cadeira que está viajando a cavallo. Imagine que, no meio do caminho, se dá o cavallo por fatigado...

— Que se segue então?

— Pois se o cavallo tem direitos como os tem o homem...

— E tem-os.

—... nesse caso, poderia elle exigir que se apeasse o cavalleiro e se invertessem os papeis.

Toda a aula abafou o riso e o dr. João Theo-

doro com mau humor observou que o respondente deveria ter posto o caso em si. E bruscamente deu por terminada a lição.

Miguel de Carvalho cursou alguns annos no Recife, voltando a bacharelar-se em S. Paulo.

Formado, exerceu o juizado municipal e depois a advocacia em Cantagallo.

Naquella cidade conquistou por seus merecimentos a confiança e a amizade do conselheiro Paulino de Souza, que o fez seu secretario e mais tarde lhe deixou a successão na chefia politica, que tão dignamente exercia.

O dr. Miguel de Carvalho reside no Rio e é provedor da Santa Casa de Misericordia.

MIGUEL THOMAZ PESSOA. — Espirito-santense. Alto, grande, bastante robusto, nariz quebrado. Intelligencia regular e regular applicação.

É fallecido.

MODESTO ALVES PEREIRA DE MELLO. — Fluminense, da Côrte. Filho de Eugenio José Pereira de Mello.

Bom estudante. Extremamente sympathico.

Pallido. Olhos acariciadores, fala mansa e trato captivante.

Com taes dotes physicos e moraes, era elle naturalmente muito estimado e muito amado.

Uma vez recebeu uma carta anonyma, traçada por mão feminina, e que começava assim:

«Digo-lhe perfeitamente que o sr. é o moço mais bonito da Academia...»

Este «digo perfeitamente...» foi objecto de muitos commentarios.

O dr. Modesto de Mello foi deputado provincial em Nictheroy no antigo regimen e é-o presentemente.

É fazendeiro em Cantagallo.

PORFIRIO ABDAJERO FIGUEIRA DE AGUIAR. — Paulista, da parochia de Santa Iphigenia, desta capital. Filho do respeitavel paulista dr. Indalecio Randolpho Figueira de Aguiar, formado em 1837 e fallecido ha cerca de quinze annos.

Porfirio de Aguiar era um dos mais jovens da turma; distinguia-se, entretanto, como bom estudante, tanto pela intelligencia como pela applicação

Era, e é, um poeta de primeira ordem. Correcto, espontaneo e sobretudo de um sentimentalismo delicado e encantador. As suas produções, que elle, por muito modesto, não dá á publicidade senão por insistencia dos amigos e admiradores, são geralmente de um lyrismo arrebatador, á Lamartine.

Lamentamos que a falta de espaço não nos

permitta inserir aqui algumas dessas primorosas composições.

Todavia, para não prejudicar excessivamente o leitor, dar-lhe-emos pequena amostra da tocante e delicada sentimentalidade da musa de Porfirio.

O soneto, que se segue, tão cheio de sincera e communicativa emoção, é dedicado á memoria de sua finada esposa:

Velotius transierunt

Tive o coração de um anjo,
Trinta annos, unido ao meu.
Mais cerrado nó, mais forte,
Corações nunca prendeu.

Trinta annos!... Horas de um dia,
Que vimos juntos passar,
Doiradas até nas dores
Que annuviaram-nos o lar.

Hoje!... Oh! tenho a esperança,
Que me suavisa a saudade
E me illumina o porvir,

Quando sorrindo me affiança :
Que hão de na eternidade
Os corações resurgir.

P. DE AGUIAR

1906

Conservador e catholico, como toda a sua familia, o dr. Porfirio é presentemente um dos mais festejados redactores da revista *Santa Cruz*.

Teem sido tambem dados á publicidade apre-

ciados trabalhos seus de critica litteraria e de philologia.

RAMIRO PEREIRA DE ABREU.— Goyano, filho de Antonio Gonçalves Dias. Alto, forte, moreno, pouca barba. Estudante regular.

Mudou-se, ha certo tempo, do seu Estado, onde exerceu cargos administrativos.

Foi juiz municipal no Amazonas.

Aposentado, reside e advoga hoje no Rio de Janeiro.

THEOPHILO RIBEIRO DE REZENDE JUNIOR.— Paulista de origem, mas residente desde a infancia no Rio de Janeiro.

Intelligencia viva e penetrante, regular applicação ao estudo. Em summa, bom estudante.

No physico, sympathico, apesar de lhe enflorar sempre os labios um sorriso ligeiramente zombeteiro. Trazia constantemente *pince-nez* de ouro, prêso por fita preta.

Nos tempos aureos da escola condoreira, implantada por Castro Alves na Paulicéa academica, constituia verdadeiro afan nas rodas litterarias a imitação do grande poeta bahiano.

Theophilo de Rezende não soube furtar-se áquelle arrastamento.

Uma noite, no theatro de S. José, saudando os *voluntarios* que regressavam, victoriosos, após

a guerra com o Paraguay, começou elle assim: «Soldados do infinito!»

E todo o discurso foi proferido nesse estylo emphatico, consoante áquella invocação.

É fallecido.

Foi este, que acabamos de mencionar, o pessoal componente da turma bacharelada em S. Paulo em 1871.

Outros, matriculados com esta gente em 1867 em S. Paulo, completaram o curso em 1871 ou depois na Faculdade do Recife; outros, mesmo em S. Paulo, mas em annos subseqüentes; poucos, finalmente, como acima dissemos, abandonaram os estudos juridicos.

Passamos, agora, em traços largos, a occupar-nos desta segunda turma.

ALFREDO CARNEIRO BRANDÃO.— Fluminense, de Valença ou Vassouras. De grande cultura litteraria. Poeta de muito estro, mas de pouca fecundidade.

Formou-se no Recife.

É fallecido desde muito.

ANTONIO FERREIRA DE CASTILHO.— Delle nos occupámos na chronica relativa á turma de 1872.

ANTONIO FREDERICO CARDOSO DE MENEZES.— Paulista, filho do eximio literato Barão de Pa-

ranapiacaba. Alto, esbelto, extremamente jovial e sympathico. Possuia muitas prendas sociaes, que tornavam agradabilissimo o seu convivio. Por exemplo: era insigne pianista e inspirado compositor, desenhista genero caricatura, bom tacho e prestidigitador. Além disto, fino literato e espi-rituoso folhetinista. A sua conversa era amenisada por uma *verve* continua e natural.

Deixou dos seus tempos academicos deliciosas composições musicaes, que, adaptadas a peças de theatro, eram executadas e applaudidas com delirio pela platéa e toda a lotação do velho S. José.

Este grande talento artistico tem vivido, desde o seu exodo da Academia, atrophiado no Rio, no ambiente da burocracia.

AURELIANO PIRES DE CAMPOS. — Fluminense. Moço talentoso e de bastante applicação. Dado tambem á cultura das letras. De estatura regular. moreno, olhos vivos. Trazia indefectivel *pince-nez*. Formou-se no Recife. Advogado no Rio.

ANTONIO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA. — Fluminense. Bem joven, imberbe, bonito.

Foi elle que teve com Alberto Miranda o conflicto a que nos referimos acima. Era intelli-gente, e, se bem que pouco applicado, não fazia má figura, especialmente nas sabbatinas.

Formou-se no Recife.

É fallecido.

CHRISTIANO DE MELLO FRANCO. — Mineiro, de Paracatú; filho de Justiniano de Mello Franco.

A relação impressa na *Revista da Faculdade*, de 1900, dá-o como formado em 1858. É engano. Bacharelou-se, com os da sua turma, em S. Paulo, em 1871. E por signal que foi um dos mais distinctos dentre elles.

Era alto, magro, muito moreno, cabellos crescidos e atirados para traz á moda dos artistas. Trazia sempre *pince-nez* de ouro prêso a trancelim tambem de ouro.

Não sabemos que é feito delle.

CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO. — Fluminense, da Côrte, filho do tenente-coronel José Carlos de Carvalho, o mallogrado heroe do Itapirú. Nasceu a 20 de março de 1851.

Já dissemos que foi elle a primeira figura do seu anno.

O que depois veio a ser, quem ignora? Uma verdadeira summidade intellectual, que hombraeva dignamente, no fôro, na administração e no governo, com Lafayette, Ruy Barbosa e Nabuco... Em summa, estrella de primeira grandeza.

Para que dizer mais?

Em 1871 foi condemnado como cabeça num processo disciplinar, e assim perdeu um anno.

Fez acto vago e com o brilhantismo que era de esperar do seu talento, vindo a receber o grau de bacharel em 1873.

Foi ministro dos Extranjeiros nos periodos presidenciaes de Floriano Peixoto e de Prudente de Moraes, e neste ultimo cargo muito se assignalou no litigio diplomatico com a Inglaterra, a proposito da Ilha da Trindade.

É fallecido ha tres para quatro annos.

Deixou uma obra de grande valor juridico — a *Consolidação das Leis Civis*.

FRANCISCO ANTUNES MACIEL. — Rio-grandense, de Pelotas.

De pequena estatura, mas, por isso mesmo, como quasi sempre acontece, de espirito alevantado.

Era dos primeiros estudantes do seu anno, tanto pelo privilegiado talento, como pela applicação e até pela facilidade de elocução... como depois veiu a demonstrar brilhantemente.

A sua carreira politica toda a gente a conhece.

Afastado da Academia de S. Paulo, em 1871, pela mesma razão que o seu emulo Carlos de Carvalho, para cá não voltou.

Ouvimos dizer que defendeu theses na Faculdade de Direito de Montevideo e que por ella se doutorou.

Deputado geral pelo Rio Grande do Sul em varias legislaturas, e ministro do Imperio no gabinete Paranaguá.

É hoje rico estancieiro no seu Estado natal,

chefe politico opposicionista e deputado federal muito conceituado.

JOÃO THOMAZ DE ARAUJO. — Fluminense, natural de Vassouras.

Preto. Não primava pela intelligencia. Além disso, destituído de conhecimento nas disciplinas preparatorias, não lhe era possível, naturalmente, acompanhar as explicações do ensino academico. O inconveniente de se alinhavarem os preparatorios!...

Uma vez, na aula de Direito Internacional, começou elle assim a exposição que havia decorado:

— «Vamos tratar dos tratados de que a Ca-deira tratou.»

Isto era o menos, porque nem mesmo era correcta a sua dicção. Assim, pronunciava *regiú-me*, expressão que o padre Andrade corrigia, indignado, errando tambem:

— Diga *rezimen*, sr. Arauzo!

Não sabemos que foi feito do João Thomaz, nem mesmo se elle chegou a formar-se em Direito. Consta-nos que sim, na Faculdade do Recife.

THEOTONIO RAYMUNDO DE BRITO. — Paráense. Muito joven, muito sympathico e até mesmo — bonitinho. Pouco, na Academia, se distinguiu pelo talento, talvez por não o ter tido precoce; entretanto, attingiu posteriormente grande desenvol-

vimento intellectual. São frequentes os casos desta natureza, especialmente em relação aos que se matriculam demasiadamente jovens.

Occorre-nos uma objecção, que ouvimos o conselheiro Martim Francisco formular a este menino e não foi por elle resolvida — sobre a definição que dava o antigo Código Penal de crime ou delicto: «... a acção ou emissão voluntaria contraria á lei penal». Como é que uma *omissão* poderia constituir crime ou delicto?

O arguente formulou com habilidade esta objecção *de algibeira*, e, por tal modo perturbou o estudante, que este não a poudé resolver.

Theotónio formou-se no Recife e tem tido na vida pratica uma brilhante carreira.

Iniciou a carreira publica como promotor publico de Nitheroy. Exerceu depois os cargos de juiz municipal na Cachoeira, em Soure, no Pará, e o de juiz substituto em Belem.

Foi secretario do governo, deputado provincial em tres biennios e presidente da Assembléa no Pará; antes tinha sido deputado provincial no Amazonas.

Em 1889 estava eleito deputado geral, quando foi proclamada a Republica.

Convidado então a fazer parte da chapa republicana para o Congresso Constituinte e deputado ao Congresso Federal, declinou dessa honra, por não ter adherido desde logo ao novo regimen institucional.

Mais tarde, foi eleito senador do Estado e em duas legislaturas deputado federal.

É advogado muito conceituado, vigoroso jornalista e politico influente no seu Estado, onde milita no partido republicano *laurista*.

Reside em Belem do Pará.

TITO AUGUSTO DA CUNHA. — Bahiano. Estatura mediana, cheio de corpo, louro como um suéco, rosto redondo, corado. Trajava sempre costume claro, completado por cartola de castor, tambem claro. Inteligente, porém o rei dos vadios e dos trocistas.

Formou-se no Recife.

OCTAVIO PEREIRA DA CUNHA. — Fluminense. Pardo escuro, ou antes — negro fulo.

Pequena estatura, quasi imberbe. Extremamente descurado na *toilette*. Na giria academica sóe chamar-se *philosophia* a esta negligencia; quando, porém, ella ultrapassa os limites do aceio pode-se conservar o euphemismo, comtanto que se filie tal *philosophia* á seita de Diogenes.

O Octavio não deixava de ser intelligente, e mesmo tinha veia poetica.

Applicava-a, porém, de preferencia ao genero erotico. Neste sentido tinha elle pornographias admiraveis, algumas das quaes lhe foram apprehendidas pelo conselheiro Furtado, que talvez as tenha condemnado ao fogo, sem as ter

lido. Dizem, porém, as más linguas—que as guardou cuidadosamente; e disso não duvidámos, pois o Furtado era colleccionador de livros e manuscritos.

Uma destas foi a *Pireséa*, poema heroe-comico, cujo protagonista era o director da Academia.

Innumeros são os episodios da chronica academica, aos quaes está ligado o nome do Octavio.

São, porém, em geral, de tal natureza, que os não poderíamos referir aqui, nem mesmo em latim.

Nos ultimos tempos da sua vida academica em S. Paulo, estava o Octavio tão decahido que quasi diariamente era conduzido sem sentidos a pernoitar nalgum posto policial.

Uma vez, lembrou-se elle de dirigir o seguinte requerimento ao delegado de policia:

Diz Octavio P. da Cunha
Encerrado na prisão
Que concede o seu perdão
A quem lhe deitou a unha.

Requer a Vossa Excellencia
Que ao despontar da alvorada
O livre desta maçada.
Espera benevolencia.

O conselheiro Furtado, num momento de bom humor, despachou nestes termos :

Como requer
É despachado.
Não caia noutra.
Souza Furtado.

Quando, em beneficio seu, era retido na custodia, achava meios de obter a introdução alli de bebidas alcoolicas.

Alcançava essa infracção do regulamento, mandando buscar de uma pharmacia, em frasco devidamente rotulado, o medicamento interno de que estava usando e que o pharmaceutico, amigo delle, bem conhecia.

Para tal *medicamento* não tinha elle repugnancia alguma, pois, de facto, o sorvia em poucas horas e pedia repetição.

Uma feita, enfastiado da infecta bohemia em que vivia, numa *onça* terrivel, resolveu o Octavio fugir da Paulicéa, e pensou em se dirigir ao lar paterno.

Antes, porém, andou cousultando os collegas — se seria coisa muito dolorosa uma surra de vergalho.

Respondiam-lhe, naturalmente, que nada sabiam por experiencia propria, mas, a julgar pelo methodo inductivo, que não suppunham sensação lá muito acariciadora o contacto do chicote vibrado com energia sobre a pelle de um paciente.

— Mas que pergunta é esta, Octavio? Qual a razão desta sua curiosidade?

— É que — respondia elle — eu vejo-me collo-

cado neste terrível dilemma: ou continuar aqui, nesta vida de cão, com a mezada suspensa e sem vintem para cachaça, ou ir apresentar-me a meu pae, que, estou certo, mandará atar-me a um esteio e castigar-me a vergalho, como mereço...

Um dia, lembrou-se o Octavio... De que havia elle de se lembrar? Lembrou-se de ir fazer uma visita ao conselheiro Pires da Motta, o rígido director da Academia. Era uma extravagancia, como qualquer outra. E foi.

Por felicidade, encontrou o Padre Vicente em momento de bom humor, embora o visitante lhe annunciasse a visita sob esta fórmula estouvada:

— Não tendo nada que fazer, vim visitar v. ex.^a

— Oh! Muito obrigado. Quem é o sr.?

— Sou o estudante Octavio Pereira da Cunha.

— Em que anno está?

Seguiu-se por alguns minutos amistosa conversa, á qual, quando julgou opportuno, poz termo o dono da casa:

— Bem. Pode agora retirar-se; fico-lhe muito obrigado pela visita.

Era o caso de indagar-se — qual dos dois mais original, se o visitante ou o visitado.

O Octavio não acompanhou até ao posto final a turma dos matriculados em 1867, nem se for-

mou em S. Paulo. Perdeu dois ou tres annos, e, por fim, bacharelou-se no Recife.

Depois de formado, voltou á provincia do Rio de Janeiro e appareceu algumas vezes (em que estado!) pela rua do Ouvidor.

Nomeado promotor publico de S. João do Principe, ao chegar a essa comarca, antes de tomar posse do cargo, foi posto em custodia e teve de pernoitar na cadeia. Sómente no dia seguinte se soube na cidade quem era o recém-chegado. Pouco se fez esperar a sua exoneração.



INDICE

	Pags.
PREFACIO	I
CAPITULO I — A turma academica de 1829-33 (1. ^a parte)	1
CAPITULO II — A turma academica de 1829-33 (2. ^a parte)	27
CAPITULO III — A turma academica de 1829-33 (3. ^a parte)	57
CAPITULO IV — A turma academica de 1829-33 (4. ^a parte)	79
CAPITULO V — A turma academica de 1837-41	107
CAPITULO VI — A turma academica de 1855-59 (1. ^a parte)	139
CAPITULO VII — A turma academica de 1855-59 (2. ^a parte)	153
CAPITULO VIII — A turma academica de 1855-59 (3. ^a parte)	175
CAPITULO IX — A turma academica de 1855-59 (4. ^a parte)	213
CAPITULO X — A turma academica de 1855-59 (5. ^a parte)	241
CAPITULO XI — A turma academica de 1967-71	263



DO MESMO AUCTOR:

Direito Civil — Dissertação sobre a theza: «Na hypothese do gado condicional transmittte-se a esperança de herança?» — S. Paulo. 1872.

Ensaes Juridicos e Sociaes. — S. Paulo. 1873.

Direito Constitucional. — Monographia sobre a theza: «Devem os Estados e os Municipios contractar empréstimos externos?» — S. Paulo. 1904.

Economia Politica. — Estudo sobre a denominação «Economia Politica». — S. Paulo. 1906.

Economia Politica. — Qual o objecto da Economia Politica? — S. Paulo. 1906.

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscências. — S. Paulo. 1907.

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscências. — Lisboa. 1907.

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscências. — Lisboa. 1908.

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscências. — Lisboa. 1908.

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscências. — Lisboa. 1908.

NO PRELO

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscências. — 6.ª série.

EM PREPARO:

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscências. — 7.ª série.





